



Pedro Gonçalves Marques

A GEOPOLÍTICA DA NATO E A ESTRATÉGIA DE GALES

O RECURSO À EUROPA DO SUL

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e da Segurança,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Fevereiro de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• U C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Pedro Gonçalves Marques

A Geopolítica da NATO e a estratégia de Gales: o recurso à Europa do Sul

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais,
na especialidade de Estudos de Segurança e da Paz,
apresenta à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Professora Doutora Teresa de Almeida Cravo

Imagem da capa: Desembarque anfíbio no Exercício *Trident Juncture* 2015
Fonte: <http://www.shape.nato.int/trident-juncture-2015-shows-nato-capabilities>

Coimbra, 2017

DEDICATÓRIA

*À Lara e aos meus pais,
por tudo.*

AGRADECIMENTOS

A vontade de enriquecer enquanto pessoa e profissional leva-nos a percorrer caminhos fora da nossa zona de conforto. O caminho das Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra foi um empreendimento pessoal para entrar numa área do conhecimento que mostrasse uma alternativa sobre segurança e paz.

Agradeço em primeiro lugar à Professora Doutora Teresa Cravo, que nas funções de minha Orientadora, guiou-me neste caminho com a maior disponibilidade, compreensão e profissionalismo e as suas contribuições rigorosas e excedíveis foram deveras determinantes para realizar a Dissertação. Acima de tudo, gratifico pelo desafio lançado para abraçar a Geopolítica Crítica na minha investigação.

Agradeço ao Professor Doutor José Manuel Pureza por me ter incutir espírito crítico em relação ao tema da investigação.

Agradeço ao Professor Doutor Pascoal Pereira pela disponibilidade e comentários construtivos aos capítulos e durante as aulas de Seminário de Acompanhamento.

Agradeço ao meu camarada e colega Álvaro Santos, pela companhia nesta jornada e pelos conselhos que me deu durante a redação. Reconheço também, a ajuda dada durante o desenvolvimento da investigação pelos meus colegas Isabel Sardo e Pedro Constantino.

Agradeço ao meu pai pela correção ortográfica e debate de ideias. E a todos os professores, colegas, amigos e familiares que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação. E claro, ao Exército Português por dar-me as bases necessárias nesta incursão além-fronteiras e pelos momentos vividos na VJTF.

Agradeço especialmente à Lara, por ter-me acompanhado e suportado neste caminho trabalhoso, pela sua dedicação, compreensão e paciência. Foi sem dúvida a pedra basilar para o sucesso do meu Mestrado.

Finalizando, agradeço à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra que abriu-me os horizontes e fez sair da minha zona de conforto para descobrir um conhecimento válido e enriquecedor no meu pensamento sobre as Relações Internacionais.

RESUMO

A Geopolítica Crítica, baseada na ideologia do desconstrutivismo e da Teoria Crítica, caracteriza-se por interpretar a teoria praticada na política mundial. Esta permite ver o que está por detrás das representações espaciais, destacando factos geográficos que para o comum dos leitores parecem simples e irrevogáveis. No contexto mundial contemporâneo, a relevância política da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e a sua credibilidade como força militar foram postas em causa devido às ameaças de segurança física associadas ao fundamentalismo islâmico e à guerra híbrida. Esta descredibilização foi agravada pela ausência de consenso e de vontade coletiva nas prioridades de segurança, bem como pela divergência nas perceções de ameaça dos Estados-membros. Em resposta aos desafios, realizou-se a Cimeira de Gales em setembro de 2014 procurando alterar a postura estratégica da organização: dando prioridade à ameaça no flanco Leste e reforçando o paradigma de defesa coletiva através do emprego das identidades europeias. Esta dissertação tem como objetivo analisar a instrumentalização intencional das identidades na estratégia de Gales, principalmente o recurso à Europa do Sul na construção da cultura geopolítica da Aliança. Pretende-se assim clarificar a questão: como é que a estratégia de Gales responde aos desafios da NATO? Para esta investigação recorreu-se ao método de estudo de caso, numa abordagem indutiva. Foi feita a análise do discurso de Gales e do seu impacto prático na geopolítica mundial, através da análise de conteúdo qualitativa e da análise de discurso sistemática. Os países da Europa do Sul dificultam a construção de uma realidade geopolítica favorável à manutenção do *status quo* de conservação da hierarquia de poder na ordem Euro-Atlântica. A Aliança recorreu a estes países na representação espacial da sua cultura geopolítica para responder aos seus desafios institucionais. Na estratégia de Gales, os países da Europa do Sul serviram como meio para reafirmar o papel da NATO na segurança internacional através da projeção de forças armadas destes países para o flanco Leste, com a reconfiguração das forças de prontidão e na demonstração de força dissuasora com exercícios de alta-visibilidade. O argumento apresentado defende que na estratégia de Gales houve preferência para aumentar a perceção de ameaça no flanco Leste, visto que é o alvo de resposta coletiva mais facilmente identificável. A NATO trabalhou propositadamente os seus discursos, metáfora espacial e cultura geopolítica, no sentido de dar proeminência a essa ameaça procurando justificar e manter o seu papel na segurança internacional, e assim unir a Europa contra o

inimigo híbrido e reduzir ataques à sua credibilidade. A estratégia de Gales procurou moldar a imaginação geopolítica sobre as ameaças à segurança internacional e prioridades de segurança. Contudo, também trabalhou no sentido de construir uma representação espacial que fortalecesse a sua imagem geopolítica como organização que garante a segurança coesa e solidária ao espaço Euro-Atlântico. Em consequência, esta renovou a relação de dependência, em matérias de segurança, da periferia Sul com o centro europeu e reafirma o papel da Aliança como ferramenta de política externa dos Estados das classes hegemónicas. Desta forma, o nosso contributo é empírico e teórico: Em primeiro, constitui uma crítica desconstrutiva do arranjo imperialista de Gales. Aqui expõe-se o papel dado ao Sul da Europa como fator geográfico, supostamente simples e irrevogável, na mudança de postura da NATO. A escolha das identidades e dos locais para a demonstração da defesa coletiva face a ameaça híbrida no Leste ganha maior relevo nesta questão. Segundo, o estudo aplica a Geopolítica Crítica enquanto quadro teórico bem como na análise geopolítica de forma relevante a um estudo de caso atual e tão importante como a NATO.

Palavras-chave: Cimeira de Gales, Desafios, Europa do Sul, Geopolítica Crítica, NATO.

ABSTRACT

Critical Geopolitics is based on the ideology of deconstructivism and Critical Theory, it is characterized by the understanding of the theory practiced in world politics. Therefore, it allows us to grasp what lies behind the spatial representations, thus highlighting those geographical facts that for common understanding seem simple and unchangeable. In the current global environment, the political relevance of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and its credibility as a military force have been challenged because of the security threats of the Islamic fundamentalism and the hybrid war. This situation of skepticism is worsened by the lack of consensus and collective will among the security priorities, as well as divergences in perceived threats by the Member States'. In response to these challenges, the organization held the Wales Summit in September 2014, seeking to change its strategic position, in order to prioritize the threat in the Eastern flank by strengthening the collective defense paradigm through the use of European identities. The dissertation aims to analyze the intentional utilization of the identities in the Wales strategy, especially the use of the Southern European countries in this construction of geopolitical culture of the Alliance. Therefore, the idea is to find an answer for this question: how does the Wales strategy respond to the NATO's challenges? For this research, the case study method, in an inductive approach was used. The Wales's discourse and its practical impact on global geopolitics were analyzed through the qualitative content analysis and systematic discourse analysis. Southern European countries hinder the construction of a favorable geopolitical reality for the preservation of the status quo and management of hierarchy of powers in the Euro-Atlantic order. The Alliance has resorted to these countries for the spatial representation of their geopolitical culture, in order to respond to its institutional challenges. In the Wales strategy, Southern European countries served as a means to reaffirm the role of NATO in the international security, through the projection of their military forces to the Eastern flank with the configuration of the readiness forces and demonstration of dissuasive force with high visibility exercises. The argument presented defends that with the Wales strategy there was a predilection for increasing perceived threat on the eastern flank, considering that it can be easily identifiable and targeted collectively. The NATO intentionally worked on its discourses, spatial metaphor and geopolitical culture in order to give distinction to this threat, and by so validate and maintain its role in international security, and therefore unite Europe

against the hybrid enemy and enhance its credibility as a force. The Wales strategy sought to outline geopolitical imagination regarding threats to international security and security priorities. However NATO also worked so as to build a spatial representation that would strengthen its geopolitical image as an organization that guarantees cohesive and solidary protection to the Euro-Atlantic space. Consequently this renews the relationship of security dependence between southern periphery and the European center and endorses the role of the Alliance as a foreign policy tool to the hegemonic' states. In this manner, the contribution of the thesis is empirical and theoretical: first, it applies a deconstructive assessment of the imperialist arrangement in Wales Summit. At this point it exposes the role given to Southern Europe as a supposedly simple and unchangeable geographic fact in the alteration of NATO's posture. The choice of the identities and the geographical locations for the demonstration of the collective defense against the hybrid threat in the Eastern front is emphasized in this matter. Secondly, the study applies Critical Geopolitics, as a theoretical framework, and geopolitical analysis which is relevant to this contemporary and important case study such as NATO.

Keywords: Challenges, Critical Geopolitics, NATO, Southern Europe, Wales Summit.

LISTA DE SIGLAS

EI	Autoproclamado Estado Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
IISS	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
IOM	Organização Internacional de Migração (<i>International Organization for Migration</i>)
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte (<i>North Atlantic Treaty Organization</i>)
NRF	<i>NATO Response Force</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RAP	<i>Readiness Action Plan</i>
RI	Relações Internacionais
SI	<i>Sistema Internacional</i>
VJTF	<i>Very High Readiness Joint Task Force</i>
UE	União Europeia

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 – Discurso histórico da Geopolítica.....	14
Quadro nº 2 – Comparação entre escolas.....	17
Quadro nº 3 – Contribuintes no Báltico	72

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Mapa da análise Geopolítica crítica	6
Figura nº 2 – Propaganda norte-americana de contenção 1947-1991	13
Figura nº 3 – Presença espacial da NATO em 2015	26
Figura nº 4 – Gráfico representativo do PIB dos Estados-membros entre 2008-2015	30
Figura nº 5 – O Califado do EI.....	33
Figura nº 6 – Gastos no setor de defesa desde 2008	36
Figura nº 7 - A conquista do Báltico em 60 horas	42
Figura nº 8 – Representação espacial de Barnett	52
Figura nº 9 – Implementação das bases da NATO de 2016 até 2018	55
Figura nº 10 – Imagens da CNN sobre carros de combate russos na Ucrânia	57
Figura nº 11 – Cartaz da série televisiva <i>Game of Thrones</i>	59
Figura nº 12 – A “nova” e “velha” cortina-de-ferro da NATO.....	64
Figura nº 13 – A NATO na Europa do Leste em 2015	71
Figura nº 14 – Localização do <i>Trident Juncture</i> 2015.....	74
Figura nº 15 – Gastos na defesa em percentagem do PIB.....	75

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	v
LISTA DE SIGLAS.....	vii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
SUMÁRIO	ix
INTRODUÇÃO	1
1. Argumento	2
2. Enquadramento teórico	4
3. Metodologia.....	6
4. Objetivo	8
5. Relevância.....	9
6. Estrutura.....	9
CAPÍTULO I – A GEOPOLÍTICA CRÍTICA	11
1.1. O surgimento do pensamento crítico sobre Geopolítica.....	11
1.1.1. Os elementos estruturantes da geopolítica tradicional.....	11
1.1.2. Uma comparação entre escolas.....	15
1.2. O questionamento da Geopolítica.....	17
1.2.1. A desconstrução do discurso.....	18
1.2.2. A alternativa.....	20
1.3. Discussão	21
1.3.1. Principais críticas à escola	22
CAPÍTULO II – OS DESAFIOS À NATO.....	25
2.1. O papel da NATO	25
2.1.1. Posicionamento no sistema internacional	27
2.2. Os desafios contemporâneos.....	30
2.2.1. As ameaças à segurança Euro-Atlântica.....	31
2.2.2. A (des)credibilidade no papel da NATO	35
2.2.3. A incerteza europeia	36
2.3. A construção da metáfora espacial	38
2.3.1. A espacialização de ameaças	38

2.3.2. A transformação da realidade geopolítica.....	40
CAPÍTULO III – A ESTRATÉGIA DE GALES	43
3.1. A Cimeira de Gales	43
3.1.1. A alteração de postura.....	44
3.1.2. A viragem a Leste	46
3.1.3. Uma mudança intencional.....	47
3.2. A cultura geopolítica da NATO	49
3.2.1. Geopolítica Formal	49
3.2.2. Geopolítica Prática.....	52
3.2.3. Geopolítica Popular.....	55
3.3. O impacto da estratégia de Gales	59
3.3.1. A imaginação geopolítica.....	60
CAPÍTULO IV – O RECURSO À EUROPA DO SUL.....	63
4.1. As identidades europeias.....	63
4.1.1. Uma escolha propositada	65
4.2. A representação espacial com o Sul.....	69
4.2.1. A projeção no Leste	69
4.2.2. A demonstração de força.....	72
4.3. A contenção das ameaças.....	75
4.3.1. O impacto na ameaça híbrida.....	75
4.3.2. A dissuasão com o Sul	77
4.4. A resposta aos desafios	79
4.4.1. O impacto nas perceções internas	79
4.4.2. O fortalecimento do papel da NATO	82
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	85
5.1. Resposta à problemática.....	85
5.2. Contributo	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
APÊNDICE I – OS CONCEITOS-CHAVE DO ESTUDO	Ap-1
1. Metáfora espacial	Ap-1
2. Cultura geopolítica.....	Ap-1
3. Imaginação geopolítica	Ap-2
APÊNDICE II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Ap-4
APÊNDICE III – O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO	Ap-7
APÊNDICE IV – A GUERRA HÍBRIDA.....	Ap-10

INTRODUÇÃO

A Cimeira de Gales da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), realizada em setembro de 2014, representou historicamente “um dos momentos mais difíceis desde a sua fundação” (Lindley-French, 2014: 4). Isso deveu-se ao combinar de fatores externos e internos que provocaram dúvidas sobre a sua credibilidade e utilidade como organização na segurança internacional. Segundo Friedman (2015) e Lindley-French (2015), este questionamento resultou externamente pelo comportamento revisionista russo, concretizado na crise da Ucrânia, e pela ocorrência de ataques terroristas nas capitais europeias, preconizados principalmente pelo autoproclamado Estado Islâmico (EI), e internamente pelas reduções dos gastos na defesa nos orçamentos e ausência de consenso e identidade coletiva nos Estados europeus mais afetados pela crise financeira.

Perante os desafios contemporâneos, alguns autores defendem que houve uma viragem estratégica da Aliança, de gestão de crises para defesa coletiva, nomeadamente Simón (2014), Sakwa (2015) e Drent e Zandee (2014), concretizada na *Estratégia de Gales*¹ (NATO, 2014a), onde os líderes basearam-se em consultores académicos da Geopolítica² para alterar a perspetiva geopolítica do seu espaço, nomeadamente Kissinger (1995) e Barnett (2003), procurando assim reforçar e reafirmar novamente a organização no sistema internacional (SI). Precisamente desenvolveu-se uma mudança “para reforçar a defesa coletiva e investir em recursos que garantam que a Aliança esteja pronta a enfrentar qualquer desafio” (*idem, ibidem*: 1). Entre várias interpretações, a nossa abordagem – *Geopolítica Crítica* – analisou a representação espacial da cultura geopolítica da NATO construída na Cimeira de Gales, considerando os fatores geográficos empregues a fim de provocar alterações no comportamento dos Estados-membros e nas perceções sobre segurança no espaço Euro-Atlântico.

Esta estratégia compreendeu as medidas vertidas no *Readiness Action Plan* (RAP) – de *Assurance* e *Adaptation* (*idem*, 2015c) – e os discursos geopolíticos decorrentes de maneira a responder aos desafios conjunturais. Para uma melhor compreensão do problema, definimos à partida os conceitos de *Cultura Geopolítica* e *Imaginação*

¹ Foi do nosso entendimento denominar “Estratégia de Gales” à mudança político-estratégica resultante da Cimeira de Gales em setembro de 2014.

² A palavra Geopolítica iniciada em maiúsculas refere-se à Geopolítica enquanto disciplina, cujo significado tradicional é o “estudo dos fatores geográficos em função da decisão política” (Correia, 2012: 229).

Geopolítica. O primeiro, significa “influência, posição e identidade única da Agência/Estado no mundo” Ó Tuathail, *et al.* (2006: 7), ou seja, o “poder para construir um entendimento popular sobre uma realidade geopolítica” (Dalby, 1998: 295). Já o segundo é “a interpretação cultural [...] das representações geopolíticas feitas por nós e pelos outros” (Dodds, 2007: 46), por outras palavras, “as formas predominantes que a política mundial é representada, falada ou praticada pelos principais atores e comentaristas geopolíticos” (Agnew, 2003: 16). Assim, este ângulo de análise expõe as decisões e práticas supostamente neutras, particularmente, questionando os discursos e a mudança estratégica que induzem o medo da potencial ameaça no Flanco Leste³, ou seja, a “ideia de ameaça à segurança nas fronteiras da Aliança, [...] provocou uma mudança de comportamento e de discurso” (Forsberg e Herd, 2015: 53) na tentativa de transformar as percepções sobre ameaças e alterar as prioridades de segurança nos Estados-membros.

Neste contexto, numa visão que “contesta no discurso geopolítico o assumir de fatores geográficos imutáveis e dados como garantidos” (Dalby, 2008: 432), estudamos em particular a decisão da escolha dos países da Europa do Sul – Espanha, Itália e Portugal – para desempenharem, segundo Stoltenberg (2015a), um papel “na linha da frente” na representação dessa realidade geopolítica⁴. Posto isto, o objeto de estudo é o recurso à Europa do Sul na estratégia de Gales, pelo que questionamos: *Como é que a estratégia de Gales responde aos desafios da NATO?* A partir desta, derivamos em três perguntas:

1. *Qual a metáfora espacial que se pretende representar para lidar com a atual realidade geopolítica?*
2. *Que cultura geopolítica da NATO é construída com a estratégia de Gales?*
3. *Como e por que motivo os países da Europa do Sul alteram a cultura geopolítica da NATO?*

1. Argumento

O fio condutor da dissertação move-se primeiramente pela apresentação da construção do ambiente securitário na Europa em torno da ameaça iminente ao espaço Euro-Atlântico no Flanco Leste. A instabilidade de segurança e a potencial fragmentação

³ O *Flanco Leste* – ou espaço *Intermarium* – é uma “região que compreende oito Estados nórdicos, Bálticos e da Europa Oriental (...) e composta igualmente pelas ex-repúblicas soviéticas” (McNamara, 2016).

⁴ A realidade geopolítica refere-se ao produto da representação espacial narrada pelas elites geopolíticas.

das identidades na União Europeia (UE) e a situação institucional na NATO são propensas para dar proeminência à ameaça a Leste nos respectivos discursos geopolíticos procurando assim justificar melhor o seu papel, e dirimir ataques à sua credibilidade. Nestas circunstâncias, a metáfora espacial utilizada envolve a narrativa de histeria à guerra híbrida proveniente do exterior das fronteiras, que em termos de impacto na imaginação geopolítica das identidades europeias, permite acentuar a linha que separa quem está *inside* e *outside* da Aliança, fortalecendo a imaginação geopolítica sobre o bloco central europeu. Concomitantemente, o recurso a esta metáfora, inspirada no binómio de Walker (1993), permite a construção do papel da NATO para lidar com as atuais ameaças e articula as perceções dos Estados-membros em prol do consenso e da vontade coletiva.

Em segundo lugar, analisamos a estratégia de Gales à luz da teoria da Geopolítica Crítica, dividindo-a em três campos: “o discurso geopolítico, a prática estratégica e a cultura popular” (Ó Tuathail e Dalby, 2002: 5). Reconhecemos que a NATO trabalhou propositadamente os seus discursos e influenciou os Estados-membros como cultura geopolítica, no sentido de destacar a ameaça a Leste, ajudando a fundamentar o seu papel, e simultaneamente fortalecer a imagem geopolítica da organização como garante da segurança ao espaço Euro-Atlântico. Num primeiro plano, baseamos o nosso argumento nas premissas teóricas de geopolíticos que estão replicadas nos discursos e Estratégia. Em segundo plano, assentamos na concretização geográfica da Cimeira em termos económicos e demonstração de força. Em terceiro plano, temos a popularização e mediatização do fenómeno da Cimeira. A partir desta análise fundamentamos que a estratégia de Gales reforçou a cultura geopolítica da NATO, reproduzindo uma imagem sobre a importância do seu papel no campo da segurança Euro-Atlântica, privilegiando os investimentos na defesa coletiva para reforçar o flanco Leste e naturalmente renovar o seu papel como ferramenta de política externa dos Estados-membros no SI.

Em terceiro lugar, recorreremos à ligação entre os países do sul para o reforço da cultura geopolítica da NATO nesta estratégia, argumentando que como os países da Europa do Sul dificultam a construção de uma realidade geopolítica favorável à manutenção do *status quo* de conservação da hierarquia dos poderes na ordem Euro-Atlântica, então esta estratégia recorreu principalmente a estes países para responder aos seus desafios institucionais. São também estas identidades que melhor se adequam nesta estratégia, pois permitem uma imagem neutra, coesa e solidária da Aliança na resposta à

ameaça híbrida. Ao reproduzir espacialmente as fronteiras e a ameaça a Leste na imaginação geopolítica das percepções do Sul, estes investem em recursos e empenham-se em prol da defesa coletiva, neutralizando este potencial inimigo e enriquecendo perpetuamente a economia do centro, renovando a relação de dependência na Europa. Isto é, a mudança estratégica baseia-se no recurso à origem do problema, o de rotura do consenso e vontade coletiva na Aliança. Para alicerçar esta visão apresentamos fatores geográficos – que são vistos como neutros – sobre a projeção terrestre, marítima e aérea de forças militares e também, sobre a configuração e demonstração de força dissuasora adotados na Cimeira de Gales. Com este estudo pretendemos argumentar que A NATO recorreu intencionalmente ao Sul da Europa na estratégia de Gales como meio para reafirmar o seu papel, de forma a construir uma representação espacial que agrega as identidades e credibiliza a imaginação geopolítica sobre a Aliança e conserva a relação de poder no espaço Euro-Atlântico.

2. Enquadramento teórico

A Geopolítica Crítica é a nossa escola teórica. Surgiu no período pós-Guerra Fria, preocupada com a “ligação entre locais, comunidades e consequências que decorrem da divisão particular do mundo” (Dodds, 2007:1). No nosso caso, em vez de dissecarmos o paradigma de “velha” Guerra Fria, analisamos criticamente a “nova” Guerra Fria, proporcionando uma “visão mais profunda e complexa sobre espaço e poder do que a permitida na Geopolítica *mainstream*” (Kuus, 2010: 689). Assim, focamo-nos na “formatação geográfica e significado dados no pensamento de segurança, defesa e política internacional” (Dalby, 2008: 415), analisando o “comportamento político e discursos geopolíticos que produzem a representação do território, fronteiras e identidades, a fim de alterar ou manter a posição de poder dos Estados” (Ó Tuathail e Agnew, 1992).

Graças à profundidade no exame das formatações geográficas, discursos, produções académicas e comportamento estratégico, é nos permitido “expor os jogos de poder do grande esquema geopolítico [das classes hegemónicas] ” (Ó Tuathail, 1996: 48), por outro lado, de acordo com O’Loughlin e Ó Tuathail (2015), “entender como a cultura com base na ideologia afeta a distribuição de poder”. Note-se que este pensamento dissecou os “discursos políticos contemporâneos, precisamente onde as representações geográficas são dadas como absolutas” (Dalby, 2002: 444), portanto, as premissas espaciais supostamente

neutras podem induzir uma cultura geopolítica enganosa, que “leva ao posicionamento certo das coisas” (Foucault, 1989: 92). Por exemplo, uma análise superficial do rótulo de «Nova Guerra Fria» induz no pensamento um novo período bipolar. Já no caso da *Cimeira de Gales* (2014a), as premissas do inimigo no Flanco Leste viabilizam o posicionamento “certo” das percepções nos Estados-membros.

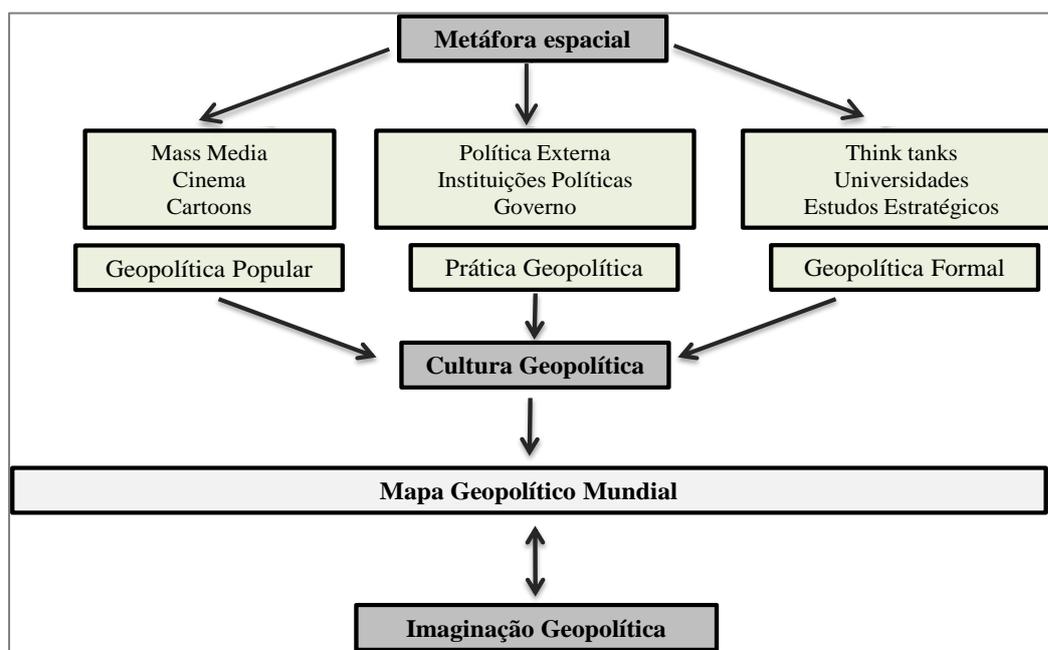
Na Geopolítica, neste caso, da NATO, existem práticas da cultura geopolítica que usam metáforas espaciais para coagir a aceitação de decisões políticas, estas são divididas “conjuntamente de forma Formal, Prática e Popular” (Ó Tuathail e Dalby, 2002: 5). Dos conceitos apresentados⁵ anteriormente – cultura geopolítica e imaginação geopolítica, cabe agora explicar o conceito de *Metáfora Espacial*, portanto, “imagens culturalmente codificadas que determinam o que devemos sentir sobre os fenômenos representados” (Foucault 1980: 69), cujo significado prende-se com o impacto na imaginação geopolítica sobre uma determinada cultura geopolítica com termos/imagens utilizados na representação da realidade geopolítica (Ó Tuathail, 1996). Assim, considerando a representação geopolítica predominante numa determinada área geográfica, conseguimos encontrar a metáfora espacial utilizada por uma cultura geopolítica, que no nosso caso representa a forma como são construídos os desafios à NATO. De acordo com Smith e Katz (1993), as metáforas facilitam a compreensão de conceitos complexos, nomeadamente «cortina de ferro» ou «ameaças», utilizados nos discursos para explicar certos fenômenos, como por exemplo «Guerra Fria» ou «Guerra ao Terror». Contudo, segundo Dalby (2002: 297), as “metáforas espaciais são alvo da apropriação das hegemonias para moldar percepções e dar determinado significado às suas estratégias”.

Como resultado deste enquadramento, a Geopolítica crítica possibilita expressar a estratégia dum Estado, Aliança, ou região, que segundo Tuathail e Dalby (2002; 4) representa “uma determinada maneira de produção das fronteiras políticas. Simultaneamente “estuda as implicações do recurso a uma representação, entendimento ou história particular em vez de outras” (Dittmer e Sharp, 2014: 5), isto é, podemos analisar a importância do poder do discurso de uma determinada cultura geopolítica na História e na definição das fronteiras mundiais. O conjunto deste entendimento materializa-se na representação espacial da realidade geopolítica, como no esquema de Ó Tuathail e Dalby (2002: 5), no entanto para completar esta análise do mapa decidimos incluir o conceito de

⁵ Realizámos uma breve Revisão da Literatura dos três principais conceitos do estudo – ver *Apêndice I*.

«metáfora espacial» relacionado com «cultura geopolítica» – ver Figura nº 1, pois Foucault (1980: 68) acrescenta que nas representações espaciais “contrasta o uso abundante de metáforas espaciais”. Note-se que Ó Tuathail e Agnew (1992), Hepple (1992) e Agnew (2004) recorreram igualmente a este conceito no decorrer das suas análises geopolíticas.

Figura nº 1 – Mapa da análise Geopolítica crítica



Fonte: baseado em Ó Tuathail e Dalby (2002: 5).

Resumidamente, Geopolítica Crítica expõe a representação da realidade que está preocupada em “manter ou ampliar as fronteiras materiais e imateriais da sua estrutura” (Ó Tuathail e Dalby, 2006: 8), onde a metáfora espacial serve de meio e a cultura geopolítica é o resultado desta representação, transformando a realidade geopolítica mundial e a imaginação geopolítica sobre essa estrutura.

3. Metodologia

Na investigação abordámos o problema pelo método indutivo de Francis Bacon portanto, partimos de fenómenos particulares e inferimos em conclusões gerais, ou seja, o nosso argumento ganha corpo à medida que avançamos ao longo da dissertação, isto, segundo Freixo (2009: 96) significa, “começar por uma observação para que, no final de um processo, se possa elaborar uma teoria [...] o raciocínio indutivo faz-se do particular para o geral”. Por exemplo, apresentamos situações particulares sobre factos geográficos

na Estratégia de Gales, para inferirmos no final numa conclusão geral. Nesta abordagem, diferente da hipotético-dedutiva que testa hipóteses para responder a uma problemática, partimos “da observação, [e] o indicador é de natureza empírica, [logo] o modelo será submetido ao teste dos factos” (Quivy e Campenhoudt, 2008: 196).

Adicionalmente, utilizámos o método do estudo de caso, realizando uma “abordagem empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e que permite relacionar as variáveis com as causas investigadas” (Yin, 2009), cujo caso do fenómeno em estudo seja representativo do problema. Neste método, o fenómeno prende-se com a “prática discursiva de representação espacial da política internacional” (Ó Tuathail, 1996: 46), onde o discurso e comportamento da NATO foram construídos ao longo da história moldando as perceções dos Estados-membros em prol das classes hegemónicas. Aqui, o problema subentende a forma como foi representado a realidade espacial com Gales, ou seja, fruto da situação político-económica do Ocidente, a NATO modificou os fatores geográficos para veicular a representação das ameaças considerando os países mais afetados pela crise económica e com maior grau de fragmentação. Neste caso, a escolha particular dos países do Sul da Europa na estratégia de Gales para reproduzir a cultura geopolítica da NATO, destaca-se, pois representa um novo paradigma da utilização e do papel dado aos Estados-membros da NATO, pelo recurso a países sem proximidade geográfica ou histórica para responder ao desafio híbrido.

Na fase de recolha de dados documentais preexistentes⁶ (Quivy e Campenhoudt, 2008), recorreremos à pesquisa bibliográfica em livros, artigos e material disponibilizado *online*, e também, à pesquisa documental em materiais que sem tratamento analítico como notícias, documentos e relatórios oficiais, onde pretendemos localizar perceções, projeções de forças e orçamentos nacionais. Os obstáculos encontrados prendem-se com a proximidade temporal e espacial ao objeto de estudo, podendo provocar uma visão parcial e subjetiva do autor, e o grau de classificação de segurança em documentos da NATO, que limitou a profundidade do estudo de caso. Temporalmente a investigação inicia-se com o abate do Boeing 777 da *Malaysia Airlines*, em 17 de julho de 2014, em Donetsk na fronteira da Ucrânia com a Rússia, cujo resultado amplo impacto mediático e nos discursos dos líderes ocidentais, representando um acontecimento ideal para alimentar a construção da ameaça a Leste, e termina em junho de 2016, no período antecedente à Cimeira de

⁶ Justificámos a escolha destes dados expostos na Revisão Bibliográfica – ver *Apêndice II*.

Varsóvia, onde se concretizou a implementação da estratégia de Gales, operacionalizando-se a nova força de resposta imediata.

Por fim, recorreremos ao método de análise de conteúdo e de discurso. Na análise de conteúdo, examinamos certos elementos constitutivos da narrativa, nomeadamente, a escolha de “termos, a sua frequência e modo de disposição”. Pelo método qualitativo, incidimos particularmente na análise estrutural de “aspetos subjacentes e implícitos da mensagem” (*idem, ibidem*: 236-239) nos documentos oficiais da NATO, de altas entidades da Aliança e da comunidade académica ocidental. Consideramos principalmente artigos e livros sobre a Cimeira de Gales, baseando-nos no fenómeno de criação de um sentimento securitário face à Rússia. Para completarmos a correlação entre esta argumentação e o impacto da imaginação geopolítica, analisamos estatisticamente “dados [...] provenientes de instituições e de organismos públicos” (*idem, ibidem*: 202), para comprovar os efeitos desta estratégia no comportamento dos atores. Contudo, também, realizámos a análise do discurso sistemática de alguns *media* que fundamentam o argumento de indução do medo na audiência, retirando os exemplos mais flagrantes, procurando compreender o sentido da sua produção, onde a audiência submete-se “às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia” (Pêcheux, 2002, 12). Neste caso, baseámo-nos nas notícias sobre a Rússia e a Cimeira de Gales, transmitidas em horário nobre, por canais televisivos e jornais com maior número de visualizações pela comunidade ocidental e também os mais mediáticos nos países do Sul da Europa.

4. Objetivo

O objetivo geral do trabalho é analisar o poder de construir um entendimento popular sobre uma realidade geopolítica, através da alteração de postura da NATO com a Cimeira de Gales. Igualmente analisar como organização internacional⁷ de segurança que serve de ferramenta para a política externa dos países hegemónicos, que mantem a situação social e económica de poder no SI. Parcelarmente pretende-se observar a NATO no SI e a alteração da sua postura face aos desafios de credibilidade e de decadência de poder, provocados pela guerra híbrida e fundamentalismo islâmico. Também, estudar a

⁷ Uma “organização intergovernamental, regional ou global regida pelo direito internacional e estabelecida por um grupo de estados, com personalidade jurídica internacional conferida por um acordo internacional, no entanto é caracterizada pela criação de direitos e obrigações passíveis de imposição com a finalidade de cumprir uma determinada função e concretizar objetivos comuns” (NATO, 2015f: 2-I-8).

representação de uma realidade geopolítica com recurso a forças sem ligação afetivas e geográficas – o Sul da Europa, na resposta coletiva de solidariedade e consenso aos países “supostamente” mais afetados pelas ameaças à NATO – o Leste da Europa. Finalmente observar o impacto nas perceções e identidades dos Estados-membros, portanto na imaginação geopolítica, da instrumentalização destes países na construção da cultura geopolítica da Aliança.

5. Relevância

A particularidade do papel, localização e identidade dada aos países do Sul da Europa na estratégia de Gales, representa um novo paradigma de aplicação de fatores geográficos, cuja análise encontra-se ausente na lente da Geopolítica Crítica, existindo somente em estudos críticos de segurança (Behnke, 2013; Formichetti e Tessari, 2014). Com a nossa lente destacamos a atribuição do papel principal às identidades com maior potencialidade para a quebrar o consenso e união na Aliança, reproduzindo uma realidade geopolítica propositada, sustentada numa metáfora espacial fraturante sobre o que está fora da Aliança, e, “ganha significado social e força persuasiva” (Ó Tuathail, 1996: 57). Portanto, para além da apresentação da narrativa sobre as ameaças, a inovação prende-se com o recurso às identidades do sul para potenciar a representação da ameaça, efetivando a conservação do papel da NATO na segurança Euro-Atlântica.

Teoricamente, este estudo reforça o argumento da moldagem do atual contexto das Relações Internacionais (RI) pelo Ocidente através da NATO, como fizeram Dalby (2002), Dodds (2005), Monaghan (2015), particularmente, pela escolha das identidades do Sul da Europa, na tentativa de conservar as relações de poder na Europa. Quanto às restantes lentes, esta abordagem permite expor o recurso intencional a fatores geográficos declarados como neutros, mas que em último caso permitem manter a relação de poder no espaço Euro-Atlântico.

6. Estrutura

A dissertação divide-se em cinco capítulos. O primeiro faz a discussão teórica, esquematizando conceptualmente o estudo de caso. O capítulo seguinte aborda a construção da realidade espacial, demonstrando as ameaças de segurança e os desafios ao papel atual da NATO. Seguidamente, procedemos com a análise geopolítica à luz da

Geopolítica Crítica em torno da mudança estratégica da Aliança decorrente da Cimeira de Gales, discutindo práticas estratégicas, fundamentos teóricos e impacto na cultura popular. Segue-se o capítulo do estudo de caso, que demonstra o recurso aos Estados-membros do sul da Europa na estratégia de Gales, evidenciando a moldagem da imaginação geopolítica sobre a cultura geopolítica da NATO. Na conclusão, respondemos à problemática, salientando o recurso à Europa do Sul na contenção das ameaças e resposta aos desafios, debatendo criticamente a manipulação do discurso e fatores geográficos na Cimeira.

CAPÍTULO I – A GEOPOLÍTICA CRÍTICA

“A Rússia imperialista está de volta?” Este é um discurso dominante na comunicação social e nas elites estratégicas⁸, que instrumentaliza uma rotulagem deliberada para possibilitar ações excepcionais ao poder político. Assim, é fundamental nestas de representações que “entendamos melhor a ligação entre locais, comunidades e as suas consequências” (Dodds, 2005: 3), para compreender a moldagem da ordem mundial.

Neste Capítulo realizamos uma abordagem ao estudo crítico da Geopolítica, proporcionando uma análise sobre o surgimento desta escola, diferenças da tradicional, destacando a dicotomia geográfica entre NATO e ameaças à segurança, através das premissas *foucaultianas* do “poder das palavras” e *gramscianas* do “poder de quem escreve as palavras” (Ó Tuathail, 1996: 46).

1.1. O surgimento do pensamento crítico sobre Geopolítica

Quando falamos em Geopolítica, facilmente associamos o termo a Rudolf Kjellén e Friedrich Ratzel, seus pais-fundadores, ou Halford Mackinder e Henry Kissinger, seus principais pensadores, caracterizada pelo “estudo dos fatores geográficos em função da decisão política” (Correia, 2012: 229), que segundo Dias (2012: 205) tem “influência na ação externa dos diferentes intervenientes na Sociedade Internacional” (Dias, 2012: 205). Contudo, numa visão de rutura com a atratividade no recurso aos rótulos fáceis para explicar a complexa realidade social, surgiu uma nova escola, à margem destes autores e definição, a Geopolítica Crítica.

1.1.1. Os elementos estruturantes da geopolítica tradicional

O pensamento geopolítico influenciou a ação política ao longo da História, mesmo antes do termo «Geopolítica» ter sido batizado. No último século, a Geopolítica baseou-se nas fontes estruturais de poder⁹ “levantando tópicos como poder marítimo, poder terrestre,

⁸ Exemplos desta pergunta sobre a ação russa na Ucrânia, ocorrem em fontes académicas nomeadamente, Ditrych (2014), Saakashvili (2015) ou Caryl (2015), em fontes oficiais, Rasmussen (2014), NATO (2015b), ou Stoltenberg (2015a) e nos *media*, La Repubblica (2014), Simões (2015) e del Castillo (2015).

⁹ Segundo Dias (2005:219), «Poder» “deve ser entendido como a capacidade de impor ao ‘outro’ a nossa vontade; a capacidade de obrigar o ‘outro’, quer ele queira, quer não, mediante a suposição por este, que se não aceita a vontade do primeiro, corre o risco de sofrer sanções eficazes”.

poder aéreo” (Kelly, 2006: 27), poderes conjugados ou dinâmica de poder, para escrever sobre a política externa dos Estados.

Primeiramente, Alfred Mahan referiu a importância geográfica do expansionismo naval, “cujos trabalhos [...] assentavam na defesa da primazia do poder marítimo” (Correia, 2012: 232) e defendeu o “domínio do mar [...] como via de comunicação e como fonte de múltiplos e importantes recursos naturais” (Dias, 2005: 143). De seguida, Halford Mackinder destacou a importância dos conceitos de «Ilha Mundial» e de «*Heartland*» que foram fundamentais na conceção das estratégias da Rússia e dos Estados Unidos da América (EUA), pois estes possuíam “potencialidade suficientes para poder equilibrar o domínio do *Heartland*, desde que [tivessem] capacidade efetiva de intervenção na Europa” (*idem, ibidem*: 117). Destacamos também, a ideia sobre a «*Midland Ocean Alliance*», entendida como uma das propostas primordiais para uma aliança estratégica ocidental, “de maneira a enfrentar um possível bloco entre a Alemanha ressurgente e a nova União Soviética” (Dodds, 2007: 30).

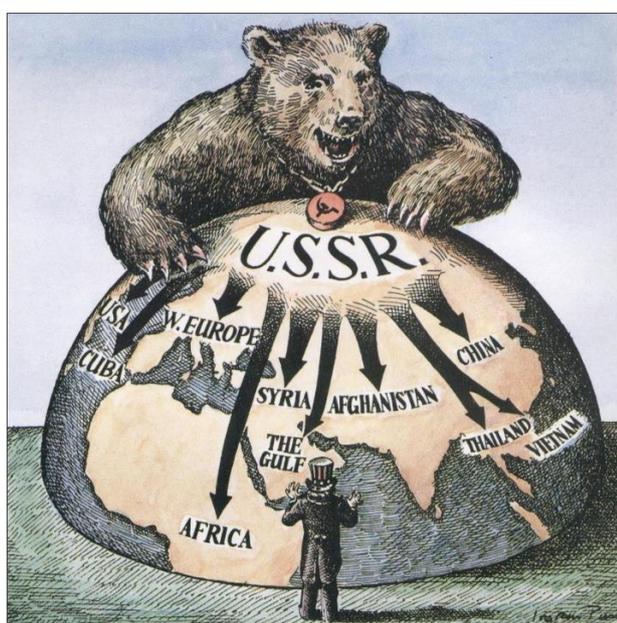
No amadurecimento da disciplina, desencadeado pelas Guerras Mundiais, a perspetiva dos Poderes conjugados, de Nicholas Spykman sobre a «*Rimland*», influenciou “significativamente, as linhas de ação adotadas pelos EUA, no contexto da sua política externa” (Dias: 2005: 187). Spykman defendeu que “o domínio do *Heartland* carece da conquista prévia da *Rimland* e que, neste quadro, seria necessária a existência de uma política intervencionista permanente” (*Idem, Ibidem*: 196). Esta argumentação “legitimou intervenções nas *Rimlands* da Europa do Leste, do Médio Oriente e Norte de África” (Dodds, 2007: 37).

Com a Guerra Fria a Geopolítica tornou-se numa disciplina poderosa pois esteve sempre presente na política mundial e na comunidade académica durante cerca de quarenta anos. Apesar do termo ter sido banido dos discursos, pela conotação negativa ao legado hediondo da II Guerra Mundial, podemos constatar que existiram práticas geopolíticas constantes pelas potências mundiais. Ó Tuathail (2003a) refere que, existiu uma permanente sensação de ameaça, nomeadamente nos estudos de George Kennan, o principal estratega da política externa de contenção norte-americana, que mencionou a União Soviética como um território em contínua expansão – ver Figura nº2. A presença da NATO neste fenómeno das RI materializou-se na Aliança de defesa coletiva criada pelo

bloco ocidental, com principal ator os EUA, para dar resposta ao Pacto de Varsóvia, concebendo assim um mapa geopolítico bipolar, simplista mas atrativo.

Neste período, as elites intelectuais e estrategas¹⁰ levantaram a segurança nacional para justificar as ações dos Estados em defesa da identidade e cultura ocidental¹¹, alegando a existência de “Estados desarticulados no seu alinhamento político” (Dias, 2005: 209) que podiam prejudicar os Estados ocidentais. Isto incitou à “priorização na defesa coletiva e justificou o controlo de certas regiões para defender a soberania nacional” (Dalby, 2002: 300), onde os “guardiões da segurança” – a NATO – combateu no Terceiro Mundo e conteve a União Soviética.

Figura nº 2 – Propaganda norte-americana de contenção 1947-1991



Fonte: <http://thecoldwarmeador.weebly.com/containment-policy.html>.

Com o fim da Guerra Fria e início da globalização, acontecimento que “reformulou a importância do Estado-nação e da territorialidade, [...] geraram-se novas discussões sobre a imaginação do perigo, origem das ameaças e respostas de segurança” (*idem, ibidem*: 300). Igualmente ocorreram debates para definir a nova ordem mundial, por exemplos, de Francis Fukuyama sobre o tipo de ordem pós-soviética dominante.

¹⁰ «Elites intelectuais e estrategas» significam “toda a comunidade de líderes, estrategas e conselheiros que comentam, influenciam e conduzem a política externa do Estado” (Ó Tuathail e Agnew, 1992: 193).

¹¹ Um exemplo desta manipulação foi feito por Kissinger (1995), que recorreu às imagens da guerra civil de El Salvador como uma ameaça direta à segurança norte-americana.

Simultaneamente à incerteza na ordem mundial, com o fim da bipolaridade, surgiu a sensação generalizada de insegurança onde as “origem das principais ameaças aos Estados foi construída nos Estados falhados¹²” (Dodds, 2005: 59), como por exemplo, Roanda, Somália ou Bósnia. Em resposta às violações dos Direitos Humanos, resultaram várias missões humanitárias no seio da ONU, para salvaguardar a liberdade e progresso mundial. Este facto, rearticulou os discursos dominantes, através do rótulo de «segurança global», “de maneira a expandir o mandato das instituições de segurança propiciando intervenções contra esses perigos [globais]” (Dalby, 2002: 301).

Neste período desenvolveu-se uma corrente que questionou a rotulagem intencionalmente transmitida pela Geopolítica tradicional¹³, sintetizado no Quadro nº1, cujo produto foi construído para responder à incerteza mundial e “refletem interesses protecionistas de certas estruturas de poder, que estão profundamente comprometidas na criação e perpetuação desses problemas” (Ó Tuathail: 2003a: 7). A rotura com esta tendência iniciou-se em 1976, estimulada particularmente pela descolonização africana e guerra no Vietname, pela escola francesa de Yves Lacoste (1988: 122), na revista *Heródoto*, no artigo “A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, propondo “expor as rivalidades de poder entre territórios e os seus homens”.

Quadro nº 1 – Discurso histórico da Geopolítica

Discurso	Intelectuais chave	Rótulo dominante
Geopolítica imperialista	Alfred Mahan Halford Mackinder Alexander Seversky Nicholas Spykman	Poder marítimo Poder terrestre Poder aéreo Poderes conjugados
Geopolítica da Guerra Fria	George Kennan Saul Cohen Líderes ocidentais e soviéticos	Contenção Primeiro/Segundo/Terceiro Mundo Ocidente vs. Oriente
Geopolítica da nova ordem mundial	Francis Fukuyama Elites geopolíticas do ocidente e organizações internacionais Samuel Huntington Robert Kaplan Thomas Barnett	O fim da história Estados falhados, Ameaça nuclear e Terrorismo Luta das civilizações Determinismo ambiental Globalização e Integração económica

Fonte: baseado em Ó Tuathail (2003a: 5) e Dittmer e Sharp (2014: 170).

¹² Estado falhado nessa altura significou “Estados saídos da descolonização que não apresentam as estruturas internas necessárias para sustentar a sua soberania jurídica” (Saramago, 2014: 192).

¹³ “Início da era da Geografia pós-moderna, que desorientou a Geografia tradicional” (Ó Tuathail, 1996: 45).

De facto, esta escola surge juntamente com movimento pós-modernista¹⁴, que questionou as “doutrinas que são simplesmente dadas por garantidas, como coisas que vão para os seus lugares naturais” (Chomsky, 2014: 145), proporcionando assim, uma crítica necessária à ideologia dominante, de modo a expor as fraquezas e sugerindo uma alternativa mais abrangente. Inicialmente acusou as representações espaciais que conservaram a hierarquia mundial pelos “métodos científicos objetivos e positivista do neorrealismo de Kenneth Waltz” (Kelly, 2006: 28) e o significado dado à disciplina por Kissinger, como “política de balança de poderes, [...] em que o produto científico seria apenas para assuntos internos e não à escala mundial” (Ó Tuathail, 1996: 45).

Durante os anos 90, este alargamento do pensamento sobre Geopolítica foi identificado como um subcampo da geografia humana, iniciado por textos pós-colonialistas, com uma forte ligação à Teoria Crítica¹⁵, levando à proposta inicial de Dalby (1990: 173): “processo ideológico de construção de fronteiras espaciais, políticas e culturais para delimitar e controlar o espaço político interno”. Este pensamento analisa a produção política intencional no campo da Geografia, permitindo um contributo desprendido das preocupações normativas sobre estrutura e poder, o que “possibilita o compromisso de exposição das formas de dominação presentes nas representações de lugar e das dinâmicas das relações de poderes” (Dodds, *et al.*, 2013: 6).

1.1.2. Uma comparação entre escolas

Na sistematização do surgimento desta escola ilustramos os pressupostos ontológicos e epistemológicos que sustentam o distanciamento da Geopolítica tradicional. Por um lado, a Geopolítica tradicional, de fácil acesso e compreensão, sustenta-se na prática de “agendas intelectuais com impacto e moldagem na política externa e na ação dos agentes” (Dittmer e Sharp, 2014: 21), e “como dimensão de Poder tem a habilidade de produzir o mapa irrevogável do mundo” (Kelly e Pérez, 2004: 3). Por outro lado, ao expor-

¹⁴ O pós-modernismo “abriga um conjunto de autores que marcam o final do século XX [...] [que] refutam a possibilidade de estabelecer os fundamentos últimos do conhecimento e transformam as distinções entre real e ideal, objetivo e subjetivo, [...] numa problemática que se relaciona diretamente com os interesses humanos na construção dessas distinções” (Sarmiento, 2014: 418-420).

¹⁵ O pensamento crítico significa “estar consciente de que os compromissos ideológicos e normativos do investigador, assim como as influências do seu meio e sociedade, necessariamente moldam a sua investigação sociológica” (Saramago, 2014: 504).

se a escolha dos fatores geográfico/geoestratégicos¹⁶ numa representação espacial objetiva e facilmente identificável, contribuímos significativamente para o conhecimento e providencia-se “uma decorrente interpretação da realidade” (Dias, 2005: 222). Concomitantemente, as elites geopolíticas desenvolvem superficialmente o mapa geopolítico – tal como o positivismo¹⁷, de acordo com os interesses da ordem dominante, onde as fronteiras representadas propositadamente definem e legitimam a ação política. Por exemplo, as representações de *Heartland* e *Rimland* ou Ocidente e Oriente possibilitaram justificar o colonialismo imperialista na África e Ásia durante o século XX.

Nos pressupostos tradicionais podemos constatar que as “contribuições para o conhecimento não são inocentes, mas estão enraizadas no poder, servindo os interesses de determinados grupos da sociedade e ajudando a manter certas interpretações neutras” (Hepple, 1992: 139). Nesta senda, segundo Nogueira e Messari (2015: 189) “o problema com as teorias positivistas é que parte de pressupostos (por exemplo, sobre a natureza humana) que são colocados fora de qualquer debate e tratados como dados”. Um exemplo pode ser lido em Dodds (2007: 33), referindo a obra de Adolf Hitler “*Mein Kampf*”, que recorreu ao rótulo «*Lebensraum*» de Friedrich Ratzel “para evocar a necessidade da Alemanha reverter o Tratado de Versalhes e procurar um novo destino geográfico na Europa”. Nesta, Hitler argumentou o imperialismo alemão e “que deve-se expandir à custa de Estados inferiores para garantir mais *Lebensraum*” (Ó Tuathail, 2003a: 4). Por outras palavras, a partir da conceção geopolítica de Ratzel, permitiu-se implementar na perceção dos alemães a necessidade do expansionismo nazi.

Contrariamente, a nossa escola é pós-positivista, ou seja, rompe com “a maneira superficial e corrompida em que a Geopolítica tradicional lê o mapa político mundial” (Ó Tuathail, 1999: 108), pois, liberta-se das amarras limitadas pela rede de poder que definem qual o nível de interpretação da realidade, resultando assim, numa leitura das representações espaciais como uma prática cultural de acordo com o contexto, “colocando em primeiro plano de análise a contextualizada, conflituosa e difícil espacialização da política internacional” (Ó Tuathail e Agnew, 1992: 79). Ou por outras palavras, “interpreta a teoria dominante praticada na política mundial”, (Dodds, 2005: 33).

¹⁶ Segundo Dias (2005: 22), “um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, suscetíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectiva consistente de apoio à Política e à Estratégia”.

¹⁷ A teoria positivista tem origem no racionalismo de realistas e liberais, aplicando análises tradicionais – com o método das ciências naturais – para explicar o campo das RI (Nogueira e Messari, 2005).

Em consonância, nesta análise o produto científico é subjetivo, pois a realidade geopolítica “não pode ser observada, mas somente analisada a construção da relação entre agentes, a qual depende das materializações do espaço e poder” (Kelly e Pérez, 2004: 4). Logo, cada relação social no mundo, cada problema tem em si todo um conjunto de respostas diferentes, dependendo do contexto em que o comentador geopolítico observa o problema. Decerto um geopolítico norte-americano examinou o fenômeno da Guerra Fria nessa época de maneira diferente de um soviético.

Comparando as escolas – Quadro nº 2, a Crítica problematiza a perspectiva política supostamente neutra que a tradicional define, com o propósito de “expor os jogos de poder escondidos no conhecimento geopolítico” (Ó Tuathail, 2003b: 3), sendo o alvo principal a construção da representação espacial do mundo, praticados por Estados, organizações e especialistas geopolíticos (Dodds, 2005; Ó Tuathail *et al.*, 2003a). Por outras palavras, a Geopolítica tradicional procura a projeção de poder, já a Geopolítica crítica questiona essa projeção. Em síntese, a Geopolítica crítica é o estudo da prática discursiva utilizada na Geopolítica tradicional que analisa as representações espaciais da política internacional.

Quadro nº 2 – Comparação entre escolas

	Geopolítica tradicional	Geopolítica crítica
Nível de análise	mundial/regional (objetivo)	individual/nacional (subjetivo)
Problematização	neutralidade “ <i>problem-solving</i> ”	alternativa “emancipação”
Propósito	projeção de poder	questionar a dinâmica de poder
Foco de análise	observação histórica, geográfica e diplomática	desconstrução da relação entre agentes
Dimensão temporal	permanência	mudança
Dimensão espacial	fronteiras	construção das fronteiras

Fonte: baseado em Ó Tuathail (2003a) e Kelly e Pérez (2004)

1.2. O questionamento da Geopolítica

Esta visão alternativa fundamenta-se em três escolas. Em primeiro lugar, nas correntes pós-estruturalistas através da análise do discurso¹⁸, inspirada na escola de Paris, principalmente em Jacques Derrida (1978, 2003) e Michel Foucault (1980), e igualmente na escola de Essex, em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2014), dedicadas à desconstrução do discurso. De seguida, existe a ligação com a finalidade emancipatória da

¹⁸ O discurso para Laclau e Mouffe (2014: 95) compreende “elementos linguísticos e não-linguísticos [que] não são meramente justapostos, mas constituem um sistema estruturado e diferenciado de posições”.

escola de Frankfurt, nomeadamente de Max Horkheimer (1972), Theodor Adorno e Jürgen Habermas (1993, 2003), procurando um caminho alternativo para a transformação social. Por último, baseia-se também no contributo de Antonio Gramsci (1988), centrado na dinâmica das hegemonias com uma visão de mudança.

1.2.1. A desconstrução do discurso

Nesta abordagem pós-positivista, a desconstrução do discurso ocupa um lugar privilegiado como instrumento, principalmente no sentido de estudar o seu impacto prático na geopolítica mundial. Com efeito, o desdobramento do discurso *mainstream*¹⁹, como descrito por Müller (2010: 4), caracteriza-se “como uma forma interpretativa para entender o significado do contexto presente [neste]”, uma vez que, considera em que circunstâncias são construídas as representações do mundo. No que respeita a este instrumento, Foucault (1989: 459) constata que é fundamental procurar “o sentido das palavras ou das proposições que enunciam e obtém finalmente a representação”, ou seja, “interpreta as interpretações em vez de interpretar as coisas” (Derrida, 1978: 278). Por exemplo, analisar um artigo se foi patrocinado ou não por privados de uma *think-tank* sobre petróleo na Síria. Por sua vez, Laclau e Mouffe (2014: xiii) afirmam que “os atores sociais ocupam diferentes posições na produção do discurso. [...] [logo] torna-se necessário representar a totalidade da cadeia por detrás das meras diferenciações de particularismo”. Neste contexto, a Geopolítica crítica estuda a narrativa implícita nas representações espaciais, através das observações cuidadosas que fazem o desdobramento rigoroso da Geopolítica.

Além disso, as verdades científicas assumidas como neutras e naturais no discurso *mainstream*, são estruturas de dominação e refletem uma posição de poder. Note-se que sobre esta produção Foucault (1980:52) afirma que “o exercício do poder perpetuamente cria conhecimento e, por outro lado, o conhecimento constantemente induz efeitos de poder”. Certamente, que os mapas, paradigmas e metáforas utilizados pelos geopolíticos “permitiram a constante reprodução das formas de dominação ao longo da história, [...] bem como a criação de um indivíduo obediente, disciplinado, racional e supostamente livre” (Ó Tuathail, 1996: 46). A relação a apontar é que, os discursos que produzem conhecimento são controlados pelo poder dominante. Por exemplo, o conceito «*Heartland*» ou «luta entre civilizações» permitiu “impor formas de escravidão mental, a

¹⁹ Referimos como *mainstream* as teorias das positivistas realistas e liberais e a Geopolítica tradicional.

fim de que se aceitasse um enquadramento de doutrinação e não se questionasse o que quer que fosse” (Chomsky, 2014: 105).

Mais precisamente, o discurso tem poder para alterar perceções e igualmente identidades, isto é, a forma como são representadas as verdades científicas tem intuito de afetar as emoções dos leitores, de maneira a que tomem partido consciente ou inconscientemente sobre um acontecimento. Aliás, o argumento de Ó Tuathail (2003a: 4) sobre a importância do poder do discurso remete para a sua utilização na moldagem das perceções “como meio de exercício de poder dentro do Estado”, em que “as estruturas de poder na sociedade [...] criam estruturas de conhecimento que justificam o seu próprio poder e autoridade sobre as populações”. Como pode-se inferir, a realidade produzida na Geopolítica tradicional pretende, para além de alterar perceções também comportamentos e identidades, através de práticas deliberadas de representação. Podemos observar um exemplo deste argumento, na apropriação do significado de segurança nacional que legitimou intervenções nos Estados falhados.

Por fim, o discurso produzido não só promove os interesses da classe hegemónica “como qualquer conjunto de práticas, no entanto, as práticas hegemónicas tendem a favorecer mais vincadamente alguns atores do que outros” (Cravinho, 2008:245), permitindo à agência escrever, falar e agir sobre um pretexto deliberado legitimando e fundamentando certas ações e estratégias implementadas. Esta noção remete-nos para o significado de Gramsci (1988: 423) sobre hegemonia, que quer dizer o “domínio económico, ou potencial, de uma classe social dominante que exerce uma complexa combinação de atividades intelectuais, morais e políticas para conquistar o consentimento da classe subjugada, como alternativa ao uso da coerção”. Na opinião deste autor, a hegemonia poder ser vista como uma forma de domínio não-coerciva que transforma a sociedade subalterna, de maneira a aceitar e partilhar os seus valores sociais, culturais e morais. Ora, em termos de discurso geopolítico, o pensamento de *mainstream* serve de ferramenta para promover os interesses da classe hegemónica. Sobre isso, Derrida (2003: 105) exemplifica com a moldagem do termo «terrorismo» depois do 11 de setembro num fenómeno de combate global, em que “os poderes dominantes conseguiram impor, legitimar e de facto legalizar [...] a nível nacional e mundial, a terminologia e, portanto, a interpretação que melhor lhes convém numa dada situação”.

1.2.2. A alternativa

O conhecimento crítico sobre Geopolítica alude à possibilidade de produzir conhecimento alternativo e acusa as relações de dominação no pensamento *mainstream*, distinguindo-se assim das representações “de realidade objetiva de construções sociais destinadas a promover o interesse de uma classe” (Nogueira e Messari, 2005: 134). A *episteme* de *mainstream* valoriza o campo simples da representação positiva, seja ela feita no discurso, seja produzida na representação cartográfica, permitindo a conservação da hierarquia nas relações de poder. Daí existe no projeto de pensamento crítico em contraste, a alusão à possibilidade de produzir conhecimento alternativo a essa ordem, com o objetivo de “analisar as estruturas sociais subjacentes que provocam estes abusos [de poder], com a intenção de superá-los” (Horkheimer 1972: 206).

Essencial para esta análise é o significado de emancipação social, que resulta do interesse normativo constante de identificar as possibilidades na transformação social, em que esta teoria não se limita a apresentar uma “situação histórica concreta”, mas também “atua como uma força dentro dessa situação para estimular a sua mudança” (*idem, ibidem*: 215), em vez de legitimar e consolidar a ordem social existente. Logo, este projeto só se concretiza, se o autor se afastar da situação que estuda e desprender-se de todos os preconceitos inerentes dela, estando “normativamente comprometidos com ideias de exposição das relações de domínio e opressão das formas de dominação” (Ó Tuathail, 2002: 8), tendo em vista a mudança pacífica de um fenómeno social levando à constituição de uma sociedade livre, pacífica e justa. Podemos observar um exemplo deste paradigma em Habermas (2003: 365) sobre a guerra do Golfo, onde afirma que “a autoridade normativa dos EUA está em ruínas”, pois “não conseguiu satisfazer nenhum dos critérios da ética”, dado que baseou o seu argumento em informações questionáveis sobre armas nucleares, mas também infringiu as normas estabelecidas na resolução do conflito com o Kuwait e “demonstrou um compromisso menos convincente na busca da verdade”, embora a queda de um regime ditatorial seja um bem político.

A escola traz a mais do que outras escolas críticas, nomeadamente o construtivismo ou a escola inglesa, a observação sobre os factos geográficos apresentados como neutros numa representação espacial pelos discursos estratégicos, com o intuito de entender qual o objetivo desse recurso, desprendendo-se do imperativo de soberania territorial que limita essa observação. O resultado é então uma visão mais abrangente e mais complexa sobre a

realidade geopolítica, livre das amarras definidas pela rede de poder e manipuladas pelo discurso geopolítico, que no nosso entender, acrescentando ao proposto por Dias (2005:219), constitui-se como uma fonte estrutural de poder.

Resumindo, este projeto é relevante para o estudo da Geopolítica pois procura a «verdade», promove a igualdade para todos e liberta-se da rede de poder. Em primeiro lugar, procura o que esta por detrás das representações positivas, ou seja, “não toma como consideração neutra os factos geográficos pré-determinados, mas como uma forma profundamente ideológica e politizada de análise” (Dodds *et al.*, 2013: 6), “mantendo-se sensível às histórias heterogéneas da Geopolítica” (Ó Tuathail, 1996: 51). Em segundo lugar, é promovido a igualdade para todos, combinando impulsos democráticos e inclusivos, uma vez que “testa quais princípios, normas ou arranjos institucionais seriam igualmente bons para todos”, o que para Horkheimer (1972: 233) permite “melhorar a existência humana abolindo as injustiças”. Em terceiro lugar, esta corrente aborda o pensamento *mainstream* sobre governação e política externa como uma teoria de *problem-solving*, isto é libertando-se da rede de poder, “não toma as instituições e as relações sociais e de poder como garantidas mas levanta questões sobre estas, sobre a sua origem e como e quando estão no processo de mudança histórica” (Cox, 1981: 129).

1.3. Discussão

A Geopolítica crítica desde o seu período embrionário pós-descolonização até hoje tem-se desenvolvido como teoria, no entanto alguns autores sugerem melhorias para fortalecer a sua argumentação. Naturalmente que surgem dificuldades de aceitação pela comunidade académica, pois esta “perspetiva subalterna controversa desafia as culturas geopolíticas tradicionais hegemónicas” (Ó Tuathail *et al.*, 2003: 243). Do ponto de vista de Taylor (2000: 375), essa dificuldade inicial prende-se com a questão das “ciências sociais durante o século XX desenvolverem-se numa visão estatocentrica, [...] que seleccionava uma única entidade em detrimento das restantes”, onde os Estados eram o principal objeto de análise. Ora, neste caso é questionada no pensamento *mainstream* essa seleção de representações geográficas e de definição de fronteiras, o que provoca a referida atribuição, resultando na tentativa de menosprezo ou silenciamento no senso-comum. De seguida, observamos essas sugestões e contribuimos igualmente para esse desenvolvimento.

1.3.1. Principais críticas à escola

Antes de debatermos esta disciplina, existem dois problemas de identificação, tanto nas fronteiras teóricas como no próprio nome. Em primeiro lugar, a denominação «Geopolítica crítica» não é consensual²⁰. Parece-nos que esta ambiguidade surge da não intitulação da escola no artigo primário de Ó Tuathail (1994), que apenas “ligou diretamente a formulação da política externa com práticas simplificadas, narrativa, geografia e cultura, rejeitando explicitamente o imperialismo e a dominação” (Dalby, 2008: 417). Aqui importa referir o objetivo deste pensamento, que na opinião Agnew (2013: 27) nem sempre é concretizado, pois o termo «crítica» “pode ser desapropriado [...] onde o produto da escrita expressa-se mais conservador do que ligado à escola de Frankfurt”, ou seja uma crítica sem alternativa à cultura geopolítica dominante. É do nosso entender que o recurso a este termo, como referido por Ó Tuathail (1996), está associado ao objetivo da exposição da Geopolítica *mainstream*, mesmo que seja implícito, logo, o que é mais importante será alcançar esse objetivo deste artigo primordial.

Quanto às fronteiras teóricas, a disciplina não se identifica determinadamente com uma corrente das RI, pois como Mamadouh e Dijkink (2006: 353-354) referem, os geopolíticos “não afirmam pertencer explicitamente a uma escola teórica como os autores das RI”, no entanto podemos identificar práticas semelhantes ao Construtivismo, nomeadamente no Construtivismo crítico – concentrada na interação entre agentes de acordo com o contexto político, e na Escola de Copenhaga – abordando a construção da segurança no ato discursivo, respetivamente no “estudo focado na formação de identidades internacionais e de segurança e culturas estratégicas”, e na “centralização da identidade cultural e nacional como objeto”. Porém, apesar de existirem pontos comuns, na visão de Agnew e Corbridge (1995: 19), diferente do construtivismo “as ordens geopolíticas não são simples produto da interação entre atores sociais, elas ascendem e tombam de acordo com as alterações tecnológicas e condições económicas”, ou seja, depende da rede de poder. Da mesma forma os conceitos nesta escola “são mais abrangentes [...] pois elencam um conjunto maior de representações de conceitos do que aqueles utilizados nos ciclos diplomáticos e militares” (Mamadouh e Dijkink, 2006: 353). Posto isto, para o geopolítico crítico existe uma multiplicidade de abordagens e não exclusivamente uma visão.

²⁰ Por exemplo Slater (1993) e Mamadouh e Dijkink (2006) referem-na como «Política do discurso geopolítico» ou Agnew (2013) como «Geopolítica progressiva».

Das sugestões neste estudo, destacámos quatro carências referenciadas. A primeira relaciona-se com a alegada perspetiva multidimensional – “tornar uma disciplina o mais abrangente possível” (Ó Tuathail, 1996) – que nem sempre ocorre. Podemos observar isso no debate preconizado por Agnew (2003) e Dalby (2002), em que a Escola não avançou em determinadas correntes que procurava incluir, nomeadamente *neomarxismo*, feminismo ou pós-colonialismo. Por exemplo, Slater (1993) acusa a escola de ser uma voz dissidente mas que ainda não se aproximou de uma posição verdadeiramente *gramsciana*. Noutro caso, Sharp (2013: 21) refere que ainda não foi dada relevância ao papel das mulheres na prática da Geopolítica. Neste contexto, existe a necessidade de estudar além da espacialização da política mundial, pelo que se torna “imperativo considerar os discursos dos que vivem marginalizados, ignorados e silenciada pelos discursos dominante” (Dodds, 2007: 11).

A segunda materializa-se nas acusações de Agnew (2013: 24) sobre o erro da escola se concentrar apenas “no papel constitutivo do discurso quando, são precisamente os seus aspetos retóricos e comunicativo que são mais fundamentais para a prática geopolítica”. Aliás, uma prática demasiado presa nos discursos de acordo com Thrift (2000: 385) “apenas faz um mero comentário desconstrutivo dos textos, o que traz dificuldades na compreensão de como o poder geopolítico é projetado”, logo para se tornar numa alternativa terá de se preocupar com o melhorar da situação social em estudo, em vez de explicar meramente o que está por detrás da narrativa. Assim, é necessário um método consolidado para analisar a ordem geopolítica dominante sem “negligenciar as relações dos restantes atores para a investigação” (Taylor, 2000: 375).

A terceira remete-nos para a limitação inerente da subjetividade, ou seja, será inevitável tomar uma orientação de acordo com o contexto social inserido. No ponto de vista de Dodds (2005), “os críticos da geopolítica dificilmente conseguem concretizar uma análise geopolítica neutra”, o que não vai permitir generalizações. Da mesma forma, Ó Tuathail (1994: 58) refere a “impossibilidade de existir uma geopolítica crítica pura [...] e que estamos imersos e sob efeito constante de múltiplas formações geopolíticas”, mas por outro lado acrescenta que “a subjetividade é marca da Geopolítica”, ou seja, tudo é subjetivo, dependendo do contexto de quem observa o problema. Inevitavelmente, um artigo sobre a ameaça híbrida russa terá várias visões consoante a localização, motivos políticos e situação económica.

A quarta crítica expressa o compromisso normativo que a Geopolítica crítica tem com a emancipação social. Apesar da inovação na visão desprendida das premissas da geopolítica *mainstream*, alguns artigos produzidos ao longo do tempo “não têm trabalhado necessariamente num projeto político alternativo” (Dalby, 1996: 658). Como acusado por Agnew (2013), por exemplo no estudo de Ó Tuathail (2008) sobre o conflito na Ossétia do Sul, que aborda as limitações das representações nos *media* locais e regionais sobre o assunto, mas não propõem uma representação alternativa. Note-se que “como qualquer campo de conhecimento que oferece uma perspectiva de acusação da manipulação, é mais cedo ou mais tarde influenciado pela política” (Mamadouh e Dijkink, 2006: 351). Então, a ideia desta crítica prende-se com o compromisso primordial normativo de mudança, baseado nos princípios da escola de Frankfurt ou de Gramsci, preocupado em “acabar com as questões de violência e desigualdades na população” (Agnew, 2013: 29).

Por fim, propomos recorrer à teoria da dependência para analisar a relação centro/periferia numa ordem geopolítica dominante, especialmente, numa representação espacial que provoca uma relação de dependência entre centro e periferia. De forma a “explicar o desenvolvimento do subdesenvolvimento e a manutenção dos desequilíbrios internacionais em matérias de distribuição de riqueza e perpetuação de pobreza” (Cravinho, 2008: 190), onde existe uma hierarquia criada de centro/periferia ou Norte/Sul, estando o segundo dependente e subordinado ao primeiro. Da mesma forma, o cabimento desta teoria nesta disciplina exemplifica-se em Slater (1993) e Dittmer e Sharp (2014: 177) sobre a estratégia de Truman: manteve uma “relação de desenvolvimento que assegurava que os países do Sul continuavam em dívida com os do Norte”. Propomos então, o recurso a esta corrente para reforçar o argumento da nossa tese, da conservação da relação de dependência na Europa através da instrumentalização dos países da periferia Sul europeia na estratégia de Gales, pois de acordo com Ó Tuathail (1994: 5), a teoria da dependência “pode intensificar a desconstrução das narrações hegemónicas de desenvolvimento” – neste caso da representação de Gales.

Em síntese, a Geopolítica serviu os poderes hegemónicos e os seus autores construíram uma realidade que alterou a ação e perceção dos agentes, para conservar as relações de poder. Face ao exposto, para o geopolítico crítico quando análise um fenómeno internacional, torna-se essencial que veja o «discurso geopolítico» como um fator geopolítico/geoestratégico e como uma fonte estrutural de poder.

CAPÍTULO II – OS DESAFIOS À NATO

A realidade geopolítica antes da Cimeira de Gales, dinamizada pelo impacto da globalização e pelos conflitos ucraniano e sírio, destabilizou a ordem de segurança Euro-Atlântica. Esta ordem geopolítica quando fragilizada pode ter resultados imprevisíveis. Um dos efeitos nefastos resulta no fluxo significativo²¹ de refugiados no Mediterrâneo, em fuga dos conflitos do Médio Oriente e norte de África.

Presentemente o Ocidente encontra-se preso ao seguinte dilema: “será que a NATO consegue colmatar a lacuna entre os desafios emergentes e as ameaças aos Aliados para deter os agressores e defender com êxito os seus membros?” (Lindley-French, 2015: 1). Neste contexto, as elites geopolíticas constroem ideias sobre locais e circunstâncias, com poder para influenciar perceções individuais e construir uma identidade coletiva de forma a minimizar esse dilema (Dalby, 2002). Assim, de seguida apresentamos, da nossa perceção, os desafios ao papel da NATO nesta realidade geopolítica, respondendo à pergunta: qual a metáfora espacial que se pretende representar para lidar com a atual realidade geopolítica?

2.1. O papel da NATO

A afirmação do primeiro Secretário-geral da NATO, Hastings Ismay, sobre o papel²² primordial da Aliança possui semelhanças históricas ao contexto contemporâneo, portanto, “manter os russos fora, os americanos dentro e os alemães em baixo” (*apud* McMahon, 2003: 33). Aquando da sua criação, a organização tinha três objetivos explícitos, “a dissuasão do expansionismo soviético, a proibição do renascimento do militarismo nacionalista na Europa e o incentivo à integração política europeia” (NATO, 2012). O motivo primário da sua criação, vertido no *Conceito Estratégico* (1949: 5), prendeu-se com a necessidade de “uma aliança forte para garantir a defesa de área e preservar a paz do espaço Euro-Atlântico”. Porém, o propósito da sua existência tal como a afirmação anterior tem sofrido reajustes conforme a contemporaneidade, o que, em última análise, se adapta para justificar a sua relevância e existência no mundo (Lindley-French, 2015; Lasconjarias, 2014).

²¹ Estima-se que migraram em 2015 para a Europa 956 456 pessoas, das quais 3 695 faleceram, o que representa mais 471 óbitos que em 2014 (IOM, 2015).

²² No papel de uma organização internacional identifica-se a sua estrutura – história, geografia, identidade, narrativa e rede de poder – e o posicionamento no mapa mundial (Ó Tuathail, 2003b: 76).

O questionamento sobre o papel e a longevidade desta organização no mundo acompanhou o debate sobre “a própria natureza e utilidade da força militar” (Lindley-French, 2015: 2). Com o fim da Guerra Fria, devido à difícil na identificação de uma ameaça de segurança, esse debate atenuou-se, surgindo questões sobre a “necessidade” desta, o que motivou uma alteração na postura alargando o propósito de segurança concentrado no objetivo em prol da paz global (Dodds, 2007; Behnke, 2013). Esta mudança estratégica levou à adoção de uma abordagem além-fronteiras através do posicionamento geográfico em várias missões internacionais²³ e com o alargamento para 28 Estados-membros (NATO, 2012) – ver Figura nº 3.

Figura nº 3 – Presença espacial da NATO em 2015



Fonte: <http://www.nato.int/nato-on-duty/>.

Contudo, neste paradigma de gestão de crises, de acordo com Lasconjarias (2014: 3) “em 2007-2008 ocorreu um ponto de inflexão, quando os Estados-membros reduziram drasticamente os orçamentos de defesa e enfrentavam sérias dificuldades no Afeganistão”, provocando em 2010, na Cimeira de Lisboa, uma alteração de postura, a fim de diminuir as missões de paz e dar prioridade às tarefas primárias – defesa coletiva, gestão de crises e segurança cooperativa (NATO, 2012). Este acontecimento, motivado pela instabilidade no estatuto da ordem de segurança Euro-Atlântica, marca o ponto de partida para o nosso

²³ No próximo Capítulo detalhamos sobre essas missões, no subcapítulo 3.1.1. *A alteração da postura.*

estudo sobre a alteração da postura da Aliança na Cimeira de Gales, assente no retorno à natureza primária de defesa coletiva, que será analisada no próximo Capítulo, mas antes vejamos a contextualização atual e o papel da NATO nesta.

2.1.1. Posicionamento no sistema internacional

A multipolaridade tem o potencial para promover a cooperação e competição entre Estados, proporcionando vantagens a aqueles que detêm o estatuto de hegemonia, o que quer dizer que a NATO neste sistema depende das vontades das classes hegemónicas. Segundo Varisco (2013), apesar de existirem “fortes ligações económicas entre atores e trocas de bens e pessoas, [...] a multipolaridade cria um mundo instável e imprevisível, caracterizado por mutações rápida entre as relações dos atores”. Estes atributos conferem à organização o potencial para exercer a sua influência política, militar, económica e social no SI, “através da combinação de meios pacíficos, medidas e força aplicada cuidadosamente com medidas diplomáticas e humanitárias, se necessário fora da esfera tradicional do Atlântico Norte” (NATO, 2012: 6).

Em termos históricos, a Aliança posicionou-se no *campus* da segurança internacional como uma organização com objetivo de satisfazer e defender os valores e interesses vitais dos Aliados. Por sua vez, as suas práticas fundamentam-se substancialmente na narrativa de proteção e defesa dos Estados-membros contra qualquer tipo de ameaça física para garantir a segurança, liberdade e prosperidade no espaço Euro-Atlântico, defendendo ser “a essencial e única estrutura transatlântica [...] que garante a integridade territorial, independência política e segurança aos seus membros” (*idem*, 2010: 9). Com isso salienta-se que, a manutenção do estatuto como garante único da segurança Euro-Atlântica depende da imagem geopolítica reproduzida.

O papel desempenhado pela NATO está profundamente ligado aos discursos em torno das ameaças contemporâneas. Ao longo dos anos, a sua estratégia acompanhou a tipologia dos perigos de segurança conforme vimos no Capítulo anterior. Atualmente, estes discursos veem a “Aliança como uma fonte de estabilidade face ao mundo imprevisível” (*idem*, 2015a), defendendo a supremacia desta organização na segurança Euro-Atlântica. Ao observarmos tradicionalmente este compromisso, referimo-nos à propriedade da NATO servir de força que balanceia e estabiliza os perigos emergentes, de forma a “estabelecer um padrão institucionalizado de cooperação entre atores” (Watz, 2000: 26), a fim de mitigar “as consequências a longo prazo das ameaças à segurança na região Euro-Atlântica

e a estabilidade em todo o mundo” (NATO, 2014a), ou por outras palavras, a Aliança serve de ferramenta de segurança para alcançar os interesses vitais traçados pelos seus Estados.

Dentro desta ótica, Campbell (1998: ix) considera que “os discursos sobre os perigos recém-emergentes, que ameaçam o modo de vida estabelecido, escondem a intenção relativa à alteração das percepções das identidades”, de forma a inconscientemente aceitarem a estratégia definida pelas hegemonias. Logicamente que esta narrativa não é neutra, pois numa visão superficial – tipo *problem-solving* – os discursos abordam as respostas às ameaças de maneira a atenuar as histerias dos perigos percebidos pelas identidades, como por exemplo, a NATO a servir de elemento protetor contra o recurso a armas de destruição massiva por Estados falhados. No entanto, o contexto em torno dos discursos sobre ameaças e segurança vai revelar as verdadeiras intenções da organização na política mundial, que no caso da NATO, é de mobilizar a identidade coletiva de maneira a suportar e legitimar as suas práticas no *campus* da segurança internacional. Sublinhe-se que, somente com estes discursos que “é dado significado e justificada a tomada de decisão, como por exemplo, a prioridade na construção de uma marinha ou de invadir um país estrangeiro” (Ó Tuathail e Agnew, 1992: 191), por conseguinte “quando o papel do Estado ou organização é concebido e proferido com o discurso certo, então pode-se reforçar politicamente o sentimento da identidade coletiva, [...] como aconteceu durante a Guerra do Golfo, a partir da escolha cuidadosa na emissão de imagens televisivas” (Ó Tuathail, 1996: 150), ou na mediatização da aplicação de armas químicas na população, o que mobilizou coletivamente as identidades.

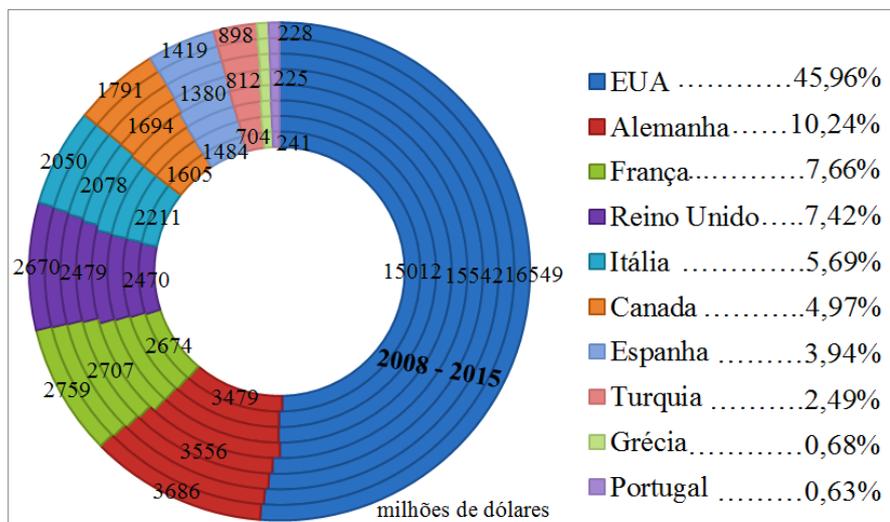
Da análise sobre o comportamento da organização no SI, para além da narrativa sobre ameaças que definem propositadamente a estratégia adotada, destacamos igualmente as questões da obrigatoriedade no consenso e união impostas pelos seus principais contribuintes. Em primeiro lugar, “todas as decisões tomadas pela NATO são alcançadas através do consenso, expressando a vontade coletiva de todos os seus membros” (NATO, 2015a: 2), por outras palavras, a organização “só entra em ação de houver consenso, o que significa que um só país pode impedir uma intervenção” (Friedman, 2015: 266). Um dos exemplos desta questão ocorreu no caso da possível intervenção na Líbia em 2011,

complicado pelo impasse criado pela Turquia²⁴, devido aos seus interesses naquela região. Logo, é fundamental que as identidades sejam mobilizadas em prol do coletivo de maneira a evitar essa situação. Portanto, a ideia de obrigatoriedade prende-se naturalmente com o significado de organização internacional para a NATO (2015f: 2-I-8), particularmente, “pela criação de direitos e obrigações passíveis de imposição com a finalidade de cumprir uma determinada função e concretizar objetivos comuns”. A partir da definição apresentada evidencia-se a necessidade de se alcançar o consenso entre todos os Estados-membros, logo os discursos sobre as ameaças físicas contra o coletivo são construídos *a priori* para atingir esta necessidade.

Em segundo lugar, em conformidade com *idem* (2015a: 2) “as atividades políticas e militares da organização são financiadas através de contribuições dos governos-membros de acordo com uma fórmula de partilha de custos, baseada no Produto Interno Bruto (PIB)”. Sobre esta fórmula hierárquica podemos observar no relatório anual da Aliança (*idem*, 2015b: 114), que os EUA são o principal contribuinte, pois de acordo com o seu PIB em 2015, comparado com o total de todos os membros, detêm 45,96% – 16549 milhões de dólares, já a Alemanha 10,24 %, a França 7,66% e Reino Unido 7,42%, enquanto os restantes encontram-se como no gráfico abaixo apresentado – ver Figura nº 4. Logicamente que, à mesa das negociações e do processo de tomada de decisão, o peso dos contributos financeiros para a atividade organizacional é determinante, pois se as “contribuições diretas são financiadas para satisfazer as necessidades da Aliança” (*idem, ibidem*: 92), então a satisfação das necessidades de cada país é proporcional às contribuições de acordo com o PIB. O que nos leva a inferir que, este instrumento de política externa está por inerência ao serviço dos interesses dos seus principais contribuintes, principalmente os norte-americanos. Tal constatação foi observada igualmente por Laclau e Mouffe (2014: 56) referindo que os “interesses corporativistas da classe dominante são servidos pela vontade coletiva” que é definida pela obrigatoriedade do consenso na estratégia da organização, o que quer dizer que através da narrativa particular das ameaças, se impõem o consenso e vontade coletiva nas políticas internas de segurança, cumprindo-se assim os interesses dos Estados dominantes.

²⁴ O Ocidente defendeu a necessidade da intervenção nesta guerra civil, no entanto “os turcos encararam a guerra cautelosamente, receosos de que pudesse alastrar à Turquia”, e também, afetar as “oportunidades económicas quer a nível de investimento quer a nível das trocas comerciais” (Friedman, 2015: 331, 369).

Figura nº 4 – Gráfico representativo do PIB dos Estados-membros entre 2008-2015



Fonte: baseado em NATO (2015b: 114).

A perenidade da afirmação de Ismay e a justificação cíclica da existência da NATO esteve sempre ligada aos discursos sobre ameaças. Desde a sua fundação até aos dias de hoje, houve continuidades e roturas na postura da NATO, contudo a existência e relevância do papel da NATO no SI é “em grande medida dependente da sua capacidade para construir e manter o espaço cultural do Ocidente ” (Behnke, 2013: 3). Na retórica sobre segurança referimos que “a Aliança serve de meio em que o objetivo de segurança é uma meta a ser atingida por uma série de instrumentos implementados pelos Estados” (Campbell, 1998: 199), ou por outras palavras, tem o papel de servir de elemento transformador do consenso e vontade coletiva, de maneira a servir a política externa dos Estados dominantes. Na verdade, a manutenção da identidade ocidental depende do “perpetuar do discurso sobre os interesses da comunidade [contra as ameaças de segurança], sem os quais não pode existir maneira de evitar conflitos e manter a paz” (Krause, 1996: 21). Em suma, o posicionamento da NATO é feito pelo discurso através da rearticulação da sua identidade coletiva, tendo em vista a satisfação dos interesses vitais dos seus principais Estados-membros, de acordo com a situação contemporânea.

2.2. Os desafios contemporâneos

O surgimento das ameaças provenientes do Médio Oriente e Norte de África e da ação agressiva russa representam atualmente os “desafios para a segurança dos cidadãos na área Euro-Atlântica e em todo o mundo”. Em particular, os discursos que descrevem esta

representação da insegurança dividem-na em dois flancos: “a parte Leste da Aliança [...] e o Sul” (NATO 2015b: 10), o que se constitui na realidade geopolítica construída pelas elites geopolíticas e estratégicas do Ocidente. Consequentemente, essa construção tem o intuito de influenciar as percepções de todos os Estados-membros, de maneira a que cumpram com os ditames de segurança da ordem superior. Com isto, influenciada pela contemporaneidade, sobretudo com a crise económica e a decorrente falta de coesão na identidade coletiva no espaço europeu, a NATO enfrenta desafios institucionais que põem em causa o seu estatuto e papel na segurança internacional.

2.2.1. As ameaças à segurança Euro-Atlântica

A queda do avião da *Malaysia Airlines*, em 17 de julho de 2014, no sudeste da Ucrânia e, no mesmo dia, a conquista pelo EI de outro campo petrolífero na Síria, são acontecimentos que se replicam regularmente nas representações do panorama contemporâneo. Estes fenómenos violentos fundamentam um ambiente propício para a proliferação de teorias baseadas na essência anárquica das RI, o que de certo modo “naturaliza a aceitação de determinadas ordens geopolíticas, assumidas como dados adquiridos e que fazem parte da natureza” (Ó Tuathail, 2003a: 98).

A origem das ameaças²⁵ à segurança internacional depende da identificação do Ocidente, ou no ponto de vista de Agnew e Corbridge (1995: 15), o que “os Estados dominantes consideram em termos de ameaças para a sua segurança militar e económica”. Para a Aliança, o significado de «ameaça» consiste na “soma de forças, capacidades e intenções de qualquer inimigo que possa limitar ou negar o cumprimento da missão ou reduzir a eficácia da força, sistema ou equipamento de uma organização ou Nação” (*Army Regulation*, 2007: 34), o que consequentemente, “põe em causa normas e princípios estruturantes de uma sociedade, justificando, assim, uma reação para a manutenção do *status quo* e a eliminação da ameaça” (Kowalski, 2014: 23). A respeito disso, nessa visão positivista, torna-se fundamental responder às ameaças que desafiam o seu estatuto, no entanto, verifica-se nessa resposta “representações e práticas de geopolítica que são cruciais para a formação de noções geográficas e de imaginação do medo [destas ameaças]” (Sharp, 2000: 2), o que facilita e sustenta a legitimação de uma estratégia.

²⁵ Quando referimos «ameaça», subentende a noção de Petersen (2011: 703) do termo dominante no estudo de segurança, com “intenções óbvias de tornar mais fácil para os decisores políticos identificar onde estão”.

Das ameaças à segurança, expostas no *Relatório Anual* da NATO (2015b), são referidas a guerra híbrida, o terrorismo e o ciberterrorismo. Outro relatório, simultaneamente relevante para as prioridades de segurança ocidentais, da *International Institute for Strategic Studies* (IISS, 2016), refere as fontes de ameaça provenientes da Rússia, EA e China. Por outro lado, a NATO (2015d: 2) refere que, o espaço Euro-Atlântico é “atormentado por uma guerra entre Estados na sua fronteira, mais propriamente, a Rússia a ameaçar e a intimidar a sua vizinhança, e o conflito no Médio Oriente e Norte de África [...] capaz de proporcionar a indivíduos e pequenos grupos a capacidade de infligir grandes danos ou terror”. Com isto, pelo combinar destes fatores, mais as ameaças referidas por Stoltenberg (2015b) e pelas prioridades na Estratégia de Gales (NATO, 2014a) – cujo teor será explanado no próximo Capítulo – delineamos como ameaças identificadas pela NATO o fundamentalismo islâmico²⁶ e a guerra híbrida²⁷.

Começamos pelo desafio provocado pelas ameaças originária do EI, fenómeno com práticas de terrorismo diferentes das organizações anteriores principalmente na narrativa inscrita nos seus atos, a sua política expansionista e de recrutamento tiveram algum sucesso, pois “o grupo controla atualmente as áreas conquistadas e enfrenta com sucesso o esforço externo que o pretende degradar e neutralizar” (Walt, 2014). Note-se na Figura nº 5 relativamente ao recurso de mapas para fundamentar esta expansão. Sobre isso, o EI “ao contrário da *al-Qaeda*, não é uma organização terrorista, apenas recorre pontualmente ao terrorismo como tática” (Rodrigues, 2015: 1). Não sendo equiparado a uma organização tipo terrorista, nasce na comunidade internacional a preocupação deste ator não estatal se tornar num Estado internacionalmente reconhecido.

Uma eventual *desradicalização* e acolhimento internacional dependem da socialização do Estado dentro do SI. De acordo com Walt (2015), na socialização o Estado “adapta-se gradualmente às normas e práticas internacionais e eventualmente move-se de Estado frágil para Estado parceiro, especialmente quando os seus interesses coincidem com outros Estados”. Inevitavelmente, ao ocorrer efetivamente esta socialização, as normas e princípios estruturantes internacionais serão postas em causa, e a ordem de segurança ocidental sairá deveras abalada, pois os seus mecanismos de assertividade e coação internacional são postos em causa. Para além de se constituir como uma prioridade

²⁶ Realizámos uma revisão da literatura sobre o fundamentalismo islâmico – ver Apêndice III.

²⁷ Realizámos uma revisão da literatura sobre a guerra híbrida – ver Apêndice IV.

imediate na luta contra o terrorismo, torna-se num objetivo a longo prazo contrariar o expansionismo cultural e espacial do fundamentalismo islâmico.

Figura nº 5 – O Califado do EI



Fonte: <http://melhorportugal.com/estado-islamic0-pretende-controlar-portugal-e-espanha-ate-2020/>.

Em segundo lugar, destacamos o desafio da emergência da Guerra Híbrida russa. Em termos geopolíticos, a característica geopolítica definidora da Rússia é a síndrome de cerco, pois em toda a sua história enfrentou várias invasões a partir dos Estepes e do norte da Europa. Como resultado do aumento da esfera de influência do Ocidente, particularmente a NATO, constitui-se numa preocupação russa, “manifestando-se contra o expansionismo da NATO no espaço pós-soviético e também na intervenção militar na Sérvia para proteger a população kosovar” (Freire e Kanet, 2012: 2). Ao mesmo tempo, que as tensões na zona fronteiriça aumentaram, “a luta pelo terreno entre a Europa do Leste e a Rússia tem-se agravado desde que o sistema moderno de Estados europeus existe” (Sakwa, 2015: 26). Na visão de Gotz (2015: 8), quando uma potência regional enfrenta grande pressão geopolítica, esta acentua a firmeza e assertividade da sua política externa para manter o controlo na sua periferia, por exemplo com a Guerra Híbrida na Ucrânia.

Como as preocupações russas convergem em “reestabelecer o seu papel nos locais que antes nomeavam por *Near Abroad*²⁸” (Freire e Kanet, 2012: 287), e dado que “o flanco sudeste russo está relativamente seguro, pois a China não se pretende aventurar nos

²⁸ *Near abroad* ou «vizinhança próxima» constitui a “nova política externa que priorizou as relações com o exterior próximo [...] que visam a ampliação da sua área de influência” (Simões, 2014: 11).

Estepes” (Friedman, 2015: 271), atualmente a sua estratégia tem o objetivo de prevenir o alinhamento dessas periferias com as agendas do Ocidente. Logicamente, que os primeiros alvos são os países que se direcionaram a favor das instituições ocidentais – a Geórgia e a Ucrânia. Esta estratégia marca o fim da relação de cooperação da Rússia com Ocidente, iniciada num marco importante o Processo de Corfu²⁹, aquando da proposta de uma estrutura alternativa à segurança europeia, “que substituísse o princípio da defesa coletiva das alianças militares para criar uma ordem de paz” (Monaghan, 2015: 5).

No que refere ao caso da Ucrânia, assente numa ação baseada na recriação histórica da região ex-soviética, justificou-se uma intervenção com base na clivagem étnica e de identidade, “produzindo uma estratégia oportunista de anexação da Crimeia” (Forsberg e Herd, 2015: 52). Embora o pretexto oficial fosse de intervir como força de paz para proteger a população nativa russa, a razão principal foi para aumentar o poder de influência da Rússia naquela região, ou seja, um motivo de *geopower*³⁰, portanto, para “preservar e fortalecer a ligação hierárquica das várias regiões do Estado russo face ao separatismo interno e descrédito externo” (Ó Tuathail, 2014: 3).

Para além da ameaça híbrida no espaço pós-soviético, a Aliança defronta o desafio “de reemergência da Rússia, como um ator regional e global [...] determinada a fragmentar a expansão da influência do Ocidente nas áreas que considera de interesse privilegiado” (Freire e Kanet, 2012: 2). Constituindo-se assim, como uma potência *neo-revisionista* do SI, o que na senda de Sakwa (2015:34) significa, “não fazer nenhuma reivindicação de rever a ordem internacional existente, mas exigir que as potências respeitem as normas estabelecidas, bem como exigir um melhor lugar na liderança deste”. Destacamos o exemplo da Ossétia do Sul apresentado por Ó Tuathail (2008: 691), onde a intervenção foi justificada comparando com a intervenção da NATO no Kosovo, argumentando: “Guerra contra Estados que violam o direito internacional. Responsabilidade de proteger”. Ou seja, este fenómeno desafia a ordem de segurança Euro-Atlântica, paralelamente ao fenómeno de expansão do EI, o que vai por em causa o papel da Aliança.

²⁹ Uma tentativa para discutir a estrutura de segurança europeia, proposta pela Rússia em 2007 e apresentada na reunião da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Corfu em 2009, opondo-se à atual arquitetura de segurança Euro-Atlântica (Monaghan, 2015: 5).

³⁰ As movimentações russas de maneira a “avançar o mais possível para criar profundidade estratégica e recursos industriais e tecnológicos” (Friedman, 2015: 265).

2.2.2. A (des)credibilidade no papel da NATO

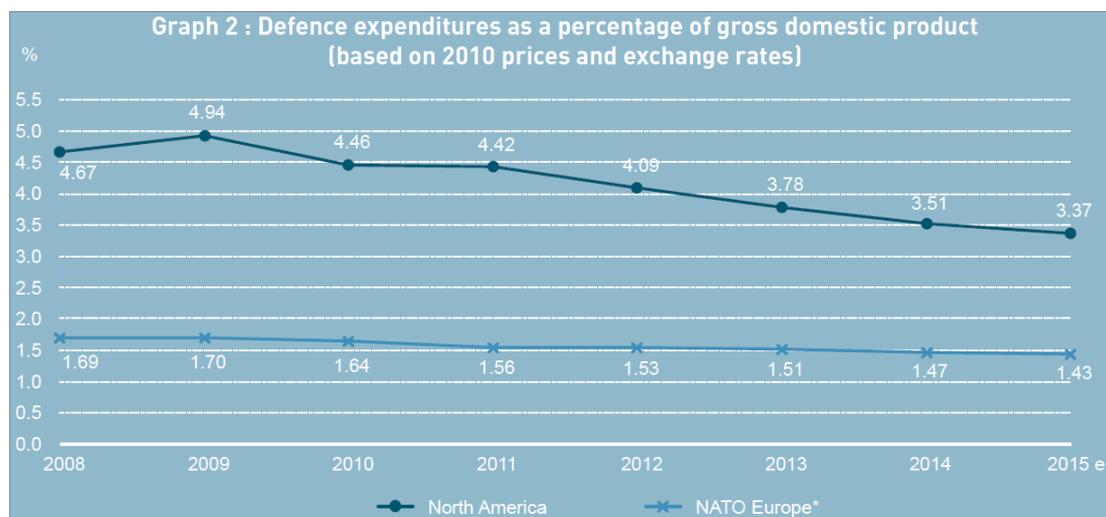
O segundo desafio, provocado pelo peso do fator económico na multipolaridade, é o da erosão da credibilidade da organização como *security provider*. A incapacidade de responder aos casos de ataque à segurança física – Líbia ou Ucrânia, o desgaste nos empreendimentos no Afeganistão e Iraque e o impacto da crise económica nos orçamentos de defesa, afetaram a capacidade da NATO reagir politicamente e diplomaticamente e de empregar forças militares credíveis. Independente da resposta às ameaças, a NATO enfrenta internamente dois fatores que agravam a sua credibilidade.

Em primeiro lugar, os cortes substanciais nos orçamentos de defesa dos Estados-membros. A crise financeira de 2008³¹ levou a uma tendência reducionista nos gastos europeus com a defesa, evidentemente a consequência destas reduções abatem-se sobre a prontidão, eficiência e modernização das forças armadas, prejudicando assim, a imagem produzida pelo poder militar da Aliança, aliás, “existe o risco dos equipamentos ficarem obsoletos, aumentando as diferenças de capacidades e interoperabilidade entre Aliados e enfraquecer a indústria de defesa europeia” (NATO, 2014b: 173). Repare-se agora na Figura nº 6, que mostra a percentagem média da defesa nos orçamentos nacionais, podemos observar essa tendência reducionista na defesa desde 2008, o que condiciona a capacidade militar da Europa. Note-se na diferença entre os EUA e os restantes países europeus, sobre isto, Drent e Zandee (2014), Friedman (2015) e Lindley-French (2015:1) assumem que “a NATO é, agora, uma sombra de si mesma, pois só dispõe de capacidades se os EUA, que são uma potência não europeia, participarem”.

Em segundo lugar, o funcionamento da organização é colocada em causa se existe um impasse no consenso para reagir politicamente e diplomaticamente. Ou seja, a ação e o processo tomada de decisão é condicionado pelos interesses particulares, portanto, os seus membros assumem as “obrigações contratuais consoante os contornos específicos do caso, seguindo uma lógica de interesse particular, em vez de uma lógica de interesse comum” (Cravinho, 2006: 96). Como tal, as orientações geostratégicas são feitas de acordo com as várias agendas, o que “corre o risco de trazer efeitos degradantes na perceção da comunidade internacional” (Dodds, 2007: 62).

³¹ O impacto da crise imobiliária de 2008 iniciada nos EUA expôs as fraquezas que já estava presentes na Europa, mostrando a incapacidade de resposta das suas periferias, demonstrando que existem duas Europas – uma Europa a duas velocidades (Tavares, 2015).

Figura nº 6 – Gastos no setor de defesa desde 2008



Fonte: NATO (2015b: 106).

Sobre isto, Ó Tuathail (1996: 153) utiliza o caso da Bósnia para ilustrar a ambiguidade do consenso no envolvimento da NATO, pois caso ocorresse uma intervenção militar no conflito, este “ameaçava envolvê-la em incerteza e indeterminação o que refletia uma imagem negativa, [...] ou, por não intervir, colocava em risco a credibilidade e comprometia a sua imagem como uma hegemonia”. Por sua vez, a inércia na Crimeia ou na Síria refletem esta ambiguidade, que constringe a imagem geopolítica emanada pela organização, pondo em causa o papel e a sua posição no SI.

2.2.3. A incerteza europeia

Vimos os desafios que defrontam o papel da Aliança no *campus* de segurança, contudo a organização enfrenta igualmente o desafio da questão identitária, nomeadamente na coesão e solidez dessa mesma identidade. Como consequência da integração internacional e da mudança de poderes dos Estados para os mercados mundiais, Cravinho (2006: 170) refere que “constata-se no mundo contemporâneo as mais claras manifestações de desintegração, fragmentação, recuso do global e regresso ao local”. De igual modo, observa-se no espaço europeu esse efeito de fragmentação, pois “todas as componentes da Zona Euro e da UE têm hoje um elevadíssimo grau de interdependência que não se traduz em convergência, mas em antagonismo” (Tavares, 2015: 89). Em termos económicos, a UE estrutura o seu poder político fazendo sobressair os interesses nacionais das elites do centro – principalmente alemão, enquanto emergem vozes nacionais fraturantes na sua periferia – maioritariamente na Europa do Sul.

A crise económica na Europa desacreditou “a ideia antes consensual de que mais integração económica geraria inevitavelmente mais solidariedade e, logo, mais fatores de unidade política” (*idem, ibidem*: 90). Paradoxalmente, a globalização económica fortaleceu as pressões na autonomia dos mercados nacionais que por sua vez “estagnou a economia interna, aumentou o desemprego e o descontentamento sobre as existentes instituições políticas nos países mais afetados” (Santos: 2014: 32). Por outro lado, o interesse das elites impôs um mecanismo de resposta sobre o pretexto de austeridade resultando numa solução substancialmente assimétrica e “penalizando diferenciadamente as economias do centro e as economias da periferia e condenando estas a uma inclusão pela exclusão” (Pureza, 2015: 20). As consequências da austeridade abateram-se particularmente sobre a Grécia e repetiram-se em Espanha, em Portugal, no Sul de França e no Sul de Itália, provocando uma divisão profunda na Europa entre devedores e credores.

Os efeitos da crise potenciaram o surgimento de tendências desagregadoras sobre os progressos alcançados, criando-se ressentimentos que aumentam o fosso entre o centro e a periferia da UE, ou segundo Pureza (2015: 58), “uma desobediência conjunta, articulada com outros países condenados a uma periferação sempre em perda, que aponte para uma inversão da relação de forças no interior da UE e propicie assim uma mudança fundamental”. Surgiram especialmente, na “Escócia e Países de Gales no Reino Unido, as forças secessionistas da Catalunha, do País Basco e eventualmente da Galiza em Espanha, e em menor grau, a divisão peninsular da Padania na Itália” (Santos, 2014: 74).

A concretização desta fragmentação depende da autodeterminação das vontades nacionais contra as organizações internacionais, portanto, na “força que o nacionalismo exerce sobre as populações dos Estados-membros” (Walt, 2015). Podemos observar o exemplo do referendo de independência da Escócia em 2014 no Reino Unido. Por outro lado, estas propensões podem ser vistas na opinião pública, como presente relatório *Transatlantic Trends* (2014: 63), relativamente ao sentimento de pertença à UE pelos países do Sul da Europa. Ora, no ano de 2009, no início da crise económica, dos 1000 questionários aleatórios aplicados por país, 62% de italianos, 67% de espanhóis e 69% de portugueses dizem que é um bem para o seu país. Porém, os resultados em 2013, estas respostas diminuíram, portanto, 52% de italianos, 49% de espanhóis e 49% de portugueses, o que demonstra a situação incerta na identidade coletiva europeia.

Esta situação instável e fragmentada na Europa “pode colocar um fim ao projeto Europeu e servir de modelo para outras instituições globais, o que constituirá um grande retrocesso para o Ocidente” (Serbos, 2015: 11). Podemos observar também esse efeito, no mesmo relatório *Transatlantic Trends* (2014: 40), relativamente à perceção dos países do Sul da Europa sobre a importância da NATO. Ora, no ano de 2009, no início da crise económica, 60% de italianos, 61% de espanhóis e 67% de portugueses responderam que a NATO ainda era essencial na segurança dos seus países, porém os resultados em 2013, na mesma pergunta diminuíram, portanto, 46% de italianos, 52% de espanhóis e 63% de portugueses. O que se está a passar na UE, com o crescimento das vontades independentistas, alimentado pelos efeitos de exclusão sentidos pelos países periféricos, originado pela diminuição do sentimento de pertença coletiva corre-se o risco de se replicar e destabilizar a coesão na Aliança. Como resultado, pela falta de identidade e interesse coletivo europeu, agravados pela conjuntura atual, a credibilidade da Aliança e a sua existência como organização de segurança são postas em causa.

2.3. A construção da metáfora espacial

A conjuntura atrás ilustrada desencadeia o processo de construção de perceções sobre locais e circunstâncias, “embora muitas vezes assumido como inocente, [...] não é um produto da natureza, mas um produto de histórias de competição entre as autoridades adversárias” (Ó Tuathail, 1996: 1). Numa organização que depende da vontade coletiva e consenso, os discursos sobre ameaças são “elaborados propositadamente pelas instituições e atores políticos através de uma narrativa particular sobre assuntos internacionais” (*idem*, 2003: 98), para construir uma representação espacial que molde as perceções dos indivíduos e das comunidades.

2.3.1. A espacialização de ameaças

As representações que identificam especificamente uma ameaça são usadas pelo poder político para justificar planos ou estratégias. Ao examinarmos os discursos de segurança, pode-se notar diferenciação na identificação do que é uma «ameaça» e do que é um «risco» para a NATO (2014a, 2-3): a primeira o “desafio específico provocado pela ameaça de guerra híbrida”, e segundo “os riscos [...] emanados pela periferia a Sul”. Queremos com isto dizer que, na construção de perceções o recurso ao termo de «ameaça» terá maior significado social, pois na senda de Petersen (2011: 703), esta “é quantificável e

específica sobre as intenções e justificações dos meios, enquanto o risco é imprevisto e não se relacionado facilmente com um incidente específico”. Posto isto, na narrativa das instituições é essencial recorrer ao termo de ameaça na representação espacial para desencadear o sentimento de medo³².

Ao existir uma sensação de paranoia, as identidades individuais numa contingência procuram a segurança na comunidade coletiva. Nesta senda, Santos (2014: 177) refere que, quando estamos “com medo de que sobre nós desabe uma catástrofe iminente, [...] estamos dispostos a aceitar custos que, num estado normal, recusaríamos sequer admitir”, aqui, os indivíduos reconhecem a necessidade da coletividade como proteção do seu bem-estar. Isso implica, a necessidade de monopolizar pelas instituições as narrativas sobre o entendimento sobre ameaças para desencadear uma forte reação de medo nas identidades, suprimindo percepções alternativas individuais e evitando assim a fragmentação da identidade coletiva (Stein, 1994). Então, os discursos de histeria e comportamento estratégico contra uma ameaça facilmente identificável servem, por um lado, de sustentáculo para construir a percepção única de ameaça a qual merece resposta coletiva, e por outro lado, transformam as percepções nos indivíduos em prol da comunidade transatlântica, que consequentemente permitem a agregação das identidades da Aliança, pois “as narrativas de ameaças são a cola essencial que mantêm as identidades juntas” (Lindley-French, 2014: 4). De salientar, caso exista diferentes percepções de medo, uma narrativa sobre ameaça comum tem o objetivo de direcionar as histerias individuais ao coletivo, de maneira a provocar uma resposta de segurança conjunta (Pain, 2009).

No caso das ameaças reconhecidas pela NATO (2015b) existem dois focos de origem, um no Leste e outro no Sul, dividindo as percepções de ameaça conforme a sua posição geográfica. Por um lado, os Estados pós-soviéticos “podem considerar a Rússia como a principal ameaça, por outro os países do Sul da Europa estão preocupados com a sua vizinhança, proveniente da Líbia e do EI” (Lasconjarias, 2014: 4). Face à divisão na sensação de medo, consequentemente as prioridades nas estratégias nacionais são igualmente diferenciadas, pois “cada lado define as causas, natureza, localização e dimensão das ameaças de forma diferente e têm ideias distintas de como enfrentá-las” (Monaghan, 2015: 5). Como resultado disto, na ausência de um entendimento comum entre europeus, a organização Atlântica corre o risco de agravar a sua situação identitária de falta

³² Medo significa “reação emocional com significado social a uma ameaça percecionada, que traz efeitos positivos ou negativos nas relações sociais e espaciais” (Pain, 2009: 2).

de coesão e solidez na identidade coletiva, logo com esta clivagem entre prioridades na segurança a capacidade da NATO de “proteger as suas fronteiras fica sob crescente escrutínio” (NATO, 2015b: 1). Aliás, a “ordem estabelecida pelos atores dominantes do SI terá pouco impacto como instrumento de poder” (Krause, 1996: 314) nas prioridades de segurança dos Estados-membros.

Quando a organização encontra-se numa situação em que a realidade geopolítica é desfavorável e potencialmente desestabilizadora do seu estatuto, os discursos de segurança são construídos de forma a manter a sua posição na segurança internacional. Nisto, as imaginações geográficas sobre lugares perigosos terão de naturalmente alcançar o consenso interno, pelo que será desenvolvida através dos discursos “uma compreensão comum sobre as ameaças com o objetivo de motivar a ação social coletiva” (*idem, ibidem*: 9). Evidentemente, para construir na imaginação geopolítica interna uma única perceção de ameaça, existe a apropriação de “termos ou metáforas na argumentação geopolítica” (Ó Tuathail e Agnew, 1992: 196), para criar uma distinção poderosa entre as fronteiras seguras e o mal exterior percebido e facilitar a compreensão da opinião pública sobre uma realidade geopolítica complexa. Por exemplo “o binómio bem e mal, nós ou eles, *insider* ou *outsider*, civilizado ou selvagem” (Gregory, 2004: 175). Então, fundamental para uma narrativa, será então recorrer à metáfora espacial adequada que desencadeie o medo, a fim de agregar as perceções e prioridades de segurança em prol da instituição coletiva e consoante a agenda das classes dominantes.

2.3.2. A transformação da realidade geopolítica

Anteriormente à Cimeira de Gales, a metáfora espacial que imperava nos discursos desde o fim da Guerra Fria e potenciada pelo 11 de setembro foi de «nós e os outros», representando o drama global a partir do “inimigo teológico” (Dalby, 2008: 432), onde se destacaram temas como «o fim da história» ou «a luta de civilizações». Contudo, atualmente a espacialização do “mal” não é tão fácil como na altura da Guerra Fria, existem vários fatores, como o terrorismo, ciberguerra, corrupção, *etc.*, “que dificultam tanto a separação das identidades como a sua agregação” (Ó Tuathail e Dalby, 2002: 166). Porém, a crise na Ucrânia criou novamente uma situação favorável à alteração da perceção das identidades europeias, uma vez que propiciou a espacialização preponderante da ameaça de guerra híbrida nos discursos geopolíticos.

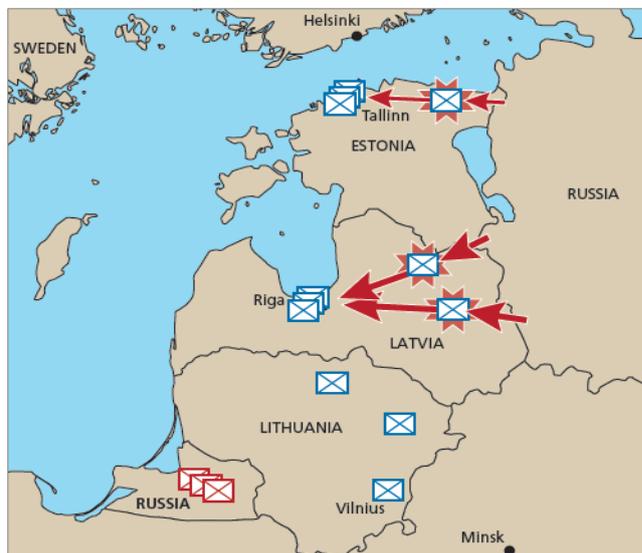
O risco difuso de «nós e os outros», como a ameaça na região do Médio Oriente e Norte de África, aqui referido como o fundamentalismo islâmico, traz dificuldades na concretização das práticas de segurança e torna-se difícil de argumentar pois os “decisores políticos teriam que agir com menor informação” (Petersen, 2011: 703). Concomitantemente, para resolver os desafios institucionais, a Aliança depende da perceção única de ameaça para fortalecer a sua identidade coletiva, assim como aconteceu no período da Guerra Fria, ou seja uma ameaça mais facilmente identificável nos discursos das elites de segurança. Para satisfazer este objetivo, a narrativa da *Cimeira de Gales* (2014a) e *Relatório Anual* (2015b) que representa a realidade geopolítica, pode ser comparada à metáfora espacial de *Inside/Outside* de Walker (1993: 8), que consiste na “criação do espaço interno, demarcado pelas fronteiras impermeáveis, em que todo o espaço externo é oposto”, em que é caracterizado por “a paz e o progresso dentro desse espaço e a guerra e o eterno colapso fora deste”, ou seja, uma analogia que “localiza a população ocidental «dentro» do mapa estável seguro da Nação e as ameaças à segurança «fora» das suas fronteiras” (Pain, 2009: 6).

Com esta metáfora nos discursos geopolíticos a representar o ambiente de segurança transatlântico, consegue-se alimentar o medo da Guerra Híbrida e dar prioridade à segurança no espaço Oriental, para se retirar as atenções do risco de terrorismo a Sul, com o intuito de articular as perceções das identidades dos Estados-membros. Exemplo da ideia subjacente observa-se na Figura nº 7, uma representação da invasão dos países Bálticos pela Rússia, artigo de Shlapak e Johnson (2016) feito no *think-tank* norte-americano *RAND*, que se propagou pela comunidade académica ocidental, unindo as perceções e alertando aos Estados da importância do investimento na defesa territorial.

Para além disso, existe a dificuldade na identificação concreta espacial do fundamentalismo islâmico para justificar e legitimar a ação política. Note-se por exemplo na diferença de dimensões espacial entre um flanco Este e Sul, especialmente na largura entre a fronteira com a Rússia e com os países do Norte de África e Médio Oriente, logicamente que a espacialização do sentimento de medo é mais apelativo na Europa Oriental. De certo modo, a identificação de ameaça com este teor vai possibilitar que se destaque o papel primário de defesa coletiva face à ameaça facilmente identificável e circunscrita a Leste. Curiosamente, veja-se na atenuação das práticas da NATO face ao

terrorismo islâmico, por exemplo, “como é uma região além-fronteiras, neste momento não se prevê uma operação para confrontar [o EI]” (Pintat, 2015: 10).

Figura nº 7 - A conquista do Báltico em 60 horas



Fonte: Shlapak e Johnson (2016: 6).

Em último caso, a metáfora de *inside/outside* utilizada pela comunidade transatlântica sobre as ameaças de segurança, tem o objetivo de transformar as imaginações geográficas internas sobre lugares perigosos, de acordo com os interesses particulares das classes hegemónicas.

De facto, através da representação espacial que “acentua a linha que separa quem está dentro e fora da segurança” (Sakwa, 2015: 46) e aprofunda a paranoia do que está fora, através da “relação geográfica entre o interior, puro e inclusivo, e o exterior, benigno e contaminado” (Behnke, 2013: 7), o comportamento e discursos dos Estados consequentemente alteram-se de acordo com a identidade coletiva. Ora neste caso, as prioridades de segurança das periferias instáveis convergem em prol das prioridades do centro Euro-Atlântico. Inevitavelmente, este fenómeno de moldagem de perceções entretêm as atenções na ameaça a Leste e dá um papel crucial às periferias instáveis, pelo que se torna fundamental construir uma imagem que “adota uma narrativa de Euro-Atlantismo em vez de Euroasianismo no seio da Aliança” (Sakwa, 2015: 44).

Posto isto, a NATO tem o papel de servir de meio para reforçar os interesses dos seus principais membros contribuintes, através de uma metáfora espacial agregadora das forças que desafiam o seu estatuto e papel na segurança.

CAPÍTULO III – A ESTRATÉGIA DE GALES

O conflito na Ucrânia agravou as tensões entre a Rússia e o Ocidente, surgindo discursos de analogia à Guerra Fria. Certamente, o ponto de viragem estratégico da NATO materializou-se na Cimeira de Gales, em setembro de 2014, caracterizado por uma mudança na sua postura que reorientou a sua Cultura Geopolítica, particularmente focada com a ameaça híbrida. A resposta da Aliança aos desafios apresentados anteriormente é debatida neste Capítulo, realizando uma análise à luz da Geopolítica Crítica e respondendo à questão: Que cultura geopolítica é construída com a estratégia de Gales?

3.1. A Cimeira de Gales

A NATO planeou esta Cimeira inicialmente para debater a postura posterior à campanha no Afeganistão, em particular “menos ativa nas missões de combate e mais concentrada no treino e exercícios” (Drent e Zandee, 2014: 15). Com a crise ucraniana, os objetivos desta mudaram drasticamente, uma vez que a prioridade estratégica deixou de ser as missões além-fronteiras, para ser de novo a contenção da Rússia, o que representou um dos momentos “mais importante da história da NATO desde a queda do muro de Berlim”, pois na Cimeira de Gales o “pêndulo estratégico alterou-se novamente para defesa coletiva” (Formichetti e Tessari, 2014: 5).

A declaração dos Chefes de Estado da Aliança, em Newport, no País de Gales, defendeu uma postura “concentrada na defesa territorial da Europa, no fortalecimento de fronteiras e na dissuasão de potenciais adversários” (NATO, 2015e: 1), resultando assim, no retorno de defesa coletiva e na reorientação estratégica para Leste. Entretanto, a agenda da Cimeira centrou-se em três temas: “adoção de medidas que visam tranquilizar os Aliados; transição no Afeganistão; e aumento do apoio aos parceiros” (Belkian, 2014: 4). Por fim, teve o objetivo de “tranquilizar os países que enfrentam as ameaças de segurança, quer da Rússia ou do Médio Oriente e Norte de África, com a finalidade de responsabilizar os membros sobre a partilha de gastos na defesa coletiva” (Karock, 2014:4).

Na prática, a estratégia de Gales concretiza-se no *RAP* (NATO, 2015c), que comporta no imediato, o reforço da presença espacial a Leste, através da projeção de forças militares desde maio de 2014, para dar garantias de proteção e dissuadir as potenciais ameaças – medidas de *Assurance*, e a longo prazo, a mudança para o paradigma de

prontidão, através da reconfiguração no dispositivo e capacidades das forças, para permitir responder mais rapidamente a situações de emergência – medidas de *Adaptation*. Na verdade, o alicerce fundamental deste plano “depende de uma credível dissuasão convencional contra o poder militar russo” (Simón, 2014: 68), materializado na *Very High Readiness Joint Task Force* (VJTF), uma Brigada multinacional de grande prontidão acrescentada à NATO Response Force (NRF), com cerca de 5000 militares, “que será capaz de se posicionar, no prazo de poucos dias, para enfrentar as ameaças de segurança que surjam especialmente na periferia do território” (NATO, 2014a: 2).

3.1.1. A alteração de postura

A abordagem estratégica que sustentou a supremacia política do Ocidente ao longo dos últimos anos foi o paradigma de gestão de crises, caracterizada principalmente por operações de resposta a crises, tanto humanitárias como de paz, por exemplo na Bósnia, Kosovo e Afeganistão. A postura da Aliança antes de Gales era preocupada principalmente com as operações de apoio à paz, caracterizadas pelo envolvimento, em 2014, de cerca de “55000 militares em operações complexas terrestres, aéreas e marítimas em todo o mundo” (*idem*, 2014b: 384). No entanto, nesses locais os Aliados descobriram que o poder militar não foi suficiente para garantir a resolução dos conflitos, o que provocou um desgaste nas suas economias, resultando inevitavelmente no “declínio dos apoios domésticos nessas operações devido aos cortes nos orçamentos” (Drent and Zandee, 2014: 18). Em contraste o paradigma de gestão de crises perdeu força política após Gales, como vemos em NATO (2016c: 254), em 2016, estiveram “envolvidos cerca de 18000 militares nas missões”, o que indica uma redução de um terço nos efetivos neste paradigma, e “antes da crise na Ucrânia só existiam algumas aeronaves de policiamento nos Bálticos”. Posteriormente, o paradigma de defesa coletiva reemerge, “aumentando-se a atividade de dissuasão na Europa Oriental” (Simón, 2014: 77) alimentada pelo sentimento de resposta coletiva aos acontecimentos na Ucrânia.

Relativamente à análise de conteúdo dos discursos da Cimeira de Gales, baseados nas fontes oficiais nomeadamente na *Declaração* (2014a), no *Comunicado dos Ministros* (2015e), nos atores chaves (Rasmussen, 2014, Stoltenberg (2015) e nos vários autores da comunidade académica, inferimos que a narrativa teve o propósito de criar um determinado pensamento e comportamento geopolítico, de maneira a resultar uma mudança nas orientações geoestratégicas dos atores ocidentais.

Nesse sentido, por um lado, a narrativa foi conduzida para construir a percepção da necessidade de reconfigurar o papel da NATO. Nas fontes acadêmicas, nomeadamente, Kufcak (2014), Friedman (2015) ou Walt (2014, 2015), verificámos um debate relativo às prioridades na *praxis* da Aliança, portanto, sobre o surgimento de disputas entre países Sul e do Leste na abordagem à segurança, defendendo a alteração de gestão de crises para defesa coletiva. Da mesma forma, nesta narrativa fica subjacente a ideia de mudança, por exemplo, primeiro na *Declaração* (2014a: 2), “responder às mudanças do ambiente de segurança nas fronteiras da NATO”, segundo por Rasmussen (2014: 4), “A NATO mantém-se pronta num mundo em mudança”, o que fortalece a necessidade de efetivar a alteração das prioridades de segurança global para defesa coletiva, ou por outro lado, no emprego forças de apoio à paz para forças de prontidão, ou ainda, no foco além-fronteiras para foco nas fronteiras tradicionais.

Por outro lado, existiu uma narrativa sobre a importância da segurança e integridade territorial dos Estados, particularmente no *Comunicado dos Ministros* (2015e), relativamente às medidas de *Adaptation*, que “têm natureza defensiva e asseguram à NATO [...] a dissuasão de potenciais agressões aos Aliados e demonstram prontidão para defender o território da NATO”. Igualmente foi invocado o risco de repetição da Crimeia em Vilnius, Varsóvia ou Riga, com o intuito de criar um sentimento securitário na Europa, como referido pelo secretário-geral-adjunto da NATO, Vershbow (2014): “por 20 anos, a segurança da região Euro-Atlântica baseou-se na premissa de que não enfrentamos um adversário a Leste. Agora, essa premissa está em dúvida”. Contudo, apesar do risco de ataques terroristas na Europa oriundos do Sul, ficou claro que o discurso geopolítico de Gales deu proeminência à narrativa de ameaça tradicional, nomeadamente, sobre o ressurgimento do inimigo a Leste (Foxall, 2014; Belkian, 2014). Nesta senda, Formichetti e Tessari (2014: 3) referem que o RAP subentendidamente “significa defender a fronteira da Europa Oriental a partir da ameaça perceptível de guerra híbrida da Rússia”. Aliás, o termo de defesa coletiva tornou-se proeminente nos principais documentos da NATO (2014a, 2015b, 2015e) e discursos-chave (Stoltenberg, 2015; Rasmussen, 2014).

Desta forma, está inerente nesta narrativa a impressão de que “a divisão geopolítica e o pensamento sobre esferas de influência estão novamente de volta” (Ó Tuathail, 2008: 672), com o propósito de influenciar as prioridades nas agendas de segurança dos membros, de forma a efetivar a alteração de postura na Aliança.

3.1.2. A viragem a Leste

Na abordagem aos desafios de segurança, a NATO (2015b, 2015e, 2015g) definiu duas direções geoestratégicas, uma no flanco Este e outra no flanco Sul, como referido na *Declaração* (2014a: 3): “o desenvolvimento e implementação das medidas serão feitos [...] na periferia Este e Sul da Aliança”. No primeiro caso, orientado para a expansão russa, a já “clássica inquietação europeia, enquanto no segundo, as preocupações incidem sobre os países e circunstâncias relacionadas com o Mediterrâneo e Médio Oriente” (NATO, 2015b: 6). Contudo no RAP, evidencia-se a prioridade no flanco Este concentrada na ameaça híbrida: no “reforço imediato da presença no Leste (*assurance*) [...] e nas medidas a longo prazo para alterar a postura (*adaptation*)” (*idem, ibidem*: 14).

Igualmente, apesar de existirem preocupações de segurança tanto no Leste como no Sul, as práticas de segurança são distintas. Por um lado, na abordagem à ameaça do fundamentalismo islâmico, “implica primariamente a sua contenção, em vez da dissuasão ou derrota” (*idem*, 2015c: 1), caracterizado por um cenário complexo, de origem indefinida que nem sempre provêm do EI. Destacamos o relatório na Aliança de Pintat (2015: 10), referindo que “atualmente não existe nenhuma estratégia oficial da NATO para lidar com os desafios no flanco Sul”. Por outro lado, no Leste as práticas estão bem definidas pela NATO, com a finalidade de “dissuadir agressões contra os Aliados e demonstrar prontidão para defender o território (NATO, 2015e: 1), através demonstração de força no Leste mas também com recurso a uma narrativa de «nova Guerra Fria», “que reproduz as práticas da Guerra Fria sem divulgar abertamente esse racional competitivo” (Sakwa, 2015: 5).

Note-se nesta narrativa implícita na *Declaração da Cimeira* (2014a: 1), onde existe uma preferência para aumentar a perceção de ameaça no flanco Leste por ser mais facilmente identificável e alvo de resposta, portanto, “a ação agressiva da Rússia contra a Ucrânia [...] e a crescente instabilidade no Sul, desde o Médio Oriente até ao Norte de África”. Por sua vez, a transformação das perceções das identidades em termos de prioridades de segurança na Aliança é mais perceptível contra o país que preconiza a Guerra Híbrida, do que o risco difuso do fundamentalismo islâmico, que implica gastos excessivos no seu combate. Por exemplo, a identificação da origem é mais fácil com um conjunto de carros-de-combate ou «soldados verdes» a invadir uma fronteira do que um ataque terrorista numa capital europeia. Ambos os acontecimentos têm impacto nas perceções do Ocidente, qual delas influencia as prioridades de segurança é uma questão de poder do

discurso, ou seja, depende de “como uma narrativa é bem preparada e representada, através do poder de intervir na produção do conhecimento” (Behnke, 2013: 10).

3.1.3. Uma mudança intencional

A alteração de postura pretendeu alcançar em termos de poder repercussões internas e externas. Consideremos então as visões dos países mais importantes nesta viragem, leia-se os seus principais contribuintes. O paradigma anterior de projeção além-fronteiras “trouxe-se dúvidas ao Reino Unido na capacidade de voltar a executar tal empreendimento”, então a defesa coletiva é uma prioridade. Já para a Alemanha, o investimento numa força armada dissuasora de defesa coletiva, “pode trazer efeitos adversos nas preocupações de segurança dos Aliados vizinhos” (Techau, 2015: 4-5), então o envolvimento nesta mudança deve ser secundário, nomeadamente no campo económico e logístico. Com isto, para o centro europeu existe a necessidade de efetivar a defesa coletiva a Leste com outros Estados europeus, de forma a satisfazer os seus interesses e evitar uma posição desvantajosa face os desafios de segurança.

Por outro lado, a organização deixou de ser um instrumento proeminente na política externa norte-americana. Depois de várias missões com a Aliança, os EUA colocaram “em dúvida o recurso a forças multinacionais novamente em operações de resposta a crises” (Simón, 2014: 77). Um exemplo desta apreciação concretiza-se no caso do Afeganistão, onde os EUA conseguiram uma vitória em quarenta dias enquanto a missão de paz da NATO demorou duas décadas e desgastou a imagem da Aliança. Aos olhos de Washington, “o revisionismo da Rússia na Europa representa um dentro de vários desafios” (*idem, ibidem*: 10), o que vai explicar uma abordagem indireta preocupada em aclamar por sinergias entre europeus e impor-lhes responsabilidades na sua segurança, como referido por Obama (2014) “não podemos fazer isso sozinho, precisamos que todos os membros [...] façam as suas contribuições”.

Neste momento, face aos pedidos de proteção dos Aliados, da Polónia e Bálticos, solicitando a presença de forças no Leste, surgiram vozes norte-americanas académicas (Friedman, 2015; Lindley-French, 2015; Walt, 2015) e governamentais (Belkian, 2014; Lute, 2015) relutantes no envolvimento cinético dos EUA. Posto isso, pelas implicações decorrentes da decrescente importância do recurso direto à NATO enquanto instrumento de política externa dos EUA, pesa no discurso norte-americano e da Cimeira de Gales a responsabilização da Europa no papel de executante. Então, para concretizar esta política, é

necessário nos discursos dar proeminência ao conflito entre o Ocidente e a Rússia, de maneira concentrar as agendas europeias no flanco Este, o que vai significar uma marginalização da questão do fundamentalismo islâmico. Encontram-se semelhanças a este argumento em Dittmer e Sharp (2014: 170), sobre a proeminência nos discursos do conflito entre o Ocidente e o Islão no pós-11 de setembro, que deram prioridade à incursão no Iraque e Afeganistão e colocaram de parte as restantes ameaças.

Por sua vez, a Europa decresce de importância enquanto espaço de interesse vital para os EUA. Segundo Walt (2014) e Friedman (2015), a prioridade está agora no espaço Asiático e Pacífico, deixando de concentrar tropas e dinheiro na Europa, como por exemplo, na redução de efetivo militares de 440.000 desde o final da Segunda Guerra Mundial – 1945 – até ao efetivo atual de 62.000 – 2016 (IISS, 2016: 50). A par deste ajuste, Lindley-French (2014: 2) refere o apelo norte-americano à necessidade da Europa “melhorar as suas capacidades militares, a fim de aumentar a eficácia da NATO e reduzir a dependência em matéria de segurança nos EUA”, contrariando o “declínio constante nos gastos de defesa europeia em geral” (Obama, 2014). Certamente, com a responsabilização e concentração da Europa no espaço *Intermarium*, a política externa norte-americana terá necessariamente liberdade de movimentos noutros locais – Ásia e Pacífico – que atualmente são os seus centros gravitacionais estratégicos.

Para além disso, esta mudança propicia uma relação de dependência interna no espaço europeu, o que conseqüentemente vai garantir uma conservação da hierarquia europeia e satisfazer os interesses dos países dominantes, ou seja, existe uma coincidência de interesses, tanto EUA como países da Europa do Norte na viragem da defesa coletiva a Leste. Em primeiro lugar, através da abordagem europeísta ao desafio revisionista russo, esta estratégia “previne uma potencial convergência da Alemanha com a Rússia no futuro e prende a política externa alemã ao quadro transatlântico” (Serbos, 2015: 22), o que vai manter a supremacia política e económica do centro da Europa. Por exemplo com o impulso da economia alemã com as sanções impostas à Rússia. Em segundo lugar, com o reforço do bloco central europeu reabilita-se o processo político-económico da UE, coincidindo assim a visão de Berlim com a de Washington portanto, “qualquer aumento da influência europeia é também uma propagação dos interesses dos EUA, uma vez que facilita a grande estratégia dos EUA na Eurásia” (*ibidem, idem*: 9). Com efeito, com o reforço de poder da UE, torna-se novamente possível a prática de políticas de controlo do

centro sobre setores de importância estratégica na Zona Euro, ou seja, proporciona uma divisão de trabalho que coloca em supremacia o seu centro.

Por estas razões, com o inimigo a Leste permitiu-se renovar e justificar o papel da NATO, pois o discurso de Gales criou a necessidade de construir uma percepção de consenso e coesão de defesa coletiva, de maneira a que as nacionalidades europeias lidassem através da NATO com o fenómeno da guerra híbrida. Posto isto, os discursos geopolíticos da Cimeira de Gales tiveram um duplo significado: por um lado, dar prioridade ao investimento na defesa territorial e por outro, manter as atenções focadas na ameaça russa, o que vai ser vantajoso para o bloco central europeu e para a liberdade de ação da política externa norte-americana. É com base nesta duplicidade que a Aliança manifesta e reforça o seu papel como garante da segurança Euro-Atlântica através de uma narrativa de Guerra Fria não-declarada.

3.2. A cultura geopolítica da NATO

A nossa análise geopolítica da imagem organizacional da Aliança mapeia a estratégia delineada na Cimeira de Gales, traçando uma evolução teórica da influência da Geopolítica, convergindo com o emprego desta estratégia na prática e a presença na cultura popular do Ocidente.

3.2.1. Geopolítica Formal

No estado da arte do pensamento geopolítico adotado pela NATO, como vimos no *Capítulo I*, as práticas da organização são concorrentes com a escola geopolítica dominante da altura – como presente no Quadro nº 1. Ao longo dos tempos, os principais autores de cada escola influenciaram os discursos e comportamentos da Aliança consoante o contexto histórico, transformando a política mundial (Dalby, 2009), como podemos observar no subcapítulo *2.1.1. Posicionamento no sistema internacional*. Destacamos nesta ilação inspirada em Dittmer e Sharp (2014), o impacto da perspetiva geopolítica do espaço ocidental na estratégia da NATO, desde a fundação, a partir de George Kennan, face à necessidade de criar uma aliança multilateral de defesa coletiva para enfrentar o bloco soviético, até ao alargamento na Europa Central e do Leste e a projeção além-fronteiras noutros continentes, influenciada por Mackinder, Kissinger, e agora Barnett. Fazemo-lo, primeiro sintetizando os contributos teóricos replicados nas práticas da NATO, e de seguida, levamos para debate a *praxis* atual que estimula a estratégia de Gales.

O legado teórico intrínseco ao que é retransmitido por investigadores de *think tanks* tem sustentáculo na obra *The Geographical Pivot of History*, de Mackinder, de 1908. A questão da importância dos fatores geoestratégicos, nomeadamente das “ferrovias na Ásia, cuja vantagem terrestre propiciou à Rússia de Czar o poder que a Europa detinha durante vários séculos, ameaçando assim a ordem global” (Dittmer e Sharp, 2014: 15), remete-nos na analogia da disseminação dos direitos humanos para legitimar ações da NATO, por exemplo no Kosovo em proteção da população kosovar albanesa. Atualmente, com a população do Leste “supostamente” em perigo, existe a necessidade de, tal como Mackinder, contar a história de uma Europa que é, fundamentalmente, uma vítima inocente da agressão russa. Disto, encontramos um exemplo na *Declaração da Cimeira* (2014a: 4): “nós não reconhecemos e não vamos reconhecer a anexação ilegal e ilegítima da Crimeia”. Curiosamente envolve-se a produção de representações geográficas contemporâneas com nomes históricos de *Novorossiya* ou *Near Abroad*, tais como os Bálticos e a Crimeia, como referem Freire e Kanet (2012) ou Sakwa (2015), para fundamentar esta vitimização.

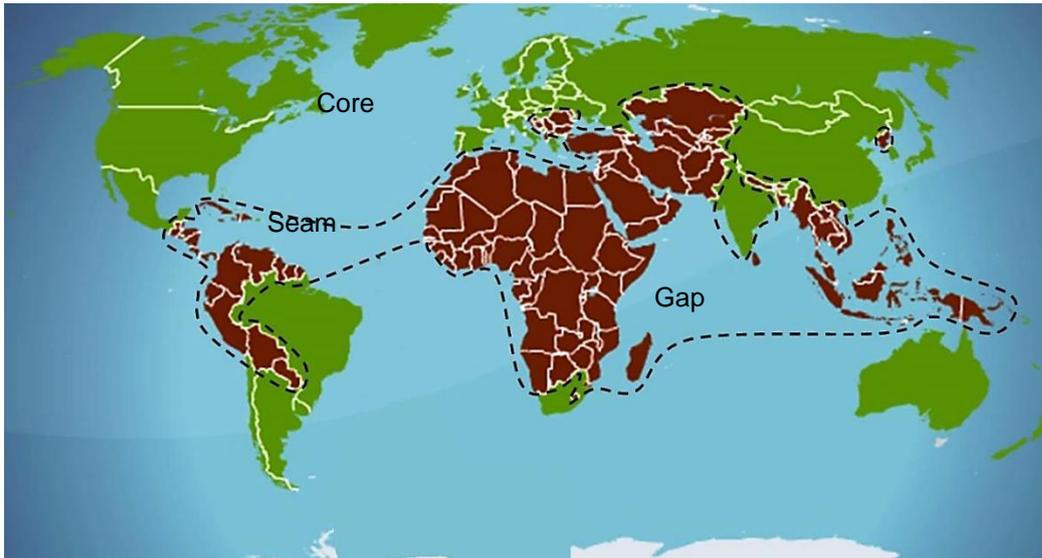
À luz do atual ambiente de segurança, os conceitos de *Realpolitik*³³ e balança de poder reapareceram na estratégia da Cimeira, baseados nos contributos de Kissinger (1995) sobre a aplicação desta organização na prossecução dos interesses nacionais, nomeadamente, na reiteração dos orçamentos de defesa e na regionalização da dissuasão. No primeiro caso, aplica-se no rearmamento e investimentos na defesa pelos membros – detalhado de seguida – que somente ocorre quando “uma potência fica sem liberdade de alterar as suas relações, conforme as circunstâncias, por causa da falta de valores comuns” (Kissinger, 1995: 137). Este investimento propicia fortalecer a credibilidade militar da Aliança, graças à implementação das medidas de *Adaptation*, resultando assim, “países mais resistentes que os torna alvos menos atraentes para potenciais agressoras” (NATO, 2015b: 18). No segundo caso, está subentendida a analogia das coligações europeias em resposta à Rússia revisionista, que pela visão de Kissinger (1995: 138) na altura da Grande Guerra “eram suscetíveis de surgir para conter uma Alemanha em crescimento, potencialmente dominante”. Diante disto, é referido pela NATO (2015e: 2), a Europa responder coletivamente na estratégia de Gales, portanto, “a constituição na Europa de elementos-chave para uma resposta eficaz contra a ameaça híbrida”.

³³ O termo para o realismo de Kissinger (1995: 137) refere-se à “política externa com base em cálculos de poder e interesse nacional”.

Além destes fundamentos, a estratégia também se inspirou em parte nas ideias de Huntington (1993: 22), na questão da “grande divisão e fonte de conflito na Humanidade ser de caráter cultural”. As fontes das ameaças à segurança são de igual modo culturais, neste caso, proveniente da cultura Islâmica e Ortodoxa (Lindley-French, 2014). Então, cada vez mais se tenta mobilizar apelando à identidade comum, como podemos observar, nos discursos de solidariedade proferidos em Gales sobre o compromisso no reforço da defesa coletiva e na condenação internacional da Rússia contra a população ucraniana (NATO, 2014a). Por conseguinte, a assertividade na promoção dos valores comuns do Ocidente está patente na narrativa da Aliança, como Huntington (1993: 29) refere relativamente à luta de poder entre civilizações com a afirmação constante do *Nós*, vejamos, “manter os nossos países seguros e a nossa população segura” (NATO, 2015d: 1).

Uma grande parte do produto da Cimeira assenta no mapa concebido por Barnett (2003), fundamentada na diferença entre *Core*, *Gap* e *Estados Seam* – Figura nº 8. Esta conceção advém da noção de dois blocos antagónicos, o núcleo funcional que é estável e desenvolvido e o fosso caracterizado pelo caos e a anarquia, constituído nomeadamente pela “região do Sahel e África Subsaariana, América Central, o Oriente Médio, a região dos Balcãs, Sudeste Asiático e a Indonésia” (Dittmer e Sharp, 2014: 172). Segundo Barnett (2003: 188), os Estados de *Emenda* marcam a linha espacial que divide o *Core* do *Gap*, representando o local onde se inserem as linhas de comunicação da insegurança oriunda do *Gap* que flui para o interior, aqui, a estratégia norte-americana neste lugar esforça-se em “aumentar as suas práticas de segurança tanto quanto possível e colmatar qualquer lacuna que existir”. No caso da localização das ameaças, notamos uma adaptação a Barnett acrescentando a Europa do Leste e os Bálticos, no entanto, face à construção resultante de Gales podemos acrescentar esta zona fronteiriça europeia como foco potencial de instabilidade (Friedman, 2015). Profundamente ligado às práticas na zona *Seam* enumeradas por Barnett, a prioridade nesta zona fronteiriça, resulta por exemplo, no aumento da atividade de propaganda e na defesa terrestre para contrariar as infiltrações dos agentes subversivos da guerra híbrida.

Figura nº 8 – Representação espacial de Barnett



Fonte: <https://eavesca.files.wordpress.com/2013/10/pnm-remixed.jpg>.

No momento atual geopolítico, caracterizado por uma representação dos vários focos de instabilidade, o pensamento estratégico e “os discursos particulares sobre segurança e estratégia dos atores” (Ó Tuathail, 2003b: 98) giram em torno da metáfora espacial de *Inside* e *Outside* para representar as ameaças. Esta moldagem das percepções tem o objetivo de dar continuidades às práticas de dominação dos estados dominantes, neste caso através das práticas definidas pela estratégia de Gales, concentrando-se em discursos sobre a ameaça russa e na questão da Ucrânia. Assim como *idem* (2014) apresentou a questão da Geórgia em 2008, a resposta da NATO pretende ter impacto na imaginação geopolítica interna e externa sobre a organização. Para além disso, o recurso da narrativa de dissuasão (NATO, 2015e), não serve apenas para conter potenciais ameaças, por outro lado, nas palavras de Chomsky (2014: 152), serve para “usar o nosso poder para forçar as coisas a tomarem a direção que queremos”. Face ao exposto, a Aliança graças ao poder do discurso consegue dar prioridade à defesa coletiva como prática de segurança europeia e à ameaça híbrida no flanco Leste, o que vai “moldar a política dos governos e capacitar os países hegemónicos à custa de outros” (Dittmer e Sharp, 2014: 15).

3.2.2. Geopolítica Prática

Para desencadear o propósito desta Estratégia, a NATO iniciou o processo de adaptação da sua política e funcionamento para o novo ambiente de segurança, mudando de operações de paz para força de prontidão. A propósito, consideramos fundamental nesta

moldagem das prioridades nacionais o *NATO Defence Planning Process*, uma estrutura “concebida para influenciar os esforços de planeamento de defesa nacionais e priorizar as necessidades nas suas capacidades militares” (NATO, 2014b: 39). De seguida, analisamos a operacionalização desta estratégia, destacando os seus principais pressupostos, tanto ao nível económico como no emprego de forças.

Ao nível militar, o reforço da defesa coletiva significa sustentar as práticas estratégicas baseadas na *Prontidão*, como se encontra expresso nas suas orientações geoestratégicas (*idem*, 2015e), dando “ênfase renovado na dissuasão e nas capacidades de defesa coletiva”. Como grande parte da narrativa de Gales é baseada na dissuasão convencional das ameaças, é necessário que exista resiliência nos locais geográficos onde se pretende que a dissuasão seja credível. Identicamente, a estratégia de resiliência local depende do processo discursivo interno e na projeção de defesas terrestres, pois ao “tornar os países mais resistentes, ficam alvos menos atraentes para potenciais agressores, fazendo com que a probabilidade de ataques bem-sucedidos seja reduzida” (*idem, ibidem*: 18). Ou seja, o espaço vital de manobra dos discursos de resposta à Guerra Híbrida ocorre no campo social e político dos atores do Leste, pois “o processo de defesa contra ameaças híbridas é uma obrigação primária da população local, com ligações óbvias para comunicações estratégicas ao nível político” (*Idem*, 2015d: 6). Por isso, a Aliança implementou o RAP para realizar uma dissuasão credível à Rússia, principalmente para ter impacto na imaginação dos países do *Intermarium*.

A estratégia de prontidão depende de dois fatores: investimentos no setor da defesa e emprego de forças armadas. Sobre a questão económica, na Cimeira foi acordada a reversão da tendência reducionista nos orçamentos de defesa, “de maneira a rentabilizar os recursos e promover uma partilha mais equilibrada das responsabilidades e gastos” (*idem*, 2014a: 3), com o objetivo dos países europeus investirem mais na defesa apesar da sua crise económica, sob o risco de “fragilizar os laços de solidariedade e comprometer a capacidade dos países europeus agirem sem envolvimento norte-americano” (Rasmussen, 2014). À luz da meta estabelecida pela primeira vez em 2% do PIB nos gastos nacionais de defesa³⁴ até 2020, “dedicada em grande parte aos gastos com equipamentos e armamento – acordada no mínimo em 20% do orçamento – o fator crucial para a modernização das forças armadas” (NATO, 2014b: 173), a finalidade favorece o desenvolvimentos de forças

³⁴ A média europeia dos “orçamentos europeus caiu em 1995 de 2% para 1,5% em 2014” (Techau, 2015: 3).

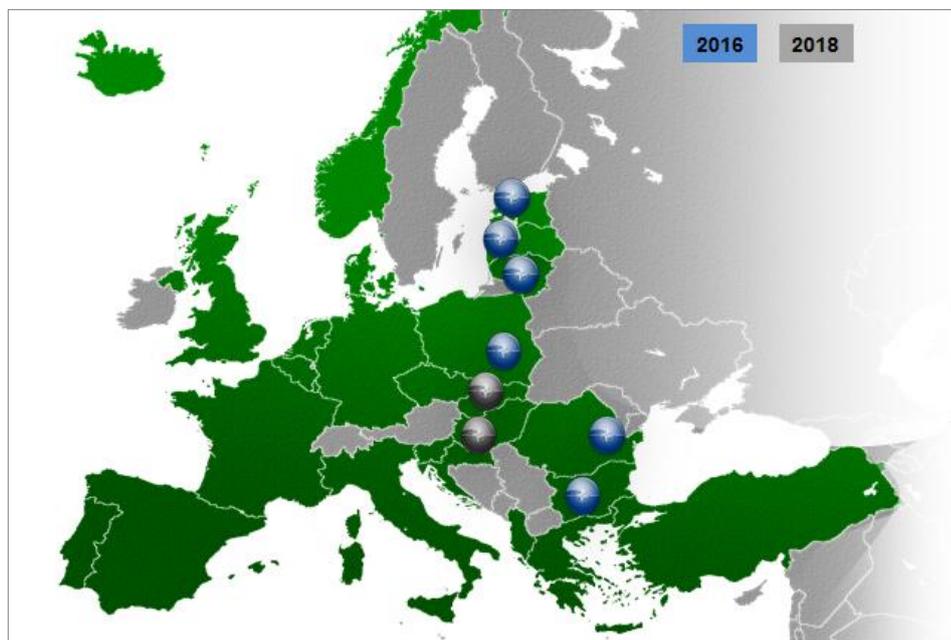
convencionais nesta estratégia. O que significa assim, o compromisso económico estabelecido, em que todos os membros “terão de pagar uma quantia proporcional, para suportar a modernização das forças armadas como parte de um esforço coletivo” (Lindley-French, 2014: 145). Como nalguns países isto implica duplicar os gastos na defesa, em particular na Europa do Sul, surge a necessidade de tornar pública esta obrigação, com o intuito de moldar as perceções de forma a “ligar os interesses e os objetivos diplomáticos aos valores da sociedade aliada” (Shea, 2014: 12).

Por outro lado, em relação ao empenhamento de forças militares, considera-se em termos de medidas de *Assurance*, “a presença e atividade militar significativa na parte Leste da Aliança, de forma rotativa” e em termos medidas de *Adaptation*, a “condução do espetro alargado de missões, incluindo dissuadir agressões contra aliados e demonstrar preparação para defender os seus territórios” (NATO, 2014a: 2).

Este paradigma, em primeiro lugar, baseia-se na presença rotativa não-permanente de forças militares para servir de elemento de dissuasão, implementado desde setembro de 2015 e em expansão até 2017 – ver Figura nº 9, através da “criação de seis bases multinacionais de comando e controlo no flanco Este – no território da Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia e Roménia” – (*idem*, 2015e). Identicamente, através de exercícios militares rotativos e com o patrulhamento aéreo e naval das fronteiras, nomeadamente no espaço marítimo e aéreo do mar Báltico, Mediterrânico e Negro (*idem*, 2014b: 251). Em segundo lugar, a demonstração de força ocorre por um lado nos exercícios multinacionais de alta-visibilidade, como por exemplo, o exercício *Trident Juncture* – o maior exercício da NATO desde o fim da Guerra Fria, e por outro lado, na concretização da reconfiguração da NRF, através da Brigada VJTF, cuja prontidão e credibilidade proporcionam uma “garantia visível de coesão e compromisso na defesa coletiva” (*idem, ibidem*: 58). Curiosamente, os EUA posicionaram temporariamente na região da Polónia e Báltico, mesmo com a retração de efetivos, uma Brigada blindada de combate (Drent e Zandee, 2014), contribuindo subtilmente para a demonstração de força.

Em suma, a Cimeira de Gales corresponde na regionalização da resposta à ameaça híbrida, especificamente nas medidas do RAP, a partir do emprego de forças armadas europeias nos *Seam States* – o Leste – e da construção do sentimento de consenso e vontade coletiva com o propósito de dissuadir o *Gap* – a ameaça híbrida russa.

Figura nº 9 – Implementação das bases da NATO de 2016 até 2018



Fonte: <https://jfcbs.nato.int/page5725819/nato-force-integration-units/>.

3.2.3. Geopolítica Popular

A construção da cultura geopolítica da Aliança não se encontra somente nos discursos oficiais e práticas da Cimeira, foi também reproduzida nos órgãos de comunicação social da comunidade transatlântica e “encontra-se dentro do produto da cultura popular internacional, seja na comunicação social de massa, na *Internet*, nas séries ou nos filmes” (Ó Tuathail e Dalby, 2002: 4). De salientar que, o efeito de alterar as perceções da população sobre uma dada cultura geopolítica e a sua aceitação, é em grande medida proveniente do produto representado neste espaço. Atente-se que nesta análise, de acordo com Dodds (2007: 17) existem dois aspetos a serem considerados, “em primeiro lugar, a maneira como as decisões políticas se difundem nos *media* e, em segundo lugar, a produção e circulação de imagens da política internacional nos diferentes tipos de órgãos de comunicação”, ou seja, como foi transmitida a Cimeira de Gales e qual o impacto desta na representação da realidade geopolítica na cultura popular. No nosso estudo de caso, temas como nova Guerra Fria ou esferas de influência são novamente centrais nas dimensões culturais do fenómeno de produção da identidade transatlântica, com efeito, a construção da estratégia de Gales na Geopolítica Popular é caracterizada na audiência pela paranoia da ameaça da Rússia, de uma maneira deliberada e sistemática.

Em primeiro lugar, a produção e circulação deste fenómeno mediático de histeria tem o propósito deliberado de criar um ambiente securitário em torno da Rússia. Uma grande responsabilidade do impacto para atingir esta intenção está no teor das imagens emitidas propositadamente sobre o evento da Cimeira. Destaca-se, a abertura dos telejornais mais mediáticos³⁵ sobre a celebração do acordo na Cimeira feito com imagens do conflito da Ucrânia, nomeadamente em *BBC News* (2014), *Reuters* (2014) ou *The Telegraph* (2014), emitindo por exemplo, episódios de sofrimento humano da população nas regiões da Crimeia ou combates violentos em Mariupol no último semestre de 2014. Com efeito, tem o propósito de cativar as perceções dos telespectadores aos cenários chocantes, para posteriormente aceitarem e suportarem as medidas do RAP contra a ameaça híbrida. Neste caso, do ponto de vista de (Dodds, 2007: 146), podemos observar a indução do medo graças à “seleção do conteúdo de emissão e propaganda das notícias, com intuito de manipular as audiências”.

Seguidamente, na arte de escrever e reproduzir histórias de terror sobre a Rússia, para ter o impacto mediático pretendido, “é uma boa prática começar a notícia com as palavras: «Os medos estão a crescer em...» ou «Há uma preocupação nas capitais ocidentais que...» ou «Washington e Londres estão alarmados com...» ” (O’Phobe, 2015), ou como podemos observar nas notícias em *Reuters* (2014), “Aliados do Báltico temem que o presidente russo Vladimir Putin possa usar a mesma...”, ou *CNN News* (2014) “NATO: estamos num clima de caos”. Igualmente, uma notícia ou artigo de opinião não teria tanto impacto se não tivesse o cabeçalho com as palavras certas, nomeadamente, «Putin», «*Kremlin*», «Ucrânia» ou «Guerra Fria» (Monaghan, 2015), ou até mesmo com certas imagens, especialmente, a fotografia do presidente da Rússia, um desfile em parada de carros de combate russos, soldados verdes descaracterizados, aviões russos a serem intercetados por aviões europeus, ou um grande urso pardo. Esta analogia de Guerra Fria foi empregue em artigos de opinião por Forsberg e Herd (2015), Foxall (2014) e Walt (2015), e nas notícias da *NBC News* (2014) ou *BBC News* (2014). Um dos episódios de indução de paranoia pública, foi com as imagens da unidade militar descaracterizada a operar na Crimeia, em fevereiro de 2014, identificada posteriormente como a 810ª Brigada

³⁵ Aqueles canais televisivos com maior número de visualizações pela comunidade ocidental, por exemplo, *BBC News*, *NBC*, *CNN*, *Fox News*, *RT* e *Al Jazeera*.

de Fuzileiros da Rússia (Monaghan, 2015; Kofman, 2016), note-se no exemplo da CNN e também no seu título – ver Figura nº 10.

Por outro lado, após a difusão pública da Cimeira de Gales, como consequência do impacto desta narrativa, podemos encontrar réplicas na cultura popular, nomeadamente nalguns sucessos de bilheteira da indústria televisiva norte-americana, a tentativa deliberada de criar este ambiente securitário. Sobre este fenómeno, Dodds (2007: 175), refere a tipologia de filmes denominada de «cinema de segurança nacional», “que definiram numa forma imaginária as ameaças à segurança enfrentada pelos EUA”, exemplos disso podemos observar nos filmes de 2015, *Operação Eye in the Sky*, *Missão Impossível: Nação Secreta* e *A Ponte dos Espiões*, de 2016 *Hail, Caesar!* e *Capitão América: Guerra Civil*, e também, nas séries populares de ação norte-americanas *24*, *Homeland* e *The Americans*, que mostram a luta do bem e do mal, onde a origem do mal é em todos os casos a Rússia. Por exemplo, na cena final de *Hail, Caesar!* quando o ator principal tem uma incursão secreta com um submarino soviético, ou a serie *The Americans* e o filme *A Ponte dos Espiões* de espionagem da Guerra Fria. Desta forma, pela experiência recebida com estas imagens que ocupam lugar no tempo de lazer da população, reforçou-se deliberadamente o entendimento geográfico sobre a potencial invasão russa.

Figura nº 10 – Imagens da CNN sobre carros de combate russos na Ucrânia



Fonte: <http://blogs-images.forbes.com/paulroderickgregory/files/2014/06/russian-tanks-in-ukraine.png>.

Em segundo lugar, a narrativa de criação de sentimento ocidental negativo face à Rússia foi sistemática após a Cimeira de setembro de 2014, principalmente nos órgãos de comunicação social e no campo da cultura popular. Sobre isso, Coffey e Kochis (2015), Monaghan (2015) e Kofman (2016) expõem a continuidade do surgimento de notícias sobre as movimentações russas na fronteira Leste da Aliança e sobre as várias medidas da estratégia de Gales em resposta a esta ameaça. Encontramos também exemplos na notícia de *BBC News* (2016) sobre uma eventual invasão russa aos Bálticos com o título “*World War Three: Inside the War Room*” e *Al Jazeera* (2016) sobre a resposta da Aliança com o “*Will NATO's moves in Europe trigger a new Cold War?*”. A propósito da persistência mediática do conflito da Ucrânia, destacamos ao longo de 2014 e 2015 as acusações desencadeadas pelo Ocidente e a polémica criada em torno das forças russas no território ucraniano, nas notícias da *BBC News* (2014), *CNN News* (2014) *Reuters* (2014), que alimentaram a “necessidade destes acontecimentos serem expostos continuamente no debate público” (Shea, 2014: 12). Noutro exemplo, em fevereiro de 2016, o jornal *The Telegraph* (2016) alertou que a Rússia seria capaz de derrubar os Bálticos em 60 horas destacando que “a NATO não consegue parar os tanques russos nos Bálticos”, essa notícia foi inspirada no estudo de Shlapak e Johnson (2016).

Certamente que a repetição e persistência de certos termos neste espaço popular permite fundamentar a prossecução da estratégia de Gales. Na opinião de Kofman (2016), “a generalização do termo «guerra híbrida russa [...] está-se a tornar num cliché». Adicionalmente à repetição deste termo, também observamos uma linha condutora de filmes com a reprodução repetitiva de Guerra Fria, principalmente nas películas com maior adesão popular posteriores à Cimeira: em 2014, *Capitão América: O Soldado do Inverno* e em 2015, *007: Spectre*, *A Ponte dos Espiões* e *Vingadores: A Era de Ultron*. Nesta senda, não será por acaso, que passado 10 anos, o filme que inicialmente produziu o termos-estratégico de «Império do Mal», voltou aos cinemas e por coincidência, com um título sugestivo: *Star Wars: O Despertar da Força*. Quanto às séries destacamos a narrativa sistemática particularmente na série mediática *Game of Thrones*, com a frase sistemática de “*Winter is coming*” uma analogia a “*Russia is coming*” – ver Figura nº 1.

Figura nº 11 – Cartaz da série televisiva *Game of Thrones*

Fonte: [http://gameofthrones.wikia.com/wiki/Winter_is_Coming_\(motto\)](http://gameofthrones.wikia.com/wiki/Winter_is_Coming_(motto)).

Toda a reprodução mediática e popular da comunicação estratégica tem o objetivo de “incutir obediência, subordinação, aceitação da autoridade, aceitação da doutrina [...] e que não se levantem demasiadas perguntas” (Chomsky, 2014: 149). No consumo das representações decorrentes da Cimeira de Gales, à primeira vista, observamos uma visão geográfica de iminente invasão híbrida russa ao espaço Euro-Atlântico, mas por detrás desta representação, encontra-se um fenómeno de fortalecimento da geopolítica cultural da NATO. Pois, o efeito produzido deliberadamente e sistematicamente na opinião pública, para além de incutir medo da Rússia, permitem a aceitação e adesão popular das medidas previstas e implementadas na estratégia de Gales.

3.3. O impacto da estratégia de Gales

Os discursos sobre bipolaridade e regresso à Guerra Fria construíram a imagem de retorno ao papel tradicional da NATO. De seguida, analisamos os efeitos da estratégia de Gales nas perceções ocidentais sobre a sua cultura geopolítica, ou por outras palavras, o que é imaginado, em termos de poder, sobre a sua imagem.

A visualização das ameaças depende do que foi assumido, em termos geográficos, como locais passíveis de causar danos na segurança do Ocidente (Dittmer e Sharp, 2014). Inevitavelmente, segundo Agnew (2003), existe um certo grau de deturpação da realidade, como foi apresentado, nas representações espaciais sobre esses locais, especialmente

através da metáfora espacial *inside/outside*, em que o que está fora do território da Aliança é benigno, o fundamentalismo islâmico e a ameaça híbrida, no entanto o primeiro gera uma visão abstrata de lugar enquanto o segundo concretiza-se num ator, que por consequência tem o intuito de convergir as percepções de ameaças dos Aliados. Olhando para além disto, com a Cimeira de Gales ocorreu uma simbiose entre os aspetos emocionais, práticos e económicos da Geopolítica, que fundamentaram a reorientação a Leste como manifestação de um entendimento diferente no papel da NATO.

A representação da situação internacional, como descrito no *Capítulo II*, confere uma oportunidade para deturpar em certa medida³⁶ a realidade geopolítica em prol da alteração da estratégia e postura da NATO, de maneira a consequentemente responder aos desafios institucionais que a organização enfrenta. Na opinião de Formichetti e Tessari (2014: 3), a corrente situação decadente de identidade coletiva, é uma excelente “oportunidade para transformar o seu papel, garantindo a manutenção das capacidades militares e a sua prontidão”. Com efeito, este paradigma permite convencer o público e governos da importância “do reforço nos gastos na segurança e na defesa, face aos cortes económicos atuais” (Lindley-French, 2014: 1). Exemplos desses discursos que apelam ao aumento dos orçamentos podem ser vistos em Obama (2014), Vershbow (2014) e Stoltenberg (2015b). Por conseguinte, graças à estratégia de Gales, foi possível reproduzir uma imagem geopolítica da NATO sobre a necessidade e justificação do seu papel no campo da segurança transatlântica.

3.3.1. A imaginação geopolítica

A partir deste arranjo geopolítico moldou-se uma vez mais a maneira como é vista a NATO no mundo, ou melhor, “onde se percebe estar localizada no mundo” (Ó Tuathail, 2003b: 84). Ora, anteriormente com o paradigma de gestão de crises, a cultura geopolítica da Aliança era ilustrada por comentadores como um elemento de salvação contra a extrema violência e o fim do tempo, de certo modo, uma “invocação do cristianismo para justificar intervenções militar no Iraque ou noutra local” (Dalby, 2008: 432). Atualmente, devido aos desafios internos que a organização enfrenta, constatámos as diversas representações iguais ao período da Guerra Fria, portanto, baseado na defesa territorial, aumento da esfera de influência e a importância das forças armadas na manutenção da integridade das

³⁶ A referida deturpação concretiza-se com a mediatização das histerias da ameaça híbrida em vez do fundamentalismo islâmico (Monaghan, 2015; O’Phobe, 2015).

fronteiras contra o «outro», o que por analogia justifica e fortalece atualmente o papel da NATO. Devido ao efeito destas representações, a opinião pública prevalecente sobre a missão e papel da Aliança na segurança, e vê a organização como uma ferramenta empregue para responder coletivamente ao aumento de poder do adversário tradicional.

Toda esta representação geopolítica serve o propósito de reorientar as percepções para que a verdadeira ameaça de segurança física fosse a Rússia, nomeadamente na implementação de certas reformas na tipologia de forças, sustentada por programas de investimento na defesa e pela reconfiguração da NRF, na implementação de bases militares na periferia Leste e exercícios de alta visibilidade contra adversários híbrido. Decerto, este fenómeno construiu uma narrativa que “cria a disposição certa das coisas no interior das sociedades e Estados através da adoção de certas visualizações” (Ó Tuathail e Dalby (2002: 7), que no nosso caso, compreende as imagens de analogia à nova Guerra Fria que dinamizam a aceitação natural das medidas de Gales. Face ao exposto, a construção da sensação de ameaça a Leste nas identidades europeias veiculada pelos discursos de Gales é propositada, de maneira a priorizar o empreendimento nas prioridades de segurança dos Estados-membros neste flanco.

Na prática, referimos que a imagem institucional transmitida em Gales conseguiu responder aos desafios de segurança através do consenso e vontade coletiva dos europeus, graças à sensação de identidade coesa e credível da organização, como descrito em NATO (2015b: 10) “a Aliança está totalmente comprometida com a defesa coletiva dos Aliados” e “os Aliados europeus precisam de desempenhar plenamente o seu papel [...] fortalecendo a sua vontade política, capacidades e investimentos na defesa” (Rasmussen, 2014: 4). Por exemplo, o *Comunicado dos Ministros* (2015e), em junho de 2015, a reafirmar os compromissos de Gales, ou seja, a resposta solidária e credível da Aliança deve ser principalmente europeia em apoio aos Estados-membros ameaçados no Leste. No entanto, este arranjo limita e subalterniza as opções estratégicas dos Estados-membros. O que exige assim, um maior esforço e compromisso por parte dos Aliados europeus, obrigando a Europa a lidar com a Rússia, e como consequência, a desconcentrar-se da ameaça do terrorismo a Sul e também, libertando a agenda norte-americana na Ásia e Pacífico. Permita-nos apenas referir neste ponto, que toda a ação de moldar a maneira como é vista a NATO na Geopolítica “têm o propósito de defender e reforçar interesses particulares” (Dodds, 2007: 133) – no próximo Capítulo abordaremos este assunto.

Como síntese conclusiva, referimos que a estratégia decorrente de Gales construiu uma cultura geopolítica agregadora de identidades, através de uma narrativa não declarada de Guerra Fria que concedesse prioridades de resposta aos estados europeus face a ameaça a Leste. Esta estratégia operacionalizou-se nos discursos geoestratégicos, nas teorias geopolíticas dominantes, nas práticas de segurança e na cultura popular. De facto, foi através da combinação das práticas que se evidenciou uma representação espacial que lidasse com a falta de consenso e descrédito organizacional. Por fim, importa referir que a imagem que demonstra e dá validade ao papel da NATO na segurança Euro-Atlântica materializa-se na demonstração de unanimidade na perceção da ameaça a Leste, na adoção unilateral do retorno à defesa coletiva e na configuração de forças para prontidão, permitindo então demonstrar solidariedade, credibilidade e consenso essenciais para defender os Aliados.

CAPÍTULO IV – O RECURSO À EUROPA DO SUL

A NATO (re)desenhou o seu papel através da oportunidade criada pela atual dinâmica internacional, como Stoltenberg (2015a) referiu “[ela] está a adaptar-se a uma nova realidade e Aliados como Portugal, Espanha e Itália estão na linha da frente”. Com Gales, adotou-se uma narrativa e a escolha particular de locais e identidades na resposta às ameaças oriundas do exterior – *outros* – e desafios do interior – nós, de maneira a fortalecer o papel da NATO no SI. Seguidamente, respondemos ao como e porque motivo os países da Europa do Sul alterarem a cultura geopolítica da NATO.

4.1. As identidades europeias

A Geopolítica Crítica analisa a escolha particular de locais e identidades no emprego de uma estratégia na política mundial. Concomitantemente, os fatores geográficos adotados no RAP, neste caso, a identidade das forças militares e o localização do exercício militar de alta-visibilidade, que numa análise superficial apresentam-se como neutros, têm porém “um propósito político e ideológico profundamente enraizado” (Dodds *et al.*, 2013: 6). Pretende-se construir uma dinâmica preocupada em moldar perceções, tanto dentro como fora da organização, criando uma narrativa que reforce e assegure o estatuto da Aliança na segurança Euro-Atlântica. Evidentemente que a escolha das identidades do Sul para executar esta estratégia – o facto geográfico – não foi neutra e tem o propósito de servir esta narrativa.

A narrativa de Gales concentra-se na representação da “nova” cortina-de-ferro – o espaço *Intermarium*. A fronteira que separa atualmente a Estónia, Letónia e Lituânia da Rússia e Bielorrússia, tem praticamente os mesmos quilómetros da que separava a antiga Alemanha Oriental e o Pacto de Varsóvia – ver Figura nº 12, o que em termos de analogia de Guerra Fria assume-se como uma região fundamental nesta representação espacial. Com a configuração cartográfica resultante de Gales (NATO, 2015b), a perceção espacial das ameaças físicas é principalmente proveniente do flanco Leste, como vimos anteriormente, contudo a Estratégia da Aliança empregou curiosamente identidades com afinidade insignificante neste flanco, de maneira a lidar com os desafios ao seu estatuto. Mas vejamos agora o espaço *Intermarium*.

Figura nº 12 – A “nova” e “velha” cortina-de-ferro da NATO



Fonte: Shlapak e Johnson (2016: 3).

Geograficamente os países desta região têm uma proporção considerável de população com origem russa e russófoba, principalmente no Báltico (Monaghan, 2015; Glatz e Zapfe, 2016). No que concerne à distribuição étnica da comunidade russa nestes países, de acordo com o relatório da ONU (2015), 10,11% da população da Estónia nasceu na Rússia, na Letónia foram 6,87%, na Lituânia 2,00% e na Polónia apenas 0,20%. Ainda, segundo o relatório da UE (2012: 21), a população com fluência na língua russa corresponde a 56% da população total da Estónia, 67% na Letónia, 80% na Lituânia e 28% na Polónia, representando um fator importante na capacidade da população desta região compreender os discursos geopolíticos russos. Finalmente, destacamos a localização destas comunidades distribuídas maioritariamente ao longo da fronteira Leste com a Rússia (Shlapak e Johnson, 2015).

Numa representação positiva, ao ilustrar-se a combinação destes três fatores, podemos deduzir que o espaço *Intermarium*, principalmente no Báltico, devido à sua exposição geográfica com a Rússia, é um lugar suscetível de sofrer pressão pela diplomacia russa e pela campanha não-assimétrica da Guerra Híbrida. Este local foi apresentado como foco de tensão de conflito por Friedman (2015), que em termos de

impacto da narrativa nas percepções desencadeia um processo de paranoia a eventuais invasões russas e também, propicia denúncias sensacionalistas³⁷ em defesa das minorias russas presentes nos Bálticos.

Paradoxalmente à narrativa de construir a ideia de ameaça física no Báltico, a estratégia para responder a essa ameaça tem uma divisão de trabalho preocupada nas identidades com origem principalmente nos países sem afinidade com a Rússia, conforme Stoltenberg (2015a) afirmou sobre o papel destes “na linha da frente” da resposta. Segundo relatório da ONU (2015), a população de nacionalidade russa em Itália é de 0,13%, na Espanha 0,15% e em Portugal 0,05%, demonstrando a pouca representatividade desta comunidade, e consequente passividade destes países para com a causa das minorias russa no flanco Leste. Também, devido ao afastamento geográfico, estes países têm menor dependência política e menos ligações diplomáticas com a Rússia (Serbos, 2015: 10), diferentes da Alemanha ou Polónia, por exemplo no gás natural ou petróleo, reproduzindo uma imagem neutra no emprego de nacionalidade na estratégia de Gales.

Seguindo-se uma visão de rotura com a suposta neutralidade na escolha dos lugares e identidades expomos que esta, não foi involuntária ou inconsciente, aliás permitiu “levar ao posicionamento certo das coisas” (Foucault, 1989: 92). A aplicação intencional destas identidades – que representa uma determinada ordem visual de espaço: a periferia Sul do Atlântico-Norte em auxílio ao flanco Leste – permitiu cumprir o objetivo de moldar internamente e externamente a percepção sobre o papel da NATO na segurança internacional, visando a sua conservação.

4.1.1. Uma escolha propositada

Antes de demonstrarmos como a divisão de tarefas altera as percepções acerca da Aliança – que será apresentado nos próximos subcapítulos, torna-se basilar explicar o porquê do recurso a estas identidades na prossecução da estratégia de Gales. Deste modo, recorreremos a seis fatores para justificar este recurso preventivo: divergência, relutância, incapacidade, não-agressão, redireccionamento e renovação da relação de forças.

Como vimos anteriormente, no seio da Aliança predomina uma retórica de ameaça a Leste, contudo existem percepções de ameaças divergentes, nomeadamente “existem

³⁷ Note-se que, neste caso, à semelhança do que foi apresentado no Capítulo II, no item 2.2.2. *A guerra híbrida*, estes argumentos são utilizados na fase inicial, na campanha não-militar assimétrica, para legitimar a intervenção externa armada e efetivar a continuação das fases seguintes.

membros que não veem a Rússia como uma ameaça direta e ficam relutantes em contribuir no combate ao seu comportamento provocativo” (Lorenz, 2015). Logicamente, os Estados-membros priorizam as suas defesas consoante a noção de ameaça potencial. Por exemplo, a Lituânia preocupa-se com a defesa terrestre, enquanto a Espanha projeta forças para o Iraque. Devido à necessidade apontada pela NATO (2015b: 10) de responder a “uma Rússia mais assertiva e imprevisível”, é essencial oferecer uma resposta de defesa coletiva a este ator que afeta o estatuto da organização. Porém, uma resposta sem consenso prejudica a concretização da sua estratégia, logo, torna-se fundamental recorrer aos Estados-membros mais divergentes sobre a ameaça russa, de maneira a surgir o efeito desejado de igualar internamente as “percepções sobre a real ameaça à segurança dos membros da NATO, evitando assim uma resposta fragmentada após a Cimeira de Gales” (Formichetti e Tessari, 2014: 7). Contudo, como “no Sul as pessoas comportam-se de maneira diferente das do Norte” (Friedman, 2015: 317) torna-se fundamental realinhar as prioridades de política externa de acordo com a organização. Isto irá concretizar-se graças ao “conjunto plural de práticas de representação difundidas nestas sociedades” (Dalby, 2002: 4), principalmente a partir do envolvimento direto na estratégia de Gales, para afetar a imaginação geopolítica sobre a NATO e evitar que surja o efeito ulterior das potenciais divisões nacionais dentro do espaço europeu.

Devido à crise económica na Zona Euro, vários países “mostraram pouco entusiasmo em aumentar os gastos de defesa definidos pela Cimeira de Gales” (Techau, 2015: 3), principalmente a periferia Sul, que mais sofreram com os efeitos da austeridade. Estes padecem da relutância em lutar contra o Leste e de incapacidade militar para garantir essa resposta (Gobbi, 2013; Formichetti e Tessari, 2014). Portanto, para além da “prova de como estes membros se tornaram desagregados, e quão pouco existe internamente cultura e compromissos coletivos” (Techau, 2015: 6), ao não cumprir-se o compromisso dos 2% nos orçamentos nacionais, principalmente na aquisição de armamento e equipamento, pode-se prejudicar a credibilidade da NATO nesta resposta, devido à existência de meios obsoletos nas forças armadas empregues na Estratégia de Gales.

Paradoxalmente, embora o emprego previsto de forças numa estratégia seja proporcional ao contributo financeiro na organização, nomeadamente, EUA, Alemanha e Reino Unido, são os países periféricos do Mediterrâneo que são chamados para cumprir essa tarefa. A razão para a escolha destes países prende-se com a necessidade de impor

investimentos nacionais e empenhar as suas forças armadas nestas tarefas, de maneira a aumentar a modernização das forças e o sentimento de compromisso coletivo. Sobre isso, encontra-se a seguinte argumentação em Glatz e Zapfe (2016: 4): “o obstáculo económico apenas será ultrapassado quando um membro do Sul da Europa estiver no comando ou ser empregue no Leste”, por exemplo, a Espanha a liderar a VJTF. Assim, as forças empregues nesta estratégia necessitam predominantemente de países do Sul da Europa, que são os mais afetados pelas medidas de austeridade, de maneira a que, paradoxalmente potenciem as suas capacidades militares – o que credibiliza – o empenho na vontade coletiva em defesa do flanco Leste.

Nesta reflexão, importa mencionar a necessidade de reproduzir uma imagem que não infrinja o Ato Fundador sobre as Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a NATO e a Federação Russa de 1997³⁸. Apesar dos países ameaçados no Leste preferirem a presença permanente de uma força de combate convencional, a Aliança decidiu que as medidas previstas no RAP respeitassem este Ato, posicionando apenas a “curto prazo forças militares para exercícios multinacionais e criando pequenas bases de comando” (NATO, 2015c). A propósito deste empenhamento, segundo Coffey e Kochis (2015), ainda existem acusações do lado russo, contudo esta “presença por rotações assegura a interoperabilidade, integração e capacidade de reforçar os Aliados, ao invés de colocar permanentemente forças de grande envergadura” podendo provocar conflitos nos termos do Acordo. As identidades ideais nestas rotações são, preferencialmente, as que não causem histerias às minorias russas e que não provoquem um escalar do conflito pelo poder militar. Os países do Sul constituem-se como as ferramentas necessárias para alcançarem este fim. A título de exemplo, os aviões-caça F-16 portugueses presentes na Lituânia dão uma menor impressão de agressão, do que aviões-caça norte-americanos de última geração.

A narrativa da ameaça híbrida é, atualmente, um dos mais eficazes mecanismos de ocultação de práticas que deliberadamente modificam as identidades. No contexto da resposta aos desafios institucionais, a questão da unanimidade nas preocupações de segurança é fundamental para o consenso da Aliança. Assim, as narrativas de insegurança constroem-se “a fim de orientar-nos como devemos sentir [e reagir] relativamente às coisas

³⁸ Em 1997, a NATO e a Rússia celebraram o acordo para promover a estabilidade e a segurança na região Euro-Atlântica. Foi assinado um “compromisso mútuo de não projeção de forças de combate de grande envergadura para regiões politicamente sensíveis” (Foxall, 2014: 3).

representadas” (Campbell, 1998: 87), e no nosso caso, de maneira a ocorrer um redirecionamento das preocupações de segurança. Por conseguinte, os países do Sul da Europa, são escolhidos para “modificarem a sua identidade a favor de quem produz a rede de poder” (Ó Tuathail, 1996: 50). Portanto, o consenso necessário para reforçar o papel da NATO só será obtido se houver um envolvimento destes países. Por exemplo, a escolha do Mediterrâneo para exercícios de grande envergadura para demonstrar a força da NATO contra a ameaça híbrida russa, permite criar um ambiente securitário na Europa de maneira a que as preocupações de segurança do Sul se reorientem para o flanco Leste.

Por outro lado, num momento em que o centro hegemónico da Zona Euro enfrenta uma crise económica, com efeitos de fragmentação, existe o “interesse das elites políticas e económicas em manterem a integração na UE” (Friedman, 2015: 323). Na Cimeira de Gales, o discurso de obrigação do desenvolvimento do setor da defesa, em termos de equipamentos e defesa coletiva, permite a renovação da ligação de credor-devedor que existe nos espaço europeu, entre centro e periferia, que neste caso, será em dependência no setor militar. Por exemplo, a dependência na logística alemã na projeção de forças militares. Isto permite um caminho continuado na relação dependente dos países do Sul da Europa com o centro europeu, onde os países do Sul estão novamente sujeito a um “tipo de relacionamento entre as organizações regionais e a ordem neoliberal global, em que aquelas se assumem como veículos privilegiados de imposição dos ditames dessa ordem global aos respetivos Estados membros” (Pureza, 2015: 22).

Igualmente, os gastos totais na defesa coletiva da NATO são insustentáveis pelas classes hegemónicas do centro. De acordo com Techau (2015: 7), um país como a Alemanha ao investir 2% do seu orçamento anual na defesa, “teria que absorver 74 biliões de euros em vez dos correntes 37 biliões de euros, o que seria impraticável e irrealista”. Coincidentemente, segundo Serbos (2015: 25), “o emprego substancial de recursos económicos e militares na segurança europeia pelos EUA, [...] envolveria uma menor liberdade de ação na Ásia”. Então, o peso dos custos financeiros para a implantação do RAP deve ser atribuído aos Estados que mantenham uma relação de assimetria. Ocorrendo assim uma “transferência de riqueza num espaço de integração assim concebido, não as transferências virtuais do centro para a periferia, mas as transferências reais para o centro (Pureza, 2015: 44). Daí, decorre a preocupação de Stoltenberg (2015a) em que os países do Sul estejam “na linha da frente” do RAP, o que se compara na senda de Ó Tuathail (1994:

5) a uma “narrativa hegemónica de desenvolvimento”, onde a periferia vai investir meios militares enriquecendo perpetuamente a economia do centro. Curiosamente, este padrão pode ser observado na *Resolução 423* da NATO (2015g), relativamente à atribuição da responsabilidade da VJTF, em termos cinéticos a constituição é maioritariamente espanhola, no entanto a parte logística e de sustentação é da responsabilidade alemã, isto é, as forças de demonstração terrestres são espanholas, enquanto quem alimenta e abastece são alemãs, permitindo assim renovar a relação de dependência europeia.

4.2. A representação espacial com o Sul

No que diz à representação espacial resultante do RAP, a NATO moldou intencionalmente o mapa geopolítico mundial através da escolha das identidades e locais do Sul da Europa. Tal como Ó Tuathail e Dalby (2002) e Dittmer e Sharp (2014: 277) afirmaram, a resposta às ameaças provenientes dos «outros», mesmo feita por aqueles com boas intenções, pode resultar na “construção de uma realidade geopolítica que molda o mapa geopolítico em favor da hegemonia”. Aqui, a representação foi estruturada, por um lado, com a mobilização de tropas dos países mediterrânicos para o Leste da Aliança, e por outro, nos locais de demonstração de força e as identidades que fazem parte da força dissuasora são igualmente do Sul da Europa.

4.2.1. A projeção no Leste

Para preencher o propósito de resposta à ameaça no Leste, os destinos terrestres têm como estrutura base os “centros de comando e controlo³⁹ implementados” (NATO, 2015h: 4), ou seja, nos locais mais prováveis de se desencadear a guerra híbrida. Na senda de demonstrar a presença do Sul nestes locais, a NATO com o RAP escolheu dar prioridade à configuração da NRF através do conceito de *Framework Nation* (*idem*, 2014b). A divisão de tarefas desta baseia-se em três pilares, primeiro, nas componentes de suporte, logística e sustentação, segundo, na de projeção, e terceiro, nas de manobra, apoio de combate e planeamento. (Formichetti e Tessari 2014). De acordo com a *Resolução 423* (2015g: 2), a Alemanha lidera a iniciativa do apoio no primeiro pilar e o Reino Unido no pilar de projeção, enquanto a Espanha em 2016, e depois a Itália em 2017, garantem o pilar de

³⁹ Estas bases “facilitam a receção de forças Aliadas” – por exemplo, caso a VJTF seja empenhada, “apoiam no planeamento de defesa coletiva e auxiliam na coordenação de exercícios militares” com as nações hospedeiras (NATO, 2015h).

combate⁴⁰. Através da divisão de trabalho presente nesta *Resolução*, destacamos o traço identitário do Sul nas forças cinéticas que efetivamente estão na linha da frente, ou seja as tropas que estão no terreno, diferente das identidades que se encontram à retaguarda a apoiar e projetar estas nacionalidades.

Por outro lado, no que concerne à quantificação das forças terrestres que numa base de rotação estiverem presentes nos Bálticos e Europa Oriental, por questões de classificação de segurança, não é possível demonstrar a quantidade precisa do dispositivo de forças terrestres. No entanto, é nos possível ilustrar a inclusão das identidades do Sul da Europa a partir do período pós Cimeira de Gales. Como podemos observar na Figura nº 13, ocorreram vários exercícios militares nesta região, onde destacamos de acordo com McNamara (2016: 4) a importância do exercício *Saber Strike* realizado no Báltico – concentrado na Lituânia, “sendo que os anteriores foram mais modestos [...] o que serviu para demonstrar a credibilidade da NATO na dissuasão da ameaça híbrida”. Repare-se no pormenor da presença das forças militares portuguesas neste exercício, onde pela primeira vez, a partir da análise dos dados expresso em *Silk* (2016), sobre os exercícios da NATO desde maio 2013 até junho 2015, foram projetadas forças do Sul da Europa.

Em termos marítimos, implementou-se uma atividade marítima permanente ao longo do mar Báltico e mar Negro, para além dos patrulhamentos no Mediterrâneo, “tendo em vista as medidas de *Assurance*, através dos *Standing NATO Maritime Groups* e os *Standing NATO Mine Counter-Measures Groups*⁴¹” (NATO, 2015c). Uma das preocupações cruciais destas forças foi de “garantir a liberdade de movimentos no acesso às infraestruturas dos países ameaçados” (McNamara, 2016), através da presença no Mediterrâneo com a *Operação Active Endeavour*⁴² e com o patrulhamento do mar Báltico e mar Negro com estes grupos marítimos (NATO, 2016a: 9). De salientar que, os países escolhidos para comandar a *Standing NATO Maritime Group 1*, neste caso a força orientada para intensificar o patrulhamento marítimo nos locais a Leste da Europa – mar

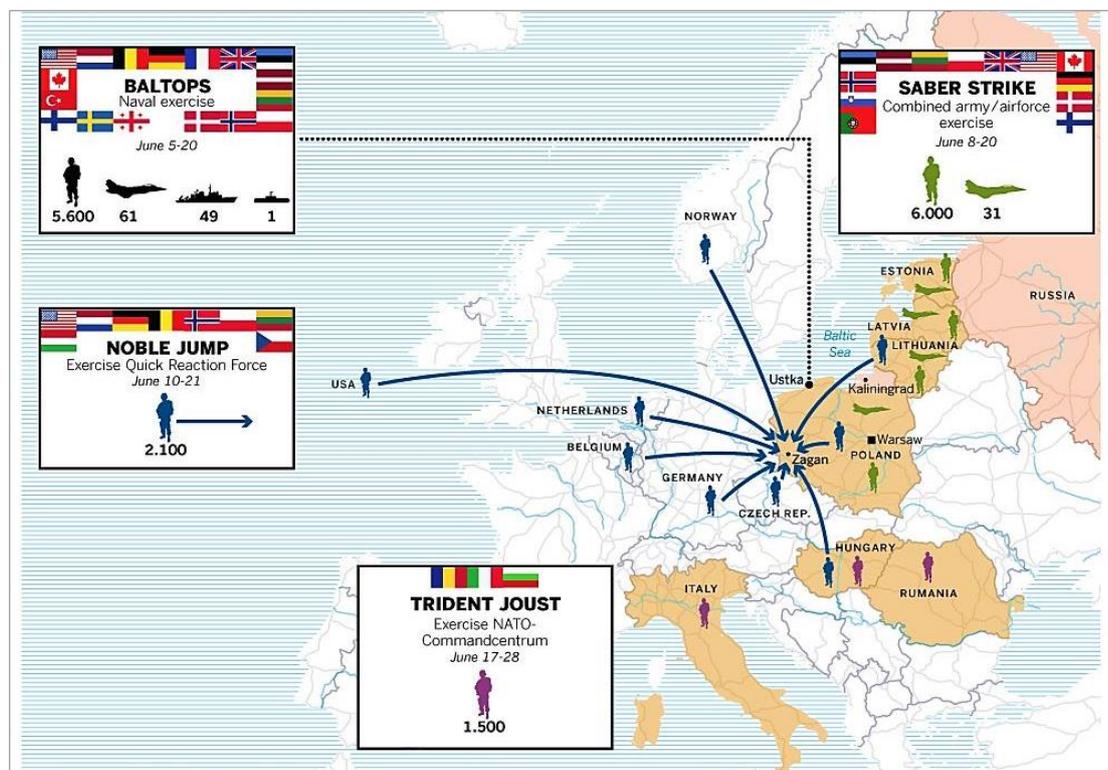
⁴⁰ Como componente de combate, entendemos as forças terrestres de manobra e apoio de combate.

⁴¹ Os *Standing NATO Maritime Groups* são uma força marítima multinacional, “composta por vários tipos de navios, estando disponíveis permanentemente para executar diferentes tarefas, que desde a participação em exercícios até apoiar em missões internacionais” (NATO, 2015b: 53).

⁴² A *Operação Active Endeavour* contém “navios a patrulhar e vigiar o Mediterrâneo para apoiar a deteção, impedir e proteger contra a atividade terrorista” (NATO, 2014b: 101).

Báltico, Leste do Mediterrâneo e mar Negro – em 2015 foi Portugal e em 2016 foi Espanha (*idem, ibidem*).

Figura nº 13 – A NATO na Europa do Leste em 2015



Fonte: <http://theaviationist.com/2015/06/13/infographic-allied-shield-series-of-ex/>.

Por fim, a projeção de forças aéreas assentou no policiamento do espaço aéreo através do uso de Sistema de Vigilância e Controlo Aéreo e a presença de aeronaves caça em prontidão, com a finalidade de preservar a integridade do espaço aéreo transatlântico (*idem, ibidem*). Como parte das medidas de *Assurance*, aumentou-se o poder aéreo Aliado no Leste, com o “aumento do número de aviões de caça e de voos de patrulhamento sobre os países Bálticos, na Roménia e Polónia” (Glatz e Zapfe, 2016: 2). Na panóplia de contribuições para esta missão, “até ao final de 2015, quinze países contribuíram para a defesa aérea do Leste da Luropa” (NATO, 2015b: 56). Ora, como podemos observar no Quadro nº 3, a partir da data da realização da Cimeira, foram incluídas pela primeira vez entidades do Sul da Europa e no decorrer da missão houve presença quase constante destas nacionalidades. De destacar, a frequência do comando desta missão, que Portugal liderou esta missão na Lituânia no final de 2014, Itália no início de 2015, Espanha no início de 2016 e novamente Portugal a partir de abril de 2016.

Quadro nº 3 – Contribuintes no Báltico

Abr-13	Set-13	Jan-14	Mai-14	Set-14	Jan-15	Mai-15	Set-15	Jan-15	Abr-16
França	Bélgica	EUA	Polónia	Portugal	Itália	Itália	Hungria	Espanha	Portugal
			Reino Unido	Canadá	Polónia	Noruega			
			Dinamarca	Alemanha	Espanha	Reino Unido	Alemanha	Bélgica	Reino Unido
			França	Holanda	Bélgica	Bélgica			

Fonte: baseado em https://en.wikipedia.org/wiki/Baltic_Air_Policing

4.2.2. A demonstração de força

Simultaneamente à projeção de forças, esta espacialização decorre também pela afirmação da postura de defesa coletiva, baseada nas forças de resposta imediata, nos exercícios militares de alta visibilidade e também no investimento no setor da defesa.

Em termos militares, a inclusão da VJTF na força de prontidão da NATO teve o propósito de aumentar a disponibilidade e rapidez de emprego da NRF no espaço Euro-Atlântico. Segundo a *idem* (2014a: 2), esta força conjunta multinacional “será capaz de, no prazo de poucos dias, posicionar-se para responder às ameaças que surgem, especialmente na periferia do território”, compreendida por uma Brigada terrestre, com cerca de cinco mil militares, possuindo à sua disposição componentes aéreas, marítimas e de operações especiais. Particularmente, de acordo com *idem* (2015c), a Brigada VJTF subdivide-se em cinco Batalhões de manobra⁴³, em que um se encontra permanentemente em prontidão de 48 horas, baseando-se num ciclo rotativo trianual por cada país – *stand-up*, *stand-by* e *stand-down*. Será declarado pela NATO como completamente pronta para executar operações na Cimeira de Varsóvia em julho de 2016.

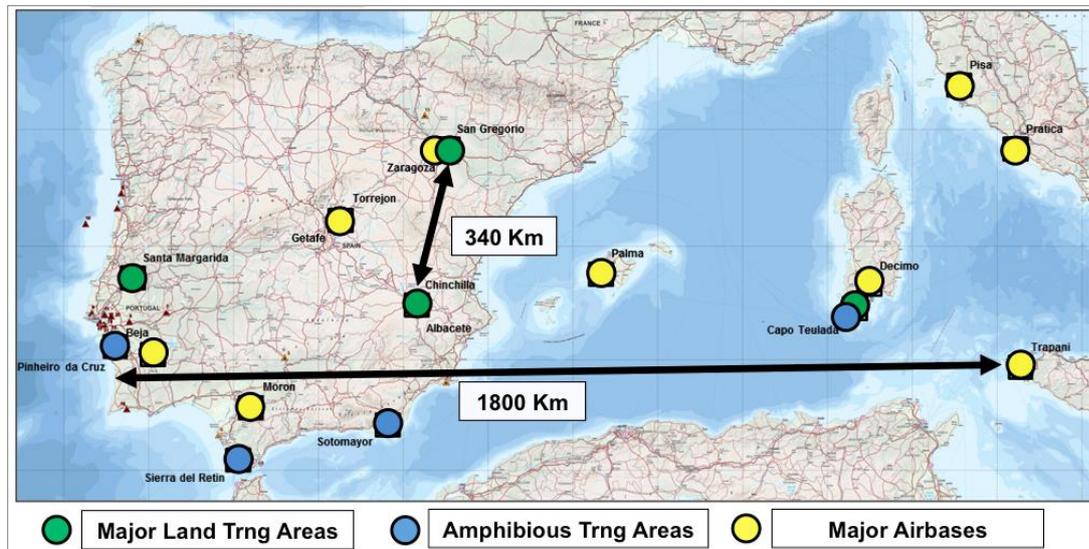
No que respeita às identidades na Brigada VJTF, diferente dos casos anteriores em que os países do Sul foram incluídos pela primeira vez ou assumiram a liderança, aqui estão de facto em maioria, pois para operacionalizar a força de ponta-de-lança da Aliança, “a Espanha assumiu a tarefa *Framework Nation*, para assumir a prontidão máxima em 2016” (NATO, 2015b: 16) – o ciclo de *stand-by*. Não obstante a identidade de quem comanda a VJTF, segundo o Exército Português (2016) integram esta Brigada “forças da Albânia, Bélgica, Croácia, Espanha, Reino Unido, Portugal e Polónia”, e especificamente segundo a *Revista Española de Defensa* (2016: 3), dos cinco Batalhões, dois são espanhóis,

⁴³ Os batalhões de manobra representam as forças que operam no terreno, espelha a combinação entre forças de infantaria ligeira, infantaria mecanizada, cavalaria, transmissões e engenharia de combate.

um português, um belga e um britânico. Diante das evidências expostas, os países do Mediterrâneo tiveram um papel preponderante na configuração desta força de defesa coletiva

Outro procedimento de demonstração de prontidão foi o aumento do número de exercícios militares multinacionais e a preocupação com a visibilidade destes na Europa após a Cimeira. Conforme Glatz e Zapfe (2016: 3), em 2014, “a NATO realizou 162 exercícios, o dobro do número previsto inicialmente, [...] e em 2015, 270 exercícios, dos quais cerca de metade foram destinados a tranquilizar os aliados europeus orientais”. Um dos elementos mais importantes nesta demonstração foi o exercício *Trident Juncture 2015*, conduzido em Espanha, Portugal e Itália – ver Figura nº 14, por cerca de 30.000 militares, em outubro e novembro de 2015, revelando-se como o exercício mais ambicioso e com maior impacto mediático da Aliança e demonstrou a sua “força e solidariedade num cenário que refletiu o atual ambiente operacional” (Pintat, 2015: 7). Coerentemente, na senda de demonstrar o recurso ao Sul na estratégia de Gales, aqui fica subjacente a utilização do espaço terrestre do mediterrâneo como plataforma para demonstrar a capacidade de prontidão e o reforço da defesa coletiva.

Concomitantemente à presença nos *media* internacionais, houve a preocupação de que os exercícios da NATO estivessem presentes nas redes sociais, nomeadamente, na sugestão feita pela NATO (2015i) que convidou em conferência de imprensa “a *tweetar* sobre o exercício *Trident*, devendo os utilizadores incluir preferencialmente o *hashtag* #TJ15 e também #NATO”. Como resultado, conforme o estudo de Frankenstein *et al.* (2016), existiram durante esse período cerca de 1,5 milhões de *tweets*, numa média de 460 por dia na rede social *Tweeter*. Curiosamente, Schwartz (2015) refere que, houve igualmente uma grande partilha de fotos dos soldados que participaram nesses exercícios, recorrendo à plataforma *online* de fotografias *Instagram* com as mesmas *hashtags*. Ou seja, com o envolvimento das redes sociais na demonstração deste exercício pretendeu-se que tivesse impacto na cultura popular ocidental de maneira a repopularizar os exercícios militares de grande envergadura da NATO de dissuasão ao seu inimigo tradicional.

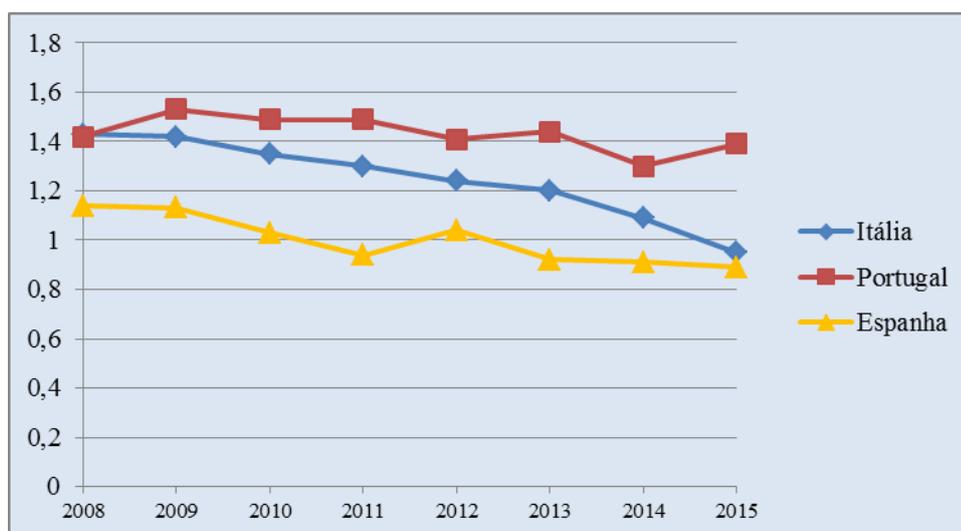
Figura nº 14 – Localização do *Trident Juncture* 2015

Fonte: <https://jfcbs.nato.int/trident-juncture/media/accreditation>

Por fim, em termos económicos, outro paradigma de demonstração de harmonia na defesa coletiva expressa-se pela aceitação da meta dos 2% dos orçamentos nacionais nos gastos na defesa. Para além disso, este investimento na força militar pretendeu-se que fosse investido “em novos equipamentos [...] alocando mais do que 20% do orçamento da defesa” (NATO, 2015b: 10). No caso dos países do Sul, houve uma estabilização do orçamento e um aumento nos gastos com equipamentos, contrariamente aos cortes antecedentes à Cimeira. Por um lado, nos orçamentos da defesa como podemos observar na Figura nº 15, inverteu-se a descida dos gastos na defesa entre 2013 e 2014 e em 2015 ocorreu uma estabilização e no caso de Portugal um aumento. Mais propriamente, de acordo com os dados no *Relatório Anual* (2015b: 110), entre 2014 e 2015 as percentagens variaram: na Itália de 1,09% para 0,95%, na Espanha de 0,91% para 0,90% e em Portugal de 1,30% para 1,39%. Por outro lado – e mais importante – no caso do investimentos nos equipamentos, apesar de nos países mediterrâneos este estar aquém dos 20% no orçamento da defesa, todos os países aumentaram os gastos de 2014 para 2015 – após a Cimeira, contrariando a tendência reducionista⁴⁴ desde 2008: a Itália de 11,2% para 12,5%, a Espanha de 13,5% para 15,6% e Portugal de 8,4% para 8,8%.

⁴⁴ Em 2008, os gastos nos equipamentos na Itália eram 12,7%, na Espanha 21,4% e em Portugal 13,5%.

Figura nº 15 – Gastos na defesa em percentagem do PIB



Fonte: NATO (2015b: 112)

4.3. A contenção das ameaças

A cultura geopolítica reproduzida com Gales tem o propósito de ter impacto no mapa geopolítico mundial, principalmente na imaginação geopolítica que os “outros” têm sobre a NATO. Com uma representação favorável será possível responder à ameaça híbrida que a organização supostamente enfrenta. De seguida, analisamos como os países do Sul foram fundamentais nessa representação.

4.3.1. O impacto na ameaça híbrida

À primeira vista, temos no campo terrestre, marítimo e aéreo a presença de forças militares de combate na Europa do Leste cujo objetivo, através da análise da finalidade exposta neste *Relatório* (*idem, ibidem*: 14) e na *Declaração dos Ministros* (2015e: 1), foi de influenciar a ameaça híbrida a fim de dissuadir um potencial desencadeamento dessa guerra e de neutralizar os resquícios que se encontram presentes no Leste. Esta prática de assertividade pode ser vista na teoria de Barnett (2003) como projeção de forças da NATO para os Estados *Seam*. Com a atual campanha de nacionalismo russo – vinda do *Gap* – existe a necessidade de projetar forças internacionais nos locais mais prováveis de atuação dos elementos desestabilizadores, portanto junto às fronteiras russas, servindo de força dissuasora e para apaziguar a população local (Simón, 2014; Techau, 2015). Por exemplo, o posicionamento de aviões de caça no Báltico para atuar face a qualquer invasão aérea, ou a existência de forças de manobra nos exercícios multinacionais para demonstrar força.

No entanto, numa visão mais abrangente, ao contrário da abordagem exclusiva de análise do impacto da dissuasão, ao interpretarmos os dados apresentados no *Seminário* da NATO (2015d: 6), deduzimos que se pretende que a resposta seja mais complexa: através da projeção de forças do Sul para o Leste para além de se fortalecer as identidades locais contra a ameaça híbrida, também se evita que exista propaganda sensacionalista em defesa das minorias russas. Em primeiro lugar, com o RAP as perceções dos países Bálticos e da Europa Oriental orientam-se para uma identidade pró-ocidental forte, em que toda a Aliança protege os Aliados contra a ameaça híbrida. Ora, subjacente aos discursos oficiais sobre a ameaça híbrida, existe uma campanha de contrapropaganda da alegada vitimização russa sobre a “conspiração Ocidental com os seus países vizinhos”, construindo uma identidade coesa que não seja afetada pela desinformação e propaganda da fase inicial da Guerra Híbrida. Podemos observar no discurso do Secretário-adjunto da NATO (Vershbow, 2014: 3), o exemplo da construção da importância da defesa das fronteiras: “se queremos proteger a nossa segurança coletiva e valores comuns, [...] temos de nos manter unidos, trabalhar e agir conjuntamente”.

Certamente, à luz da teoria adotada e de acordo com Dalby (2002: 298), “a construção dos «Outros» como inimigos permitiu a formulação da identidade doméstica, que foi construída como a antítese da ameaça externa”. Curiosamente, se foi através das identidades que a guerra híbrida implantou inicialmente a sua campanha de anexação de território, então a resposta da Aliança subentende a alteração das identidades junto às fronteiras, fortalecendo os antagonismos entre a população e o país agressor, afastando assim possíveis movimentações locais a favor de invasões externas. Exemplos da campanha para criar resiliência na população local, ou seja, ter impacto na imaginação geopolítica interna, podem ser vistos em *The Telegraph* (2016) e McNamara (2016), sobre a emissão dos exercícios militares na comunicação social do Báltico, que utilizam cenários fictícios que simulam invasões de adversários híbridos, e também, na implementação do Centro de Comunicações Estratégicas, na Letónia em 2014, que pretendeu “melhorar as capacidades de comunicações estratégicas da NATO no Báltico” (Sullivan, 2015: 6).

Em segundo lugar, para além de coagir com a ameaça externa através da construção de uma identidade forte interna, esta estratégia reproduz uma imagem de dissuasão neutra, ou seja, possibilita prevenir o “argumento de ignorar os direitos das minorias presentes nos países vizinhos nesta resposta” (Berzins, 2014: 10). Neste caso, através da projeção de

identidades com origem principalmente nos países sem afinidade com a Rússia, evitam-se acusações sobre desigualdades ou eventual falta de segurança das minorias, dado que os países do Sul um forte contra-argumento a eventuais reivindicações sobre o *Ato Fundador* de 1997. Pois, devido à pouca representatividade da comunidade russa nesta periferia, demonstra-se um envolvimento imparcial nesta fronteira, portanto a influência ou peso desta comunidade é nula na política nacional destes países. Ora, diferente da Alemanha ou dos EUA, os países mediterrâneos têm uma política externa neutra relativamente à Rússia, dado que “em termos de segurança e defesa estão mais preocupadas com o flanco Sul” (del Castillo, 2015). Isto é, não têm segundas intenções com a projeção rotativa e temporária de forças para o Leste, apenas servem uma organização internacional.

4.3.2. A dissuasão com o Sul

A resposta da NATO na fronteira entre Europas teve uma grande preocupação em tingir a Rússia como um *outsider*. Não obstante à abordagem preventiva para neutralizar as fases iniciais da campanha híbrida, houve a preocupação de credibilizar a organização como garante de segurança dos Aliados. No que concerne a este papel, face aos dados expostos no subcapítulo anterior, os países do Sul foram e são fundamentais para que a NATO revele uma imagem de solidariedade contra o potencial adversário híbrido. Esta mensagem encontra-se implícita logo na *Declaração*:

A nossa Aliança continua a ser uma fonte essencial de estabilidade neste mundo imprevisível. [...] Baseada na solidariedade, na coesão e na indivisibilidade da nossa segurança, a NATO continua a ser a agência transatlântica para a defesa coletiva (NATO, 2014a: 1).

O pilar primário da organização depende do espírito de solidariedade, em que cada membro está comprometido a proteger o outro, o que subentende que, com o empenho do Sul na defesa coletiva, existe uma Europa apenas com uma preocupação de segurança e não duas, ou seja, as medidas de *Assurance* – apaziguamento – dos membros ameaçados garante-se através da solidariedade do Sul.

O nosso argumento sobre a necessidade da organização representar uma imagem de solidariedade entre Aliados, principalmente do Sul, encontra-se reforçado com os destaques oficiais dados nas tarefas no RAP. Primeiro, na defesa e policiamento aéreo do Báltico “demonstra ser um indicador visível de coesão, responsabilidade partilhada e solidariedade” (*idem*, 2014b: 45). Segundo, sobre o patrulhamento pelos grupos marítimos declara que “também apoiam a estabelecer a presença da Aliança e a demonstrar

solidariedade” (*idem*, 2015b: 53). Terceiro, relativamente à presença de forças terrestres numa base de rotação, serve “para demonstrar solidariedade coletiva e vontade de proteger todos os Aliados” (*idem, ibidem*: 15). Por fim, sobre o compromisso com a NRF, “esta fornece uma abordagem coletiva com uma resposta militar pronta, integrada, projetável e eficaz para mostrar a determinação, solidariedade e compromisso da Aliança” (*idem, ibidem*: 54). À vista do exposto, a construção da imagem de solidariedade institucional com Gales, através da representação do “outro” como Inimigo, potenciada pelo compromisso dos países do Sul da Europa nesta resposta, fica reforçada. Por outras palavras, os países mediterrâneos ao garantir a segurança aos Aliados no Leste promovem uma representação espacial de coesão interna nas prioridades de segurança, o que constrói assim, uma realidade geopolítica onde a Rússia é a “verdadeira” ameaça à Europa.

Um dos desafios apontados no *Capítulo II* foi a falta de credibilidade da NATO como garante da segurança transatlântica, denegrida pelos consecutivos cortes nos orçamentos de defesa. Afirmar que a NATO está obsoleta tem um impacto profundamente negativo na sua credibilidade. Então, para fortalecer a resposta da Aliança contra este desafio, é necessário que os países do Sul estejam “na linha da frente”. Aqui, pretende-se projetar a imagem de que os países mais afetados com a crise económica estão empenhados em mostrar a credibilidade e solidariedade da organização de segurança. A base para alicerçar este plano constituiu-se nos mecanismos de anúncio da NATO, que demonstraram a capacidade de colocar a sua presença ao longo do flanco oriental (Simón, 2014; McNamara, 2016), definidos pelo impacto psicológico e cultural do exercício de grande envergadura *Trident Juncture* 2015, que também “serviu para testar a força da VJTF e certificá-la em 2016 [para futuras projeções]” (NATO, 2015b: 16). Para além do exercício “transmitir uma mensagem de dissuasão credível em relação à Rússia” (Olshausen, 2016: 5), a concretização real da VJTF e do *Trident* com os países mediterrâneos retransmite a mensagem de credibilidade na organização, pois os países mais afetados pela crise económica, que anteriormente fizeram cortes na defesa, agora contrariam essa tendência e investem em novos equipamentos militares. Desta decisão, advém a lógica de, se o Sul tem a capacidade militar para investir na defesa e assegurar segurança aos Aliados, então a NATO tem a capacidade de reforçar a defesa coletiva.

Em suma, mostrando que os países do Sul têm capacidade e estão empenhados na resposta contra o *outsider*, então existe uma única preocupação em termos de segurança,

que é contra a ameaça híbrida. Assim, no impacto da NATO no mapa geopolítico sobre a representação do “outro”, através da estratégia de Gales, foi construída uma realidade com base na demonstração da solidariedade e credibilidade pelos países do Sul da Europa, que antagonizou a imaginação geopolítica sobre a Rússia.

4.4. A resposta aos desafios

O impacto da construção de Gales, para além de moldar a imaginação geopolítica dos “outros” sobre a NATO, também molda a de “nós”. De acordo com Ó Tuathail e Dalby (2002: 4), a representação espacial das práticas geopolíticas pretendem, para “além de mudar comportamentos, também alterar identidades, ao sabor dos interesses particulares”. Nisto, a estratégia de Gales direcionou efeitos para moldar as perceções internas da Aliança, que no nosso caso, tem o propósito de alterar as práticas e prioridades da Europa do Sul, de maneira a responder aos problemas internos que desafiam o seu estatuto na segurança Euro-Atlântica. Concomitantemente é possível visualizar essa construção com a resposta solidária e credível da Aliança, formada substancialmente por Estados do Sul da Europa, no esforço da defesa coletiva aos membros ameaçados no Leste.

4.4.1. O impacto nas perceções internas

O resultado do impacto de uma estratégia pode ser visto “como os Estados se comportam culturalmente no mundo” (Tomé, 2010: 54), ou no nosso estudo, nos discursos, nas práticas e nas perceções de segurança dos países mediterrâneos.

Em primeiro lugar, observemos o impacto nos discursos geopolíticos e geoestratégicos e na sociedade civil. Um dos pontos fundamentais nesta análise, de acordo com Ó Tuathail (2004: 98) demonstra-se pela “afirmação das fronteiras internas e missões de forças coletivas transnacionais nos assuntos internacionais”. Neste ponto, destacam-se os atores chave que discursaram sobre a demonstração de solidariedade da Aliança na defesa coletiva, durante os momentos da Cimeira e do exercício *Trident Juncture*. Temos por exemplo, o Ministro da defesa espanhola, Pedro Morenés, que em setembro de 2015 reconheceu que o *Trident*, “é provavelmente o mais poderoso exercício que a NATO tem feito” e realça que o RAP mostra “total disponibilidade para contribuir para a defesa coletiva da OTAN” (del Castillo, 2015). Também o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, em outubro de 2015, declarava “[p]erante a crise da Ucrânia, há uma NATO coesa. [...] Pode contar com o apoio de Portugal, com o nosso compromisso contínuo e

firme” (Machete, 2015: 36), e no caso italiano, o primeiro-Ministro Matteo Renzi afirmava “que a Itália vai fazer parte da força de intervenção criada em Newport” (La Repubblica, 2014). Relativamente a esta imagem superficial de solidariedade, demonstra-se inconscientemente uma Europa apenas com uma preocupação de segurança.

Ainda assim, na senda de mostrar o consenso e coesão da estratégia de Gales, existem vários autores que aclamam por união e cooperação na resposta às ameaças. Destacamos alguns exemplos relevantes nos países do Sul, que analisaram o desafio da ameaça híbrida russa para a Europa: dos italianos Formichetti e Tessari (2014: 7) reforçaram “a importância sobre a partilha de encargos da estratégia acordada”, do espanhol Simón (2014: 78) defendeu um “maior compromisso nas capacidades e recursos financeiros na supremacia do Ocidente para alcançar o bem global”, e por fim do português Simões (2015: 17), alegou que a “Europa e os EUA têm de reagir, em conjunto e decididamente, porque em jogo está não apenas o futuro da Ucrânia, dos países da Europa oriental e da Rússia, mas também o futuro da Europa e da aliança transatlântica”. Aqui, estes exemplos contribuem para a cultura geopolítica da NATO – no parâmetro da geopolítica formal e popular – transcendendo as preocupações de segurança da Aliança para as suas visões.

Para além disso, em termos de impacto nas perceções internas destacamos o questionário *Transatlantic Trends* (2014) feito anualmente à opinião pública europeia e norte-americana. Sobre o ator que ameaça os parceiros a Leste, de acordo com este estudo (*Ibidem*: 5), os Estados ocidentais “veem negativamente a liderança e comportamento russo”. Particularmente, Itália, Espanha e Portugal consideraram em 2014 a liderança russa indesejável, dado que as respostas em cada 1000 entrevistados por país foram contra esta – 68%, 84% e 69% respetivamente, e concordam que sejam impostas mais sanções económicas devido ao conflito na Ucrânia – 67%, 68% e 64% respetivamente (*idem, ibidem*: 57). Da mesma forma, comparando a flutuação da visão da população relativamente ao ator Rússia (*idem, ibidem*: 22), em 2010, 50% de italianos, 44% de espanhóis e 44% de portugueses têm uma opinião desfavorável, já em 2014, 69% de italianos, 67% de espanhóis e 63% de portugueses, o que mostra um aumento da visão antagonista devido à construção da ameaça híbrida – note-se que a diferença entre 2013 e 2014, antes e depois de Gales, foram respetivamente na Itália 6%, na Espanha 9% e em Portugal 12%.

Em segundo lugar, quanto à securitização na Europa face a Rússia, como vimos no Capítulo anterior, a Aliança alterou a sua postura. Com efeito os países do Sul ao contribuírem para a solidariedade e esforço coletivo na defesa da Europa do Leste, as suas práticas e mais importantes as prioridades nacionais em termos de defesa alteram-se e conseqüentemente as perceções de segurança transformam-se em prol das prioridades da NATO. Nesta senda, Dalby (2002: 301) reforça o nosso ponto de vista sobre a moldagem das perceções de segurança e aponta que “reordenar as práticas de segurança é uma questão preocupante para muitos geopolíticos ocidentais para garantir que as identidades sejam articuladas coerentemente”.

No que concerne às práticas de segurança, a contribuição destes países teve um grande peso no paradigma de gestão de crises, nomeadamente nas missões de paz do Kosovo, Bósnia-Herzegóvina, Afeganistão, Somália e Iraque, tendo em conta a linha condutora da organização antes da paranoia da Guerra Híbrida, particularmente no caso da Itália em 2008 participava com o efetivo de 5,303 militares, Espanha 1,300 com e Portugal com 1,175 nas operações além-fronteira da Aliança (NATO, 2014b: 425). Contudo, após a Cimeira e com a saída ou redução dos efetivos nos vários teatros, o envolvimento nestas operações diminuiu, pois em 2014 a contribuição destes países para a NATO foi de, respetivamente, 1850 militares (Difesa, 2015), 1120 (Ejército, 2015) e 350 militares. (Defesa Nacional, 2015: 109). Em contraste a estas reduções, podemos observar um incremento na participação destes países no paradigma de defesa coletiva após a Cimeira. Nomeadamente no que foi apresentado no subcapítulo anterior – *A representação espacial com o Sul*, vimos o assumir a tarefa de *Framework Nation* da VJTF pela Espanha e Itália, a projeção de aviões mediterrâneos no policiamento no Báltico, inclusive assumindo lideranças e também a localização do maior exercício da NATO desde o fim da Guerra Fria em termos de visibilidade e quantidade de efetivos. Exemplos destas práticas de segurança comprovam a mudança de paradigma também nos países do Sul da Europa. Certamente, estes países vão olhar com outra postura o país russo e inadvertidamente despreocupa-se primariamente somente com o flanco Sul.

Para além disso, a estratégia de Gales reflete-se também nos orçamentos de defesa do Sul da Europa. Com os dados expostos no seu *Anuário* (2015b: 112), podemos observar a alteração das prioridades na defesa e por outro lado o aumento na aquisição de equipamentos militares. Contudo, sabendo que o aumento nos orçamentos foi pouco

significativo e difícil de cumprir, no entanto o fim da tendência reducionista nos países mediterrâneos e “a sua inclusão na declaração foi vista como um passo significativo e até mesmo histórico” (Techau, 2015: 2), pois representou o sentimento de coesão dentro da Aliança. Com a moldagem das preocupações de segurança, redirecionadas para o Leste em prol da defesa coletiva, possibilita-se blindar o argumento de aumento de gastos nas defesas nacionais, pois com estas alterações as percepções internas ficam “inclinadas para a reformulação do SI em prol da organização” (Kelly e Pérez, 2004: 4). Igualmente, com estes investimentos, decorre no seio da Aliança um sentimento de agregação das identidades, pois estas sentem-se incluídas no processo de resposta solidaria da Aliança, pois como refere a NATO (2015b: 26), “enquanto existem muitas maneiras de demonstrar solidariedade na Aliança, uma é através dos investimentos na defesa”.

Por fim, quanto à opinião pública antes e depois da Cimeira de Gales, houve algumas flutuações no que o Sul da Europa considerou sobre o papel da NATO na segurança internacional, portanto, no questionários aplicados (*Transatlantic Trends*, 2014: 40), 46% dos italianos, 52% dos espanhóis e 63% dos portugueses responderam que ainda é essencial. Já em 2014, as respostas registaram um aumento nas percepções positivas pois foram respetivamente, 50%, 56% e 68%. Veja-se também na visão sobre este papel específico, ora a maioria dos países ocidentais consideram que “a NATO deve ser empregue na defesa territorial” (*idem, ibidem*: 4), mais concretamente, na Itália 69%, na Espanha 73% e em Portugal 80%, concordam com o emprego da organização na defesa territorial do espaço Euro-Atlântico. Estes resultados comprovam assim o nosso argumento sobre a alteração das identidades com a estratégia de Gales, ou seja na senda de Gramsci (1988), esta representação espacial foi uma forma de domínio não-coerciva que transformou a sociedade subalterna do Sul, de maneira a aceitar e compartilhar a ameaças, prioridades e práticas de segurança da Aliança.

4.4.2. O fortalecimento do papel da NATO

A imagem transmitida pela organização na segurança internacional depende do consenso e união dos Estados-membros, ou melhor, das práticas e prioridades de segurança em comum. Uma imagem fortalecida da Aliança significa o renovar da importância desta organização na segurança internacional. Logo, quando existem fenómenos que afetam o papel da Aliança, as práticas de moldagem das percepções são empregues na origem deste problema, ou seja, a manipulação atuam onde for mais precisa (Behnke, 2013). Como

resultado, reparámos que as práticas e prioridades de segurança no Sul orientaram-se e aumentaram o sentimento coletivo, de maneira a manter a representação que conserva o estatuto da NATO. Por exemplo, projetando depois da Cimeira de Gales aeronaves para o policiamento do Báltico ou assumir a tarefa principal da dissuasão da ameaça híbrida com uma força de prontidão.

Aliás, esta representação com a periferia do Sul permite satisfazer a prossecução da agenda dos países mais preponderantes da organização. Ora, se existem nestes países forças internas fraturantes e divergentes das organizações internacionais, então para além do impacto nas preocupações de segurança, existe moldagem intencional de unidade e agregação na Estratégia de Gales. Como podemos reparar em Dalby (2008: 430), a manipulação pelas potências encontra-se nos países do Sul, portanto, “os lugares onde o poder americano está mais diretamente envolvidos são nas regiões periféricas, [...] ou onde a instabilidades é uma ameaça para os arranjos políticos internacional”. Posto isto, existe uma movimentação de espírito agregador do euro-atlantismo, para que os países do Sul da Europa sejam vistos como um núcleo coeso, credível e solidário na NATO. Esta imagem apesar de ser uma representação superficial de coesão e solidariedade em termos de segurança, permite um arranjo político maior, ou seja, concretiza a divisão de trabalho nas práticas de segurança da organização, o que vai renovar relação de dependência entre os países europeus da periferia e centro.

Na Europa, segundo Gobbi (2013: 4) esta relação está “dependente das decisões estratégicas dos três maiores investidores na Aliança, a França, Alemanha e Reino Unido”. Apesar da existência de uma preocupação com a ameaça híbrida no Leste, “as pressões dos membros-ameaçados têm tido pouco efeito nestes grandes atores” (Raynova, 2015), pois apenas fundamentam os discursos o aumento dos investimentos nos gastos no setor da defesa para fortalecer a defesa coletiva. Apesar disso, com o que observámos no subcapítulo anterior, na distribuição das tarefas de *Framework Nation*, o Reino Unido fornece a capacidade de projeção das forças da NRF, e a Alemanha tem a tarefa principal de “fornecer o apoio logístico, o suporte para a proteção química, biológica e radiológica, o fornecimento de munições e explosivos a todas as componentes” (Simón, 2014: 70). De salientar, que no caso de uma eventual ativação e projeção da VJTF para o território da Aliança, esta “estaria dependente de 450 voos de transporte estratégico por aeronaves *Boeing C-17* norte-americanas” (Glatz e Zapfe, 2016: 4). Curiosamente, como podemos

observar na Figura da *Capa da Dissertação*, no exercício *Trident Juncture*, as forças militares portuguesas efetuam um desembarque anfíbio a partir de lanchas britânicas. Pelos factos expostos, existe claramente uma divisão de trabalho em que os países do Sul – as forças cinéticas do RAP – necessitam do apoio e sustentação do centro da Europa. As práticas de segurança com a estratégia de Gales tendem a favorecer mais vincadamente os países do centro, conservando a relação de dependência europeia com o RAP. Onde os países do Sul da Europa, tal como uma relação de credor-devedor se tratasse, necessitam de apoio logístico, reabastecimento, sustentação e projeção dos países do centro.

Com o recurso propositado do Sul europeu, para além de satisfazer as preocupações de segurança dos membros ameaçados pela guerra híbrida e de mitigar os sentimentos separatistas das forças nacionalistas, também reforça a relação hierárquica existente na Europa, ou por outras palavras, “refletem interesses protecionistas de certas estruturas de poder, que estão profundamente comprometidas na criação e perpetuação desses problemas” (Ó Tuathail: 2003a: 7). Por outro lado, com uma resposta credível, com unidade na Europa, mais propriamente na UE, o papel da NATO fica reforçado, pois assim é possível “construir e manter o espaço cultural do Ocidente” (Behnke, 2013: 3) e servir os interesses da política externa dos seus principais Estados-membros. Nomeadamente, no caso dos EUA, “ao estabelecer uma ligação com sucesso dos parceiros europeus que garantem a sua própria segurança”, então “permite uma gradual retração de recursos neste locais e investir na Ásia-Pacífico” (Serbos, 2015: 24), o que vai dar liberdade de ação à política norte-americana noutros locais e assim, mantêm o papel da NATO como ferramenta de política externa dos Estados dominantes.

Ao longo do capítulo, expusemos que o facto geográfico da estratégia de Gales – o recurso aos países do Sul da Europa na prática geopolítica – alterou subtilmente a cultura geopolítica da NATO através da representação de uma imagem de solidariedade, de credibilidade e neutralidade. Igualmente houve uma moldagem das práticas e preocupações de segurança dando prioridade à defesa territorial no flanco Leste e uma consequente agregação das perceções fragmentárias no desses países ao coletivo europeu. A cultura geopolítica com esta representação espacial ficou reforçada, pois a periferia investiu em recursos enriquecendo perpetuamente a economia do centro e renovando a relação de dependência na Europa. Ora, como vimos, a escolha dos países mediterrâneos na Cimeira de Gales foi deliberada e ilustra uma relação de poder hegemónica dentro da Aliança.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

A Geopolítica Crítica acaba por ser uma reflexão desprendida das amarras de poder existentes nas práticas da geopolítica tradicional, que no nosso caso, foi feita através da observação da estratégia de Gales da NATO. A nossa reflexão concentrou-se na apreciação da subalternização da relação entre Estados-membros e da criação, aprovação e execução das políticas e decisões particulares preconizadas nesta estratégia e que, em grande medida, são aceites graças à encenação dos países da Europa do Sul. Foi com base nessas políticas e decisões particulares sobre locais e identidades no espaço Euro-Atlântico que baseamos o nosso estudo e contribuímos para o conhecimento da Geopolítica Crítica, de forma a “expor os jogos de poder escondidos na geopolítica” (Ó Tuathail, 2003b: 3).

5.1. Resposta à problemática

A nossa visão teórica alicerça-se em dois pressupostos: o discurso geopolítico tem poder para moldar perceções dos indivíduos e comunidade; e a conceção propositada do discurso reforça e conserva as ordens geopolíticas (*idem*, 1996). Assim, o propósito desta investigação é estar “normativamente comprometida com a ideia de exposição das relações hierárquicas e de opressão nas formas de dominação na sociedade” (*idem*, 2002: 8). Procura assim expor a instrumentalização dos países da Europa do Sul na estratégia de Gales, que construiu a “representação espacial da política internacional de acordo com os interesses das classes hegemónicas” (Ó Tuathail e Agnew: 1992: 192), em resposta às ameaças de segurança e desafios institucionais.

A primeira pergunta da investigação refere: “qual a metáfora espacial que se pretende representar para lidar com a atual realidade geopolítica?”. Respondemos que a realidade geopolítica caracterizada pela instabilidade de segurança, estimulada pelo fundamentalismo islâmico do EI e pela ameaça de guerra híbrida da Rússia, provocou um desafio ao seu estatuto de guardião da segurança Euro-Atlântica. A falta de vontade e consenso no investimento na defesa coletiva e na segurança pelos Estados-membros europeus mais afetados pela crise económica pôs em questão o papel da NATO. Logo, quando esta depende dos discursos de segurança para justificar o seu papel na segurança internacional e estatuto no SI, dirimindo assim ataques à sua credibilidade, a metáfora espacial representada para delimitar as fronteiras imaginadas da Aliança é aquela que

articula as percepções das identidades em prol do consenso e vontade coletiva, demonstrando a sua situação na realidade geopolítica.

Nestas circunstâncias, a metáfora utilizada para representar a realidade geopolítica foi de *inside* e *outsider*. Esta é uma representação que alimenta o medo do que está além-fronteiras. Assim, o impacto desta imaginação geopolítica nas identidades europeias permite acentuar a linha que separa quem está *inside* e *outside* da Aliança. Porém, nesta representação espacial da segurança, a ameaça do fundamentalismo islâmico é uma imagem abstrata enquanto a ameaça híbrida envolve uma narrativa de histeria à guerra híbrida proveniente da Rússia, que consequentemente constrói um ambiente securitário na Europa acerca da ameaça iminente ao seu espaço no Flanco Leste. Concomitantemente, esta metáfora sustentada no contributo de Walker (1993), permite a construção do papel da NATO para lidar com essas ameaças e articula as percepções dos Estados-membros em prol do consenso e da vontade coletiva. Assim, com o consenso sobre as ameaças, esta metáfora aprofunda a divisão da imagem geográfica sobre a ameaça híbrida e fortalece o sentimento de identidade coletiva na organização, convergindo as divergências e imaginações geopolíticas na Europa. Consequentemente, permite resolver os desafios institucionais inerentes ao estatuto e papel da NATO na segurança do Atlântico Norte.

A segunda pergunta, subentende uma análise da estratégia de Gales à luz da teoria da Geopolítica Crítica e questiona: “que cultura geopolítica da NATO é construída com a estratégia de Gales?”. Partindo desta análise fundamentamos que a NATO trabalhou propositalmente os seus discursos e práticas de segurança influenciando os Estados-membros como cultura geopolítica, procurando dar prioridade na resposta à ameaça no flanco Leste e afirmar a importância na abordagem de defesa coletiva. Por conseguinte, ajuda justificar melhor o seu papel suprimindo ataques à sua credibilidade. Por outro lado, fortalece a imagem geopolítica da organização no campo da segurança Euro-Atlântica. Nesta estratégia está expressa a ideia de mudança, portanto, o retorno à defesa coletiva, de tipologia de forças para prontidão e a viragem a Leste, fazendo com que a cultura geopolítica da NATO se reoriente para uma securitização em torno da Rússia renovando assim o seu papel como ferramenta de política externa dos Estados-membros hegemónicos – principalmente os EUA. Em primeiro plano argumentamo-nos nas premissas teóricas de geopolíticos que estão replicadas nos discursos e Estratégia, em segundo plano, na concretização geográfica da Cimeira em termos económicos e demonstração de força, e

num terceiro plano, na mediatização da Cimeira e no impacto na cultura popular da ameaça híbrida no Leste.

A representação da cultura geopolítica da NATO pretendeu ter impacto agregador das perceções dos Estado-membros, principalmente unindo as diferentes perceções sobre as ameaças de segurança física no espaço Euro-Atlântico, dos países do Sul e dos países do Leste, através da indução da necessidade de resposta europeia à Guerra Híbrida. Contudo, esta representação serviu para moldar as perceções influenciando as políticas de segurança nacionais e impondo prioridades na segurança baseadas nos interesses dos poderes dominantes, investindo nas defesas, principalmente na aquisição de equipamentos militares, projetar forças para a fronteira Leste e realizar exercícios de demonstração de força. Como resultado desta mudança, graças à reorientação das perceções e das estratégias nacionais, irá se justificar a necessidade do papel da NATO. Focado na resposta coletiva à ameaça do Leste, concede assim, liberdade de ação noutros locais à política externa norte-americana e fortalece o bloco central europeu neste empreendimento.

A terceira pergunta refere: “como e por que motivo os países da Europa do Sul alteram a cultura geopolítica da NATO?”. Aqui subentende-se a necessidade de moldagem dessas perceções e influência decorrente nessas identidades quando à prioridade de política externa de segurança, para conservar a posição da NATO na atual realidade geopolítica. Devido à divergência nas prioridades de segurança, à relutância em investir na defesa territorial da Europa e à falta de capacidade militar pelos cortes orçamentais na defesa, a estratégia recorreu principalmente aos países da Europa do Sul para responder aos seus desafios institucionais, visto que estes dificultam a construção de uma realidade geopolítica favorável à manutenção do *status quo* de conservação da hierarquia dos poderes na ordem Euro-Atlântica. Para além disso, estas identidades adequam-se melhor nesta estratégia, pois permitem uma imagem neutra, coesa e solidária na resposta à ameaça híbrida. Ao reproduzir espacialmente as fronteiras e a ameaça no Leste na imaginação geopolítica das perceções do Sul, estes países investem em recursos enriquecendo perpetuamente a economia do centro e empenham-se na defesa coletiva redirecionando-se para neutralizar a ameaça híbrida, renovando assim a relação de dependência ao centro europeu no setor militar. Ou seja, partindo da ideia *gramsciana*, a estratégia de Gales recorre principalmente à Europa do Sul exercendo uma complexa combinação de atividades intelectuais, morais e

políticas para conquistar o consentimento da classe subjugada, como alternativa ao uso da coerção, para conservar a ordem Euro-Atlântica.

Na representação da cultura geopolítica com os países do Sul, verificámos que houve projeção de forças militares terrestres, marítimas e aéreas do Sul para a fronteira do Leste, num papel de destaque, nomeadamente na liderança e inclusão após Cimeira de Gales. Igualmente ocorreu a afirmação da postura de defesa coletiva, pela configuração das forças de resposta imediata com estas identidades, na realização nestes países, do exercício mediático *Trident Juncture* e também na quebra da corrente reducionista nos orçamentos de defesa e incremento nos investimento em equipamentos militares. Contudo, esta prática geopolítica construiu uma cultura geopolítica de maneira a influenciar a imaginação geopolítica interna e externa sobre a NATO. Externamente, a contenção das ameaças pela projeção de forças militares terrestres, marítimas e aéreas de forças militares no combate na Europa do Leste, permitiu, por um lado fortalecer as identidades locais contra a ameaça híbrida e propaganda sensacionalista de defesa das minorias russas, e por outro lado produzir uma imagem de solidariedade e consenso na defesa entre Aliados. Internamente as perceções moldam-se em prol das medidas definida em Gales pelo direcionamento das práticas de segurança, replicado nos discursos dos líderes, comunidade académica e percepção da comunidade, com o propósito de alterar as práticas e prioridades da Europa do Sul, respondendo aos problemas internos de rotura e falta de vontade coletiva. Ou por outras palavras, existe uma estratégia preventiva com a Europa do Sul para evitar mais fragmentação da identidade coletiva e congregar o consenso nas prioridades de segurança. Concomitantemente, através da aplicação destas identidades no terreno que necessitam de apoio e sustentação do centro da Europa, conserva-se a relação de dependência com o centro europeu em termos de práticas de segurança.

Pela desconstrução da estratégia de Gales, demonstramos que o recurso aos países do Sul da Europa na prática geopolítica alterou subtilmente a cultura geopolítica da NATO representando uma imagem de coesão e solidez na resposta solidária e credível da Aliança ao revisionismo russo. Posto isto, o nosso argumento defende que a NATO recorreu geograficamente aos países e identidades do Sul da Europa, tanto na projeção de forças militares como na demonstração de força e prontidão na estratégia de Gales, como meio para reafirmar o seu papel no SI, e assim construir uma realidade geopolítica que unifique e credibilize a imaginação geopolítica sobre a Aliança. Portanto, graças ao reforço da

relação de dependência na ordem Euro-Atlântica, pelo fortalecimento da economia do centro europeu através da dependência na defesa da periferia Sul, e graças à representação espacial que intensifica a imaginação geopolítica da necessidade da organização através da convergência das práticas de segurança desenvolvidas pelos Estados-membros, respondemos à pergunta principal da investigação: “como é que a estratégia de Gales responde aos desafios da NATO?”.

A prática hegemónica decorrente da Cimeira de Gales pretendeu orientar as perceções dos Estados-membros do Sul, afetando as suas prioridades de política externa, orientando os gastos de defesa e empenhamento de forças militares na defesa coletiva, para um objetivo de satisfação das elites dominantes na Europa e por conseguinte na manutenção da classe hegemónica norte-americana. Isto é, a estratégia de Gales é um dispositivo de distração de poder das classes hegemónicas, com o propósito de focar a questão da «nova Guerra Fria» para justificar e conservar o papel da NATO, resultando na renovação da relação de dependência entre quem acumula o poder e quem parece condenado a ser submisso. Ou seja, pretende conservar a relação hierárquica entre o centro e a periferia europeia, através da subalternização das práticas de segurança da periferia Sul. Por conseguinte, foi através da representação espacial de inimigo no Leste que estes Estados – Portugal, Espanha e Itália – focaram gradualmente as suas atenções para o que interessa aos poderes no topo da hierarquia mundial.

5.2. Contributo

Teoricamente, a investigação aplicou a escola da Geopolítica Crítica na análise da alteração da postura estratégica da NATO com a Cimeira de Gales. Apelidámos de estratégia de Gales a representação espacial de três tipos da cultura geopolítica da Aliança, relevando o impacto propositado do discurso e práticas geopolíticas nas perceções dos Estados-membros. Interpretou-se a teoria adotada na prática estratégica da organização e estabeleceu-se uma ligação entre a identidade e cultura popular do Ocidente com a indução do medo de certos locais geográficos – o flanco Leste. Empiricamente, noutra paradigma, observámos o recurso aos países da Europa do Sul para responder ao desafio de segurança da Rússia procurando fortalecer o papel da NATO. Foi ainda possível ilustrar a predominância de uma resposta de dependência tipo devedor-credor entre os países do Sul e o centro da Europa, conservando os mecanismos de controlo e domínio da periferia

dissidente do Sul, em vez de dar uma resposta mais abrangente e consistente à crise de segurança, económica e de identidades no espaço Euro-Atlântico.

Numa visão que contesta os conceitos geográficos dados como garantidos e que analisa o contexto das reproduções espaciais, expusemos o emprego propositado do Sul da Europa na Estratégia de Gales, para moldar a imaginação geopolítica sobre as ameaças à segurança internacional e manter o papel da Aliança na segurança Euro-Atlântica. Numa altura em que se questiona o papel da organização, estes arranjos imperiais são discutidos novamente, agora com a resposta à ameaça híbrida para justificar o uso militar da NATO. Tal argumentação, embora eficaz do ponto de vista geográfico e de impacto político e popular, não fornece uma alternativa mais abrangente e justa da realidade geopolítica, apenas constrói uma cultura de securitização em torno da Rússia e pressupõem a necessidade da aplicação do poder militar da NATO nessa ameaça.

Contrastando com a resposta ao arranjo da estratégia de Gales, as verdadeiras desigualdades sociais internas são ignoradas e ofuscadas por preocupações estabelecidas pelo centro europeu, nomeadamente, os ataques terroristas nas capitais europeias, os conflitos no Magreb e Médio Oriente e a consequente vaga de refugiados para a Europa, provocado pelas práticas hegemónicas nestes locais. Logo, é com base na crítica à escolha subtil dos países do Sul para responder à ameaça russa, que sugerimos outras alternativas.

Em primeiro lugar, na ausência de maior compreensão entre o Norte e o Sul europeu, há um risco de impacto prejudicial na ordem de segurança internacional. Assim, a organização poderia proporcionar maiores oportunidades e autonomia à periferia Sul, para estas auxiliarem na manutenção da segurança internacional, no sentido de promover igualdade para todos, promover os direitos humanos e proporcionar o desenvolvimento económico e o progresso social. Ou seja, dar liberdade de ação à política-externa dos países do sul da Europa de forma a manter a segurança e a paz mundial.

Em segundo lugar, numa visão prospetiva, recomenda-se o funcionamento da organização ao serviço da humanidade e não pelos interesses instalados, orientada por princípios democráticos, inclusivos e livres da rede de poder. Isto é, oferecer maior dependência aos Direitos Humanos e às decisões da ONU. Dessa forma, ocorreria uma transformação no processo de tomada de decisão, pois em vez da imposição do consenso, estaria sujeita à votação por maioria, logicamente sem poder de veto. Concluindo com base nestas propostas, expomos numa visão crítica a finalidade da Cimeira de Gales: fortalecer a

imagem geopolítica da NATO como a organização que garante segurança ao espaço Euro-Atlântico e renovar o seu papel como ferramenta de política externa no SI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adnan, Sinan; Reese, Aaron (2014) “Beyond the Islamic State” *Middle East Report*. Washington, DC: Institute for Study of War.
- Agnew, John (2003) *Geopolitics: Re-visioning World Politics*. Londres: Routledge.
- Agnew, John (2013) "The Origins of Critical Geopolitics" *The Ashgate Companion to Critical Geopolitics*. Farnham: Ashgate, 19-32.
- Agnew, John e Corbridge, Stuart (1995) *Mastering Space: Hegemony, territory and international political economy*. Londres: Routledge.
- Al Jazeera (2016) “Will NATO's moves in Europe trigger a new Cold War?” *Inside Story*, <http://www.aljazeera.com/programmes/insidestory/2016/06/nato-moves-europe-trigger-cold-war-160615211548165.html> [2 de agosto de 2016].
- Army Regulation (2007) *Intelligence Support of Capability Development*. Washington, DC: Army.
- Barnett, Thomas (2003) *The Pentagon's New Map*. Nova York: Penguin.
- BBC News (2016) “World War Three” *This World*, <http://www.bbc.co.uk/programmes/b06zw32h> [2 de agosto de 2016].
- BBC News (2014) “Nato summit: Alliance 'stands with Ukraine’”, <http://www.bbc.com/news/world-europe-29056870> [20 de agosto de 2016].
- Behnke, Andreas (2013) *NATO's Security Discourse after the Cold War: Representing the West*. Londres: Routledge
- Belkian, Paul (2014) “NATO's Wales Summit: Expected Outcomes and Key Challenges” *Congressional Report*. Washington, DC: United States Congress.
- Berzins, Janis (2014) “Russian New Generation Warfare: Implications for Europe” *European Leadership Network*, http://www.europeanleadershipnetwork.org/russian-new-generation-warfare-implications-for-europe_2006.html [24 de fevereiro de 2015].
- Brzezinski, Ian; Varangis, Nicholas (2015) “The NATO-Russia Exercise Gap” *Atlantic Council*, <http://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/the-nato-russia-exercise-gap> [4 de março de 2016].
- Campbell, David (1998) *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota.
- Chekinov, Sergei; Bogdanov, Sergei (2013) “The Nature and Content of a New-Generation War” *Military Thought*,

http://www.eastviewpress.com/Files/MT_FROM%20THE%20CURRENT%20ISSUE_No.4_2013.pdf [20 de fevereiro de 2015].

Chomsky, Noam (2014) *Mudar o mundo*. Lisboa: Bertrand

CNN News (2014) “NATO: We are ‘in a climate of chaos’” *World*, <http://edition.cnn.com/videos/world/2014/09/04/bts-nato-summit-wales-sec-gen-rasmussen.host-tv> [9 de agosto de 2016].

Coffey, Luke; Kochis, Daniel (2015) “The Baltic States: The United States Must Be Prepared to Fulfill Its NATO Treaty Obligations” *Backgrounder*. Washington, DC: Heritage Foundation.

Correia, Pedro (2012) "Geopolítica e Geoestratégia" *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 229-246.

Cox, Robert (1981) “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory” *Millennium – Journal of International Studies*. Londres: SAGE, 126-155.

Cravinho, João (2008) *Visões do Mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

da Vinha, Luís (2010) “Acquiring Geographic Knowledge in International Politics” *Universitas: Relações Internacionais*. Brasília: UniCEUB, 53-94.

Dalby, Simón (1988) “Geopolitical discourse” *Alternatives*. Nova York: SAGE, 415-442.

Dalby, Simón (1990). “American security discourse” *Political Geography*. Oxford: Elsevier, 171-188.

Dalby, Simón (1996) “Writing critical geopolitics” *Political Geography*, Oxford: Elsevier, 655-660

Dalby, Simón (1998) “The threat from the South: geopolitics, equity and environmental security” *Contested Grounds: Security and Conflict in the New Environmental Politics*. Albany: University of New York, 155-186.

Dalby, Simón (2002) “Geopolitics and Global Security” *Rethinking geopolitical*. Londres: Routledge, 295-313.

Dalby, Simón (2008) “Imperialism, Domination, Culture: The Continued Relevance of Critical Geopolitics” *Geopolitics*. Londres: Routledge, 413-436.

-
- Dalby, Simón (2009) “Revenge of the geographers: the human element” *Foreign Policy*. <http://foreignpolicy.com/2009/06/05/revenge-of-the-geographers/> [20 de março de 2016].
- del Castillo, Carlos (2015) “La OTAN mete a España en el centro de una nueva Guerra Fría” *Público*, <http://www.publico.es/politica/espana-campo-batalla-otan-lanza.html> [10 de abril de 2016].
- Defensa (2015) “Misiones En el exterior” *Ministerio de Defensa*, http://www.defensa.gob.es/misiones/en_exterior/ [9 de setembro de 2016].
- Defesa Nacional (2015) “A Defesa de Portugal 2015” Ministério da Defesa Nacional, <http://www.defesa.pt/ebook/#/108/> [10 de setembro de 2016].
- Derrida, Jacques (1978) *Writing and Difference*. Londres: Routledge.
- Derrida, Jacques (2003) “Autoimmunity: Real and Symbolic Suicides” *Philosophy in a Time of Terror*. Chicago: The University of Chicago.
- Dias, Mendes (2005) *Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, Mendes (2012) *Geopolítica - Velhas mas novas aproximações e o contrário*. Aveiro: Editora Mare Liberum.
- Difesa (2015) “Operazioni Militari” *Ministero della Difesa*, <http://www.difesa.it/OperazioniMilitari/Pagine/OperazioniMilitari.aspx> [10 de setembro de 2016].
- Dittmer, Jason; Sharp, Joanne (2014) *Geopolitics: an introductory reader*. Londres: Routledge.
- Dodds, Klaus (2005) *Global Geopolitics: A Critical Introduction*. Harlow: Pearson.
- Dodds, Klaus (2007) *Geopolitics: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University.
- Dodds, Klaus; Atkinson, David (2000) *Geopolitical Traditions: A Century of Geopolitical Thought*. Londres: Routledge.
- Dodds, Klaus; Kuus, Merje; Sharp, Joanne (2013) “Introduction: Geopolitics and its critics” *The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics*. Farnham: Ashgate, 1-14.
- Drent, Margriet; Zandee, Dick (2014) “A reborn Alliance in a trouble world?” *Atlantisch Perspectief*. The Hague: Clingendael, 15-19.

-
- Dubovitsky, Natan (2014) “War by any other name” *The Economist*, <http://www.economist.com/news/europe/21606290-russia-has-effect-already-invaded-eastern-ukraine-question-how-west-will/> [10 de março de 2015].
- Exército Português (2016) “Exército participou no exercício Azor Lineage”, [http://www.exercito.pt/Noticias/Paginas/2B2BIMEC\(R\)%20PARTICIPOU%20NO%20EXERC%C3%8DCIO%20%E2%80%9CAZOR%20LINEAGE%2016%E2%80%9DvvvvIMEC\(R\)PARTICIPOUNOEXERC%C3%8DCIO%E2%80%9CAZORLINEAGE16%E2%80%9Dvvvv.aspx](http://www.exercito.pt/Noticias/Paginas/2B2BIMEC(R)%20PARTICIPOU%20NO%20EXERC%C3%8DCIO%20%E2%80%9CAZOR%20LINEAGE%2016%E2%80%9DvvvvIMEC(R)PARTICIPOUNOEXERC%C3%8DCIO%E2%80%9CAZORLINEAGE16%E2%80%9Dvvvv.aspx) [10 de maio de 2016]
- Formichetti, Giulia; Tessari, Paola (2014) *After the NATO Wales Summit: Prospects for International Security*. Roma: Istituto Affari Internazionali.
- Forsberg, Tuomas; Herd, Graeme (2015) “Russia and NATO: From Windows of Opportunities to Closed Doors” *Journal of Contemporary European Studies*. Londres: Routledge, 41-57.
- Foucault, Michel (1980) *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings*. Nova York: Pantheon Books.
- Foucault, Michel (1989) “As Palavras e as Coisas” *Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foxall, Andrew (2014) “A Fateful Summit: The Future of NATO’s Relationship with Russia” *Policy Paper No. 1*. Londres: Henry Jackson Society.
- Frankenstein, William; Huang, Binxuan; Carley, Kathleen (2016) “NATO Trident Juncture on Twitter” *CASOS technical report*. Pittsburgh: Carnegie.
- Freire, Maria e Kanet, Roger (2012) *Russia and its Near Neighbours*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Freixo, Manuel (2009) *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Friedman, George (2015) *Focos de tensão: a crise emergente na Europa*. Alfragide: Dom Quixote.
- Garcia, Francisco (2007) “O terrorismo transnacional” *Revista Militar*. Lisboa: Revista Militar, 445-468
- Glatz, Rainer; Zapfe, Martin (2016) “NATO Defence Planning between Wales and Warsaw” *Stiftung Wissenschaft und Politik*, <https://www.swp->
-

-
- berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2016C05_glt_Zapfe.pdf [10 de fevereiro de 2016].
- Glenn, Russell (2009) “Thoughts on Hybrid Conflict” *Small Wars Journal*. Hampden: Small Wars Foundation.
- Gobbi, Francesco (2013) “NATO in the aftermath of the financial crisis” *Library Briefing*. Bruxelas: European Parliament.
- Gotz, Elias (2015) “It's geopolitics, stupid: explaining Russia's Ukraine policy” *Global Affairs*. Londres: Routledge, 3–10
- Gramsci, Antonio (1988) *A Gramsci Reader: Selected Writings*. Londres: Lawrence & Wishart.
- Gregory, Derek (1994) *Geographical Imaginations*. Oxford: Blackwell.
- Gregory, Derek (2004) “Gravity’s Rainbows” *The Colonial Present*. Oxford: Blackwell.
- Habermas, Jürgen (1993) *Justification and Application: Remarks on Discourse Ethics*. Cambridge: Blackwell
- Habermas, Jürgen (2003) “Interpreting the fall of a Monument” *Constellations*. Oxford: Blackwell, 364–370.
- Hepple, Leslie (1992) "Metaphor, Geopolitical Discourse and the Military in South America," *Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representations of Language*. Londres: Routledge, 136-154.
- Hoffman, Frank (2009) “Hybrid vs. Compound War” *Armed Forces Journal*, <http://www.armedforcesjournal.com/2009/10/4198658/> [9 de março de 2015].
- Horkheimer, Max (1972) *Critical Theory*. New York: Seabury.
- Kofman, Michael (2016) “Russian Hybrid Warfare and Other Dark Arts” *War on the Rocks*, <http://warontherocks.com/2016/03/russian-hybrid-warfare-and-other-dark-arts/> [10 de março de 2016].
- Huntington, Samuel (1993) “The Clash of Civilizations?” *Foreign Affairs*. Nova York, Council on Foreign Relations.
- IISS (2016) *The Military Balance 2016*. Londres: IISS.
- IOM (2015) “Migration Flows” *Mediterranean Update*. Genebra: Global Migration Centre.
- Karock, Ulrich (2014) “NATO after the Wales Summit: back to collective defense” *Briefing*,
-

-
- http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2014/536430/EXPO_BRI%282014%29536430_EN.pdf [16 de outubro de 2015].
- Kelly, Phil (2006) “A Critique of Critical Geopolitics” *Geopolitics*. Londres: Routledge, 24-53.
- Kelly, Phil; Luisa Pérez (2004) “Una revisión de la geopolítica crítica” *Argentina Global*. Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales, 1-15.
- Kissinger, Henry (1995) *Diplomacy*. Nova York: Touchstone.
- Kowalski, Mateus (2014) “Ameaça” *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote, 23-24.
- Krause, Keith (1996) *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Londres: Routledge.
- Kuus, Merje (2010) “Critical Geopolitics” *The international studies encyclopedia*. Delaware: Blackwell, 683-701.
- La Repubblica (2014) “NATO rafforza presenza militare” *Esteri*, http://www.repubblica.it/esteri/2014/09/05/news/nato_kerry_ampia_coalizione_contro_lis_ma_sentra_truppe_di_terra-95058060/ [16 de outubro de 2015].
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (2014) *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso.
- Lacoste, Yves (1988) *A Geografia, isso serve em primeiro lugar, para fazer a Guerra*. São Paulo: Papirus.
- Lasconjarias, Guillaume (2014) “NATO’s Posture after the Wales Summit” *IAI Working Papers 14/15*. Roma: Istituto Affari Internazionali.
- Le Billon, Philippe (2004) *The Geopolitical Economy of ‘Resource Wars’*. Londres: Frank Cass.
- Lindley-French, Julian (2014) “NATO’s Post-2014 Strategic Narrative” *Conference Report*. Wilton Park: NATO Defense College.
- Lindley-French, Julian (2015) *The North Atlantic Treaty Organization: the enduring alliance*. Nova York: Routledge.
- Lorenz, Wojciech (2015) “NATO Summit on Strategic Adaptation” *Bulletin*. Varsóvia: Polish Institute of International Affairs.
- Machete, Rui (2015) “Portugal vai ajudar a reforçar presença da NATO no leste europeu”, *A Bola* <http://www.mynetpress.com/pdf/2015/abril/201504283ce5e0.pdf> [3 de março de 2016]
-

-
- Mamadouh, Virginie; Dijkink, Gertjan (2006) “Geopolitics, International Relations and Political Geography: The Politics of Geopolitical Discourse” *Geopolitics*. Londres: Routledge: 349-366.
- McMahon, Robert (2003) *The Cold War: A Very Short Introduction*. Londres: Routledge.
- McNamara, Eoin (2016) “Securing the Nordic-Baltic region” *NATO Review*, <http://www.nato.int/docu/Review/2016/Also-in-2016/security-baltic-defense-nato/EN/index.htm> [18 de março de 2016].
- Monaghan, Andrew (2015) “A ‘New Cold War’? Abusing History, Misunderstanding Russia” *Russia and Eurasia Programme*. Londres: Chatham House.
- Müller, Martin (2010) “Doing discourse analysis in Critical Geopolitics” *L’Espace Politique*. Reims: Université de Reims.
- NATO (1949) “The Strategic Concept for the Defense of the North Atlantic Area” *NATO Strategy Documents*. Bruxelas: International Staff Central Archives.
- NATO (2010) *Bi-SC Input to a New NATO Capstone Concept for the Military Contribution to Countering Hybrid Threats*. Norfolk: Allied Command Transformation.
- NATO (2012) *A Short History of NATO*. Bruxelas: Public Diplomacy Division.
- NATO (2014a) *Wales Summit Declaration*. Gales: Conselho do Atlântico Norte.
- NATO (2014b) “Commitment to operations and missions”, http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52081.htm [2 de fevereiro de 2016].
- NATO (2015a) *What is NATO?*. Bruxelas: Public Diplomacy Division.
- NATO (2015b) *Annual Report 2015*. Bruxelas: Public Diplomacy Division.
- NATO (2015c) “NATO Readiness Action Plan” *Fact Sheet*. Bruxelas: Public Diplomacy Division.
- NATO (2015d) “The Warsaw Summit and Beyond” *NATO Transformation Seminar 2015*. Norfolk: Allied Command Transformation.
- NATO (2015e) “Statement by NATO Defence Ministers”, http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_121133.htm?selectedLocale=en [30 de novembro de 2015].
- NATO (2015f) *AAP-06, NATO Glossary of Terms and Definitions*. Bruxelas: Standardization Office.
- NATO (2015g) *Resolução 423, Maintaining support for the Wales Summit initiatives*. Bruxelas: Parliamentary Assembly.
-

-
- NATO (2015h) NATO Force Integration Units. *Fact Sheet*. Bruxelas: Public Diplomacy Division.
- NATO (2015i) “Press briefing on NATO exercise Trident Juncture 2015” *NATO Opinion*, http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_121821.htm [28 de dezembro de 2015].
- NATO (2016a) “Implementation of Wales and Prospects for Warsaw: Political Aspects. Parliamentary Assembly” *General Rapporteur*. Bruxelas: Parliamentary Assembly.
- NATO (2016b) “Maritime Groups”, <http://www.mc.nato.int/missions/maritime-groups.aspx> [14 de agosto de 2016].
- NATO (2016c) “Operations and missions: past and present”, http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52060.htm [22 de Dezembro de 2016].
- NBC News (2014) “World Against Russia: Can NATO Solve the Putin Problem?” *News*, <http://www.nbcnews.com/news/world/world-against-russia-can-nato-solve-putin-problem-n195106> [10 de agosto de 2016].
- Nogueira, João; Messari, Nizar (2005) *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Obama, Barack (2014) “Joint Press Conference”, in *White House*, <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/06/03/remarks-president-obama-and-president-komorowski-poland-joint-press-conf> [15 de novembro de 2015].
- Ó Tuathail, Gearoid (1994). “Critical geopolitics and development theory: intensifying the dialogue” *Transactions of the Institute of British Geographers*. Londres: Royal Geographical Society, 228-233.
- Ó Tuathail, Gearóid (1996) *Critical Geopolitics: the politics of writing global space*. Londres: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid (1999) “The ethnic cleansing of a “safe area”: the fall of Srebrenica and the ethics of un-governability” *Geography and Ethics*. Londres: Routledge, 120–31.
- Ó Tuathail, Gearóid (2003a) “Thinking critically about geopolitics” *The Geopolitics Reader*. London: Routledge, 1-12.
- Ó Tuathail, Gearóid (2003b) “Geopolitical Structures and Cultures: Towards Conceptual Clarity in the Study of Critical Geopolitics” *Geopolitical Perspectives on World Politics*. Winnipeg: Centre Defence and Security Studies.
- Ó Tuathail, Gearóid (2008) “A Critical Geopolitics of the August 2008 War over South Ossetia” *Eurasian Geography and Economics*. Londres: Routledge, 670-705.
-

-
- Ó Tuathail, Gearóid (2014) *Virtual Special Issue on Russian Geopolitics*. Virginia:
- Ó Tuathail, Gearóid; Agnew, John (1992) “Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy” *Political Geography*. Oxford: Elsevier, 190-204.
- Ó Tuathail, Gearóid; Dalby, Simón (2002) *Rethinking Geopolitics*. Londres: Routledge.
- Ó Tuathail, Gearóid; Dalby, Simón; Routledge, Paul (2003) *The Geopolitics Reader*. Londres: Routledge.
- O’Loughlin, John; Ó Tuathail, Gearóid (2015) “Mistrust about political motives in contested Ukraine” *The Washington Post*, https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/02/13/mistrust-about-political-motives-in-contested-ukraine/?utm_term=.6482788beeda [26 de fevereiro de 2016].
- O’Phobe, Russell (2015) “A Media Primer on the Art of Writing Russian Scare Stories” *Russia Insider*, <http://russia-insider.com/en/media-criticism/media-primer-art-writing-russian-scare-stories/ri97257> [20 de fevereiro de 2016].
- ONU (2015) “Trends in International Migrant” Department of Economic and Social Affairs, http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/data/UN_MigrantStockByOriginAndDestination_2015.xlsx [2 de fevereiro de 2016].
- Pain, Rachel (2009) “Globalized fear? towards an emotional geopolitics” *Progress in Human Geography*. Londres: SAGE, 466-486.
- Pêcheux, Michel (2002) *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes.
- Petersen, Karen (2011) “Risk analysis – A field within security studies?” *European Journal of International Relations*. Londres: SAGE, 693-717.
- Pintat, Xavier (2015) “NATO’s Readiness Action Plan: Assurance and Deterrence for the post-2014 Security Environment” *Rapporteur of the Sub-Committee on Future Security and Defence Capabilities*. Bruxelas: NATO Parliamentary Assembly.
- Pinto, Maria (1996) “Fundamentalismo islâmico” *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Pureza, José (2015) *Desobedecer à União Europeia*. Porto: Deriva Editores.
- Putin, Vladimir (2014) “Putin says he reserves right to protect Russians in Ukraine” *The Washington Post*, <https://www.washingtonpost.com/world/putin-reserves-the-right-to->
-

-
- use-force-in-ukraine/2014/03/04/92d4ca70-a389-11e3-a5fa-55f0c77bf39c_story.html
[12 de fevereiro de 2016].
- Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc van (2008) *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rasmussen, Anders (2014) “A strong NATO in a changed world” *Brussels Forum*, http://www.nato.int/cps/in/natohq/opinions_108215.htm [8 de março de 2016].
- Raynova, Denitsa (2015) “Six European Members of NATO Will Cut Defense Spending” *Report*. Bruxelas: Atlantic Council.
- Revista Española de Defensa (2016) “España afila la «punta de lanza»” *Liderazgo en la OTAN*. Madrid: Ministerio de Defensa
- Reuters (2014) “NATO stages major military exercise in Latvia after Wales summit”, <http://www.reuters.com/article/us-nato-exercises-idUSKBN0H10KA20140906> [3 de março de 2016].
- Rodrigues, Alexandre (2015) “Existe uma estratégia para combater o ISIS?” *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/siria/JDRI%20128%20010315%20isis.pdf [2 de agosto de 2015].
- Sakwa, Richard (2015) *Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands*. Londres: Tauris.
- Santos, Boaventura (2008). “A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 11-43.
- Santos, Loureiro dos (2014) *Reflexões Sobre Estratégia VII - Tempos de Crise*. Loures: Diário de Bordo.
- Saramago, André (2014) “Teoria Crítica” *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote, 504-506.
- Sarmiento, Cristina (2014) “Pós-Modernismo” *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote, 418-421.
- Schwartz, Or (2015) “#TridentJuncture: When NATO Soldiers Use Social Media” *Vocativ*, <http://www.vocativ.com/243075/trident-juncture-nato-photos/> [20 de abril de 2016].
- Serbos, Sotiris (2015) “Eurozone’s Debt Crisis and US Strategy: A Return of Geopolitics for Europe” *Transatlantic Partnership Forum Working Paper Series*. Baltimore: Johns Hopkins.
-

-
- Sharp, Joanne (2000) *Condensing the cold war: Reader's Digest and American identity*. Minneapolis: University of Minnesota.
- Sharp, Joanne (2013) "Geopolitics at the margins? Reconsidering genealogies of critical geopolitics" *Political Geography*. Nova Jersey: Blackwell, 20-29.
- Shea, Jamie (2014) "From Wales to Warsaw: Following Up on the NATO Summit" *Atlantisch Perspectief*. The Hague: Netherlands Atlantic Association, p. 9-14.
- Shlapak, David; Johnson, Michael (2016) "Reinforcing Deterrence on NATO's Eastern Flank" *RAND Corporation*, http://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1253.html [21 de abril de 2016].
- Simões, José (2014) "Crise na Ucrânia: O confronto geopolítico da Europa" *Público*. Maia: Público.
- Simón, Luis (2014) "Assessing NATO's Eastern European Flank" *NATO's Rebirth*. Carlisle: Army War College, 67-79.
- Silk (2016) *NATO and Russian Military Exercises*, <http://nato-and-russian-military-exercises.silk.co/> [21 de abril de 2016].
- Slater, David (1993) "The geopolitical imagination and the enframing of development theory" *Transactions of the Institute of British Geographers*. Londres: Royal Geographical Society, 419-437.
- Smith, Neil; Katz, Cindi (1993) "Grounding Metaphor: towards a spatialized politics" *Place and the Politics of Identity*. Londres: Routledge, 67-83.
- Stein, Rokkan (1994) *State formation, nation building, and mass politics in Europe: the theory of Stein Rokkan*. Oxford, Oxford University Press.
- Stern, Jessica; Berger, J. (2015) *Estado Islâmico: Estado de Terror*. Amadora: Vogais.
- Stoltenberg, Jens (2015a) "Portugal reforça participação na Força de Reação Rápida na NATO em 2016" *Expresso*, <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-11-06-Portugal-reforca-participacao-na-Forca-de-Reacao-Rapida-na-NATO-em-2016> [6 de novembro de 2015].
- Stoltenberg, Jens (2015b) "NATO beefs up response force to face threats from Russian, Islamic extremists" *Associated Press*, <http://www.usnews.com/news/world/articles/2015/02/05/nato-official-alliance-to-beef-up-response-force> [6 de fevereiro de 2016].
-

-
- Sullivan (2015) “Notice of Funding Opportunity” *U.S. Embassy*, <http://vilnius.usembassy.gov/news-events/notice-of-funding-opportunity.html> [6 de novembro de 2015].
- Tavares, Rui (2015) *Esquerda e Direita Guia Histórico Para o Século XXI*. Lisboa: Tinta da China.
- Taylor, Peter (2000) “Geopolitics, political geography and social science” *Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought*. Londres: Routledge, 375–380.
- Techau, Jan (2015) “The Politics of 2 Percent: NATO and the Security Vacuum in Europe” *Carnegie*, <http://carnegieeurope.eu/2015/09/02/politics-of-2-percent-nato-and-security-vacuum-in-europe-pub-61139> [10 de dezembro de 2015].
- The Telegraph (2014) “Nato summit Wales: Isil and Ukraine top agenda”, <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/11074281/Nato-summit-Wales-Isil-and-Ukraine-top-agenda-live.html> [8 de novembro de 2015].
- Tilly, Charles (2004) “Terror, Terrorism, Terrorists” *Sociological Theory*. Washington, DC: American Sociological Association, 5–13.
- Tomé, Luís (2010) *A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais*. Tese de doutoramento em Relações Internacionais, especialidade de História e Teoria das Relações Internacionais. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Transatlantic Trends (2014) *Key Findings*. Bruxelas: The German Marshall Fund.
- UE (2012) “European and their Languages” *Special Eurobarometer 386*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Varisco, Andrea (2013) “Towards a Multi-Polar International System: Which Prospects for Global Peace?” *E-International Relations*, <http://www.e-ir.info/2013/06/03/towards-a-multi-polar-international-system-which-prospects-for-global-peace/> [8 de fevereiro de 2016].
- Vershbow, Alexander (2014) “A new strategic reality in Europe” in *Conferência Internacional de Segurança Euro-Atlântica*. Cracóvia: Institute for Strategic Studies.
- Yin, Robert (2009) *Case Study Research: design and methods*. Londres: SAGE.
- Walker, R.B.J. (1993) *Inside/outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University.
-

Walt, Stephen (2014) “Much Ado About the Islamic State” *Foreign Policy*,
<http://foreignpolicy.com/2014/10/13/much-ado-about-the-islamic-state/> [10 de abril de 2015].

Walt, Stephen (2015) “The Myth of a Better Deal” *Foreign Policy*,
<http://foreignpolicy.com/2015/08/10/the-myth-of-a-better-deal-iran-nuke-wmds-iraq/> [5 de março de 2016].

APÊNDICE I – OS CONCEITOS-CHAVE DO ESTUDO

1. Metáfora espacial

O conceito de «metáfora espacial» remete-nos para o pressuposto de Foucault (1980: 70) relativo à “apropriação da espacialização do discurso para descrever realidades geográficas”. Para Ó Tuathail e Agnew (1992: 196) e Ó Tuathail *et al.* (2003: 83), ao observarmos a evolução deste significado, inicialmente referido “como «termo estratégico» (Turton, 1984), [depois] «metáfora chave» (Crocker, 1977) e [posteriormente] «símbolo chave» (Herzfeld, 1982)”, existe apropriação das metáforas “de maneira a reordenar as práticas e os discursos de segurança [...] de maneira a garantir que as identidades são coerentemente articuladas” (Dalby, 2002: 301), ou melhor, “a fim de orientar-nos *como devemos sentir* [e reagir] relativamente às representações” (Campbell, 1998: 87).

Certamente, as metáforas são noções “igualmente geográficas e estratégicas” (Foucault, 1980: 69), que codificam as intenções políticas reais, pois compreendem “ideias familiares e do senso comum para explicar relações sociais complexas, [...] de forma a atrair as atenções apenas ao papel do espaço na moldagem e justificação da ação” (Smith e Katz, 1993: 68). Importa também destacar que esta “depende do processo que erige fronteiras para criar a distinção entre [...] o binómio bem e mal, nós ou eles, *insider* ou *outsider*, civilizado ou selvagem” (Gregory, 2004: 175). Este processo de acordo com Chomsky (2014: 84) significa “formas de convencer as pessoas a aceitarem a autoridade [...] por isso, é necessário recorrer ao controlo de atitudes e opiniões”. Para além de motivar a ação, por outro lado pode ter resultados contrários dos esperados, por exemplo, o recurso à metáfora «nós e eles» na luta global contra o terrorismo, motivou discriminação e violência a “comunidades Sikh por serem confundidos como extremistas islâmicos cujos turbantes e barbas longas os marcavam como *outsiders* no discurso binário geopolítico de bem e mal” (Gregory, 2004: 175). Com isso, as metáforas facilitam à audiência a imaginar as fronteiras, mesmo que não as possam observar, através da representação de uma cultura geopolítica, a fim de moldar propositadamente perceções e identidades.

2. Cultura geopolítica

“As premissas geográficas e espaciais sobre pessoas e lugares não são imagens abstratas que flutuam acima dos interesses políticos, mas fazem parte integrante de

interesses e identidades existentes” (Dodds *et al.*, 2013: 6). A geopolítica como uma pluralidade, recorre a estas premissas, de acordo com Ó Tuathail e Dalby (2002: 4), através de três tipos de discursos geopolíticos⁴⁵: «geopolítica formal», «geopolítica prática» e «geopolítica popular», que constituem a «geopolítica cultural⁴⁶».

A primeira “encontra território no *mundus* académico, da Escola, da Universidade, das reflexões que daí emanam” (Dias, 2012: 66). Dittmer e Sharp (2014: 6) acrescentam como algo que foi “retransmitido” por esta classe, apesar desses teóricos terem o seu ponto de vista moldado pela realidade também a moldam, “pois é tentador pensar em discurso geopolítico como originários nesta esfera e, em seguida, filtrar para baixo, para a geopolítica prática e popular”.

A segunda remete-nos para o campo burocrático e estratégico, ou seja, “respeitante essencialmente a quem governa, às elites «liderantes», ao ambiente dos gabinetes onde se decide o caminho a trilhar pelo Estado, pela organização” (Dias, 2014: 65). Esta, pode tomar a forma de discursos políticos ou documentos estratégicos e “está fixo ao termo fazer [...] aplicando o conhecimento geopolítico” (Dittmer e Sharp, 2014: 6).

Por fim, a popular, “como a designação parece indicar, é relativa ao povo, às expressões e às perceções populares, tantas vezes criadas pelos *media*” (Dias, 2014: 65). Como resultado, Dittmer e Sharp (2014: 7) reconhecem que “aqueles que estão expostos ao discurso são participantes ativos na retransmissão do discurso para outras pessoas [...] em suma, as audiências são produtoras de discurso, bem como os consumidores”.

Muito do trabalho «cultural» desta pluralidade foca-se na construção do espaço e da tradição geopolítica de uma dada identidade e que resulta na “expressão concreta na forma de discursos particulares ou narrativas da política mundial que são produzidas não apenas por *wise man* mas que derivam de múltiplos *inputs* da sociedade” (Tomé, 2010: 54).

3. Imaginação geopolítica

O conceito de «imaginação geopolítica» expressou-se inicialmente no que Gregory (1994: 4-5) referiu por «imaginação geográfica», portanto, “uma sensibilidade para as relações entre poderes, conhecimento e espaço e a ansiedade cartográfica ou crise de

⁴⁵ Segundo Ó Tuathail e Dalby (2002: 4) discurso geopolíticos são “práticas de representações de uma identidade difundidas nas sociedades”.

⁴⁶ O que Dalby (1990) e Taylor (2000) referem inicialmente como «tradição geopolítica», que posteriormente vingou o termo de «cultura geopolítica» com a proposta teórica de Ó Tuathail e Dalby (2002).

representação geográfica”. O próprio termo tem algumas variações⁴⁷, contudo caracteriza a visão de quem representa e quem interpreta as fronteiras, ou seja, “centra-se no como os profissionais da política externa representam o espaço político de acordo com sua posição no mundo” (da Vinha, 2010: 59). De facto, a imaginação geopolítica enfatiza o resultado de “como os Estados se comportam culturalmente no mundo” (Tomé, 2010: 54), portanto,

Como certas espacializações conceptuais de identidade, nacionalidade e perigo se manifestam nas paisagens dos Estados e como certas geografias políticas, sociais e físicas por sua vez, enquadram e incitam certas opiniões sobre o eu e o outro, de segurança e perigo, de proximidade e distância, de indiferença e responsabilidade (Ó Tuathail e Dalby, 2002: 4).

Para além disso, ao se determinar a imaginação geopolítica de uma identidade será possível determinar o contexto onde as entidades “disputam o poder fora das suas fronteiras [materiais e imateriais], tomam controlo (formal ou informal) sobre regiões menos desenvolvidas (e seus recursos) e ultrapassam outras entidades na hegemonia mundial” (Agnew, 2003: 2), ou por outras palavras, o impacto da representação cultural de um dado fenómeno geopolítico. Aliás, ao conduzirmos uma análise com o presente “mapa conceptual estabelece-se ligação com as representações geográficas e com os recursos socioeconómicos da política mundial” (*ibidem*, 2013: 29). Em suma, a análise da imaginação geopolítica permite localizar a construção cultural de uma entidade, aliados e perigos, representada pelo discurso no mapa geopolítico mundial.

⁴⁷ As variações cognitivas das construções geográficas que informam a política externa são “por exemplo, «geopolítica cognitiva» (Criekemans, 2009), «códigos geopolíticos» (Dijkink, 1998), «imagens geopolíticas» (O’Loughlin, 1990), «imaginário geopolítico» [...] e «meta geografia» (Wigen, 1997)” (*apud* da Vinha, 2010: 59). No que se refere aos mapas mentais, estes “contribuem para o processo de escolha espacial e processo de tomada de decisão na política externa” (*idem, Ibidem*: 55), divergindo do nosso conceito dado que a imaginação geopolítica em conjunto com a cultura geopolítica mostra como a primeira foi construída e como manipula em termos de poder o entendimento sobre política externa.

APÊNDICE II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao longo da dissertação sustentámos o argumento com os autores da Geopolítica Crítica, principalmente Geróid Ó Tuathail, e também John Agnew, Simón Dalby e Klaus Dodds. Como fontes para apresentar a Geopolítica tradicional utilizámos Correia (2012) e Dias (2005, 2012), enquanto na comparação entre pensamentos recorreremos a Kelly e Pérez (2004), Müller (2010) e Dittmer e Sharp (2014). Para expor o surgimento e pressupostos-base, portanto a desconstrução do discurso, sinalizámos Foucault (1989), Chomsky (2014) e Laclau e Mouffe (2014), para arguir sobre a hierarquização produzida pelo discurso geopolítico referimos Cox (1981), Dalby (2008) e Ó Tuathail (1996, 2003a). Seguidamente, da análise geopolítica de Ó Tuathail e Dalby (2002) incluímos o conceito de metáfora espacial, apoiando-nos para esse efeito em Dalby (2002), Ó Tuathail *et al.* (2003) e Gregory (2004). Seguidamente, para debater a escola citámos os aspetos apontados por Taylor (2000), Sharp (2013), Mamadouh e Dijkink (2006).

Sobre a situação contemporânea, houve a preocupação de destacar as fontes oficiais (NATO 2015b; Stoltenberg, 2015b) e de *think-tanks* (Lasconjarias, 2014; Lindley-French, 2015) que referem as ameaças de segurança ao espaço Euro-Atlântico. Na apresentação destas ameaças, existe uma variada quantidade de informação referente à Guerra Híbrida (Hoffman, 2009; Chekinov e Bogdanov, 2013; Berzins, 2014), e de igual modo sobre o fundamentalismo islâmico (Tilly, 2004; Adnan e Reese, 2014; Stern e Berger, 2015), no entanto existem algumas obras que falam do fenómeno de construção de ameaça, nomeadamente Krause (1996) e Pain (2009), principalmente na diferenciação entre espaço protegido e perigoso de acordo com Walker (1993). Nesta senda, Campbell (1998), Dodds (2007) e Behnke (2013) referem a existência da narrativa securitária sobre o papel da NATO na resposta às ameaças. Por outro lado, na exposição da situação institucional, utilizámos Walt (2014, 2015), Ó Tuathail (2014) e Monaghan (2015) na questão da potencial incapacidade para enfrentar ameaças, seguidamente Santos (2014), Pureza (2015) e Serbos (2015) para expor a situação fragmentada na Europa e Drent e Zandee (2014), Friedman (2015) e Lindley-French (2015) para mostrar a resultante falta de credibilidade como *security provider*.

Relativamente à bibliografia sobre a Cimeira, recorreremos aos documentos oficiais da NATO, nomeadamente *Declaração da Cimeira de Gales* (2014a), *RAP* (2015c), *Declaração dos Ministros da Defesa* (2015e), aos discursos políticos (Obama, 2014;

Vershbow, 2014; Stoltenberg, 2015b) e aos comentários de geopolíticos nomeadamente Walt (2014), Friedman (2015) e Lindley-French (2015). De seguida, sobre a questão da mudança estratégica baseámo-nos em Simón (2014), Sakwa (2015) e Techau (2015) para fundamentar a viragem a Leste e para ilustrar o comportamento dos Estados-membros preponderantes citámos Gobbi (2013), Walt (2014) e Friedman (2015). Na discussão da cultura geopolítica, em termos de autores que influenciaram a sua Geopolítica, enumeramos Kissinger (1995), Huntington (1993) e Barnett (2003). Já no que concerne à prática estratégica, para demonstrar o emprego de forças militares e a mudança de paradigma para prontidão recorremos à NATO (2014a; 2014c, 2015e, 2015d) e algumas fontes que comentaram este ponto (Drent e Zandee, 2014; Shea, 2014; Glatz e Zapfe, 2016). Finalmente, no espaço popular, relatámos notícias sobre o paradigma da “nova” Guerra Fria provenientes dos *media BBC News* (2014), *Reuters* (2014) ou *The Telegraph* (2014), destacando as que induzem o medo na audiência (*Reuters*, 2014; *CNN News*, 2014; *NBC News*, 2014), igualmente algumas séries televisivas, filmes e também artigos de opinião (Forsberg e Herd, 2015; Foxall, 2014; Shlapak e Johnson, 2015).

Finalizando, para sustentar o argumento do estudo de caso, no que concerne à escolha propositada das identidades, avaliámos a diferença geográfica e de perceções com a população do Leste, a partir de Organização das Nações Unidas (ONU, 2013), Monaghan (2015) e Glatz e Zapfe (2016), justificando com Formichetti e Tessari (2014) e Glatz e Zapfe (2016) a aplicação de países sem afinidade com papel principal “na linha da frente”. Os dados que fundamentam o recurso ao Sul, nas fontes oficiais foram NATO (2014c, 2015g, 2015h) e os estudos de Pintat (2015) e Glatz e Zapfe, (2016) no que concerne à projeção de forças na demonstração de prontidão – poder militar – foram da NATO (2015b, 2015c). Destacamos particularmente, o impacto mediático social dos exercícios relatado por Schwartz (2015) e Frankenstein *et al.* (2016). Na discussão dos resultados, alicerçamos a argumentação teoricamente em Dalby (2002), Ó Tuathail (2004) e McNamara (2016), relativamente ao impacto na imaginação geopolítica sobre a NATO. Particularmente ao nível interno, com as evidências da demonstração de solidariedade recolhida nalguns *media*, autores e perceções públicas no relatório *Transatlantic Trends* (2014) da *German Marshall Fund* e com os gastos na defesa a partir de NATO (2015b) e Techau (2015). Por fim, do argumento sobre o fortalecimento do papel da NATO, encontram-se referências em

Behnke (2013), Gobbi (2013) e Serbos (2015) sobre o efeito desejado de manter ligação de dependência dentro da Aliança, que conserva a ordem Euro-Atlântica.

APÊNDICE III – O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

Um surto de ataques terroristas mediáticos durante 2015 “demonstraram uma ameaça global que não conhece fronteiras, nacionalidade ou religião” (*idem*, 2015b; IISS, 2016). Esta ameaça – o terrorismo, a par das dificuldades na identificação da natureza, é uma “expressão com fronteiras pouco claras” (Cravinho, 2006: 289) e que tem sido “extremamente difícil encontrar consenso [...] para uma definição unívoca do conceito” (Garcia, 2007: 445). No que concerne à definição da NATO (2015f: 2-T-5), significa “uso ilegítimo ou ameaça de uso da força ou violência contra indivíduos ou propriedade numa tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos”, o que remete-nos para uma visão de fenómeno global de recurso à força. Contudo, parecemos mais acertada a definição – mais abrangente em termos de meios – apresentada por Tilly (2004: 5), “emprego assimétrico de ameaças e violência contra adversários com recurso a meios que estão fora das formas de luta política comuns dentro do regime atual”, em que este aponta o terrorismo apenas como uma estratégia para alcançar fins e não propriamente um fenómeno global.

O terrorismo representa uma ameaça à segurança física e tem duas características fundamentais: “é dirigido ao não-combatente. [...] [e] os terroristas usam a violência para obter um efeito dramático: instilar o medo na audiência-alvo” (Stern e Berger, 2015: 33). Igualmente, esta prática assumiu duas formas, uma secular e outra religiosa. A primeira “determina livremente os seus objetivos, meios e fins”, [a segunda,] por seu lado está apegada a leis que lhe são ditadas por um Ente Superior” (Garcia, 2007: 447). É na segunda forma que orientamos a nossa análise, assente no fundamentalismo islâmico⁴⁸, praticado pela luta armada como forma de ativismo político-religioso assente numa estratégia de confrontação com o Ocidente.

O movimento *jihadista*, baseado na ideologia salafista⁴⁹, tem como objetivo estabelecer um Califado islâmico, fomentado por atentados mediáticos a inimigos distantes, de maneira a incentivar o apoio ao movimento (Rodrigues, 2015), o que no caso do EI, diferentes dos restantes, nomeadamente a *Al-Qaeda*, *Al-Shabaab* ou *Boko Haram*,

⁴⁸ Apesar de existirem vários termos associados a este paradigma, adotámos a designação de «fundamentalismo islâmico», pois é a mais frequente nos órgãos de comunicação nacionais.

⁴⁹ O movimento salafista do século XIX surgiu na consequência do declínio da fé e da corrupção da prática do Islão, refutando assim a “adoção incondicional da modernidade, mas o retorno à Tradição do Profeta, que deveria permitir repensar a noção de modernidade” (Pinto, 1996: 128).

pois para além do seu impacto mediático na comunicação social, constrói uma narrativa de incentivo à fundação dessa Califado. Esta organização híbrida, terrorista e subversiva estabeleceu-se naquilo que considera ser um *Estado*, conquistado em território sírio e iraquiano, com capital em Raqqa. Entendemos por definição, proposta por Stern e Berger (2015:34), que é “um ator não estatal (ainda que no limite da definição), que alia infraestruturas e competências extraordinárias (muitas das quais adquiridas ou roubadas a atores estatais) à vontade de governar”. Considerar o grupo como um Estado tem algumas reservas, no entanto a dicotomia do seu nome leva a um tratamento delicado, dado que a utilização e replicação na cultura popular permitem reivindicar uma legitimidade única.

A radicalização religiosa levou à ocorrência de ataques terroristas nalgumas capitais europeias, que "serviram não apenas como uma ferramenta de recrutamento, mas também alimentando uma narrativa usada em operações de propaganda sofisticada" (Adnan e Reese, 2014: 10), apelando simultaneamente às armas e “aos não-combatentes, tanto homens como mulheres, para que construam um Estado-nação” (Stern e Berger, 2015: 100). Várias são as causas que contribuíram para o surgimento do fundamentalismo, todavia salientamos a imposição das estruturas políticas dos impérios ocidentais em África e no Médio Oriente, desde o período do colonialismo europeu até ao intervencionismo humanitário ocidental (*idem, ibidem*, 2015). O *modus operandi* da organização assenta numa estratégia de medo, com impacto no terreno e nas redes sociais, com finalidade de inspirar a fundação de um Estado⁵⁰ baseado no Médio Oriente e que se expanda para todo o mundo.

Por outro lado, o êxodo generalizado que se tem observado dessa região devido à elevada violência constitui-se num potencial perigo aos países ocidentais, “sobretudo quando nesta migração internacional emergem grupos terroristas que tiram vantagem deste movimento populacional” (IISS, 2016: 5). Desde os primeiros relatos da presença de combatentes estrangeiros na Guerra Civil Síria, cerca de três mil no caso europeu, recrutados principalmente nos subúrbios isolados e pobres, com motivações de problemas de exclusão social e económicas, tensões religiosas ou frustrações políticas, houve preocupações com potenciais atentados executados pelos fundamentalistas repatriados (Friedman, 2015; Stern e Berger, 2015). As preocupações de segurança ocidental

⁵⁰ O EI tem como objetivo “ser um refúgio contra a impureza do mundo, um local onde os crentes se podem sentir seguros na certeza de que vivem de acordo com o Islão” (Stern e Berger, 2015: 29).

agravaram-se com os ataques terroristas de Bruxelas – maio 2014, Paris – janeiro 2015 ou Texas – maio 2015, ocorrendo assim uma convergência de atores no espaço Euro-Atlântico para neutralizar o terrorismo e o expansionismo do EI originário do flanco Sul da Europa, criando uma situação desestabilizadora da corrente ordem geopolítica.

APÊNDICE IV – A GUERRA HÍBRIDA

Atualmente, a anexação de parte do território ucraniano pela Rússia “ocupa grande parte da literatura e comunicação social ocidental” (Ó Tuathail, 2014: 1). O recurso à força armada na Geórgia em 2008 e na Crimeia em 2014 fez com que o Ocidente acusasse a Rússia de ser um ator desestabilizador da segurança europeia, na medida em que “aumentou significativamente a atividade militar nas proximidades das fronteiras da NATO, bem como recorreu à força armada para atingir os seus objetivos de política externa” (NATO, 2015b). Igualmente, o debate ocidental nos estudos de segurança sobre as aproximações não tradicionais ou pós-*clauswitzianas* na guerra ganhou proeminência com o recurso à guerra híbrida na Crimeia em março de 2014.

A definição desta polemologia encerra divergências na sua denominação, desde «*Compound War*» de Glenn (2009), «*Non-linear War*» de Dubovitsky (2014), até à denominação russa «*New-Generation War*» de Chekinov e Bogdanov⁵¹ (2013). Porém existe um acolhimento consensual entre autores (Berzins, 2014; Hoffman, 2015; IISS, 2016) e no seio da Aliança (NATO, 2015b; 2015d; Pintat, 2015) do termo «*Guerra Híbrida*», cuja definição mais parafraseada institucionalmente e academicamente constitui-se no “emprego simultâneo e adaptativo da combinação de ações convencionais, táticas irregulares, terrorismo e comportamento criminoso no espaço de batalha para alcançar os objetivos políticos” (Hoffman, 2009: 15).

No estudo de Chekinov e Bogdanov (2013: 17-22), a guerra híbrida baliza-se por oito fases: a primeira consiste no recurso à campanha não-militar assimétrica, empregando um diversificado conjunto de métodos irregulares para alcançar a superioridade nas informações, que permita a construção de uma imagem que manipule perceções, “reduza a sensação de hostilidade contra o país agressor e diminua as denúncias sensacionalistas dos seus planos”. A segunda é uma campanha de desinformação realizada por forças irregulares no terreno para enganar e desorganizar os líderes e a população local através da difusão por canais diplomáticos, *media* ou redes sociais de informações falsas. Como exemplo destacamos o recurso a argumentos de defesa de minorias discriminadas, que vai resultar na indução e aceitação da necessidade de legitimar supostas intervenções de

⁵¹ “Ações assimétricas [...] através de uma combinação de uma campanha política, económica, tecnológica, ecológica e de informações, sob a forma de ações indiretas e medidas não-militares” (Chekinov e Bogdanov, 2013: 16)

proteção de minorias. A terceira fase, baseada em propaganda com o objetivo de intimidar e baixar a moral da população dos militares com a finalidade de diminuir o sentido de dever de defesa nacional dos comandantes militares. A quarta e seguinte fase projetam «soldados verdes» para subverter a população a favor dos invasores e de seguida, na quinta fase, estabelece-se uma zona tampão utilizando mercenários ou empresas privadas para reforçar as forças subvertidas. Na sexta fase, iniciam-se as invasões militares utilizando forças especiais para recolher informações e desorganizar as forças convencionais. A penúltima combina a informação recolhida com bombardeamentos cirúrgicos e a última fase coincide com operações ofensivas convencionais contra as últimas resistências.

A existência de uma ameaça híbrida, ou seja “aquela, praticada por adversários, com capacidade para empregar simultaneamente meios convencionais e não-convencionais de forma adaptativa para alcançar os seus objetivos a longo-prazo” (NATO, 2010: 2), pela sua especificidade, dificulta a determinação da origem e força utilizada, o que por sua vez impossibilita a invocação do Artigo Quinto. A esse respeito, com a aplicação de meios não-lineares nas fases deste fenómeno, nomeadamente soldados sem-nação ou desinformações pelos adversários, torna impraticável a definição concreta de um “ataque armado contra um membro” (*idem*, 2012: 1). Este facto altera a forma tradicional de observar a ameaça, resultando numa abordagem híbrida pós-*clauswitziana*, continuando a existir subordinação dos meios militares aos fins políticos, embora dando-se ênfase aos primeiros provenientes de meios irregulares.

Esta ameaça tem como objetivos estratégicos “influenciar e controlar o território, a capitulação da vontade de combater e destruir o potencial económico do país agredido” (Chekinov e Bogdanov, 2013: 18), dando prioridade ao recurso a métodos no campo das informações e psicossocial. No âmbito político, neste caso, tem como objetivo político “minar a política de segurança comum europeia e a defesa coletiva da NATO” (Berzins, 2014), a fim de destabilizar a influência geopolítica do Ocidente na Europa do Leste e Bálticos, ou como refere a própria NATO (2014b: 253), na “tentativa de recrear as esferas de influência nas fronteiras”. No caso da Ucrânia, a Rússia conseguiu reunir e projetar as várias componentes da guerra híbrida em perfeita coordenação⁵², onde o poder do discurso influenciou o decorrer da campanha, pois foram dadas razões não-lineares para justificar a

⁵² De salientar as condições favoráveis: terreno, sentimento de identidade inexistente, governo hostil à população, proximidade de uma força militar e domínio nos meios de comunicação (Berzins, 2014).

anexação (Glenn, 2009; Berzins, 2014), principalmente na primeira e segunda fase, como por exemplo sobre a proteção das minorias e o apoio das vontades separatistas da Crimeia.

Atualmente, com o perigo da guerra híbrida as preocupações de segurança nos países pós-soviéticos aumentaram, constituindo-se, segundo Friedman (2015: 281), no local espacial “de conflito imediato na região fronteiriça entre a península e a região continental [europeia]”. A ameaça do recurso à guerra híbrida põe em risco a integridade física dos Estados-membros e parceiros no Leste da Europa, o que conseqüentemente desafia o papel da Aliança na segurança do espaço Euro-Atlântico.